

REVISTA INTERNACIONAL  
**CONSINTER**  
DE DIREITO

*Publicação Semestral Oficial do  
Conselho Internacional de Estudos  
Contemporâneos em Pós-Graduação*

**ANO VI – NÚMERO XI**

**2º SEMESTRE 2020**

**ESTUDOS CONTEMPORÂNEOS**

REVISTA INTERNACIONAL CONSINTER DE DIREITO, ANO VI, N. XI, 2º SEM. 2020



**Europa** – Rua General Torres, 1.220 – Lojas 15 e 16 – Tel: +351 223 710 600  
Centro Comercial D’Ouro – 4400-096 – Vila Nova de Gaia/Porto – Portugal

*Home page:* revistaconsinter.com

*E-mail:* internacional@jurua.net

**ISSN: 2183-6396-00011**

**Depósito Legal: 398849/15**

**DOI: 10.19135/revista.consinter.00011.00**

**Editor:**

David Vallespín Pérez

Catedrático de Derecho Procesal de la Universitat de Barcelona. Su actividad docente abarca tanto los estudios de Grado como los de Doctorado. Ha realizado enriquecedoras estancias de investigación en prestigiosas Universidades Europeas (Milán, Bolonia, Florencia, Gante y Bruselas).

**Diretores da Revista:**

Germán Barreiro González

Doctor en Derecho por la Universidad Complutense de Madrid. Colaborador Honorífico en el Departamento de Derecho Privado y de la Empresa – Universidad de León (España).

Gonçalo S. de Melo Bandeira

Professor Adjunto e Coordenador das Ciências Jurídico-Fundamentais na ESG/IPCA, Minho, Portugal. Professor Convidado do Mestrado na Universidade do Minho. Investigador do CEDU – Centro de Estudos em Direito da União Europeia. Doutor e Licenciado pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra. Mestre pela Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa.

María Yolanda Sánchez-Urán Azaña

Catedrática de Derecho del Trabajo y de la Seguridad Social de la Facultad de Derecho, UCM, de la que ha sido Vicedecana de Estudios, Espacio Europeo de Educación Superior y de Innovación Educativa y Convergencia Europea.

A presente obra foi aprovada pelo Conselho Editorial Científico da Juruá Editora, adotando-se o sistema *blind view* (avaliação às cegas). A avaliação inominada garante a isenção e imparcialidade do corpo de pareceristas e a autonomia do Conselho Editorial, consoante as exigências das agências e instituições de avaliação, atestando a excelência do material que ora publicamos e apresentamos à sociedade.

REVISTA INTERNACIONAL  
**CONSINTER**  
DE DIREITO

*Publicação Semestral Oficial do  
Conselho Internacional de Estudos  
Contemporâneos em Pós-Graduação*

**ANO VI – NÚMERO XI**

**2º SEMESTRE 2020**

**ESTUDOS CONTEMPORÂNEOS**

Porto  
Editorial Juruá  
2020

## **Instruções aos Autores**

### **Revista Internacional CONSINTER de Direito**

#### **1. DAS PUBLICAÇÕES**

Para publicação na Revista Internacional CONSINTER de Direito os artigos científicos serão avaliados pelo sistema *double blind review*, no qual dois Pareceristas do CONSINTER avaliarão os trabalhos sem nenhuma identificação de autoria. O enquadramento dos textos avaliados e aprovados para fins de publicação na Europa pelo Editorial Jurúa Lda., e no Brasil pela Jurúa Editora Ltda., obedecerão aos seguintes critérios:

#### **REVISTA INTERNACIONAL CONSINTER DE DIREITO**

Conforme as exigências das agências e instituições nacionais e internacionais de investigação e docência que avaliam a atividade acadêmica e investigadora das Pós-Graduações, a Coordenação Executiva do CONSINTER, ao seu melhor juízo, selecionará uma determinada quantidade de artigos aprovados que serão agraciados com a Publicação no Periódico Revista Internacional do CONSINTER de Direito, com ISSN de Portugal. Ainda:

- a) Para cada artigo selecionado para a Revista Internacional do CONSINTER de Direito, será atribuído um número de registro específico e único no Sistema DOI (Digital Object Identifier);
- b) Também será atribuído um registro no Sistema DOI (Digital Object Identifier) para a Revista Internacional do CONSINTER de Direito.
- c) Todos os artigos publicados na Revista Internacional CONSINTER de Direito estão disponíveis gratuitamente no *site* da Revista CONSINTER <<https://revistaconsinter.com/edicoes-anteriores/>>.
- d) A Revista Internacional CONSINTER de Direito está indexada em bases de dados nacionais e internacionais como: Google Scholar, Latindex, REDIB, DOAJ, CAPES, LivRe, Diadorim, Sumários.org, Cite Factor, Tribunal Superior Eleitoral, Rede Virtual de Bibliotecas Integradas (RVBI) e membro da Crossref.

**Obs. 1:** Em face das normas técnicas, para fins de qualificação do periódico, somente poderão ser selecionados para a Revista Internacional CONSINTER de Direito os artigos aprovados nos quais pelo menos um dos autores e/ou autor tenha a titulação de Doutor.

**Obs. 2:** Ficará a critério do Comitê Organizador a indicação e o número da Revista em que o artigo aprovado será liberado para publicação.

#### **2. PERIODICIDADE**

Semestral.

#### **3. CONDIÇÕES**

- a) A submissão do trabalho científico para análise está condicionada à confirmação da inscrição de todos os autores e coautores;
- b) Somente serão publicados os artigos aprovados pelo Corpo de Pareceristas/Conselho Editorial do CONSINTER.

#### **4. DOCUMENTOS OBRIGATÓRIOS PARA SUBMISSÃO**

- a) Inscrição;
- b) Comprovante de pagamento da submissão/inscrição;
- c) Cessão de direitos autorais assinada;
- d) Artigo completo seguindo as orientações do item 5;
- e) O artigo deverá ser encaminhado por um dos autores ao e-mail [contato@consinter.org](mailto:contato@consinter.org)

#### **5. NORMAS – OS ARTIGOS ENVIADOS DEVEM CUMPRIR OS SEGUINTE CRITÉRIOS:**

- a) O artigo deve adotar a norma do Código de Redação Institucional da União Europeia (Norma Umberto Eco/EU) – ver item 06.

Esse sistema é similar às normas da ABNT, entretanto a utilização torna-se mais fácil (todos os separadores são vírgula) e só destaca em *itálico*, nunca em **negrito**.

b) Ser inédito (não publicado em livros, revistas especializadas ou na imprensa em geral) e apresentar propriedade técnico-jurídica; relevância nacional e internacional do tema abordado, fluência redacional, correção gramatical e respeito a aspectos éticos e científicos.

**Obs.:** Textos inseridos em documentos de circulação restrita nas universidades serão considerados inéditos.

c) Ter sido produzido por Estudantes e/ou Professores de Pós-Graduação *Lato Sensu* e/ou *Stricto Sensu* ou por Mestres, Doutores e pós-Doutores.

d) Serão aceitos trabalhos em coautoria, até no máximo três (03) participantes devidamente inscritos.

e) O artigo deverá estar identificado com um dos critérios de classificação conforme informado em edital.

f) O(s) autor(es) que submeter(em) o mesmo artigo científico (com o mesmo título e conteúdo ou apenas mudando o título) para mais de um dos ramos do Direito acima indicados terão ambos os artigos científicos automaticamente eliminados da avaliação.

g) Conter no mínimo 15 páginas, e no máximo 25 páginas.

h) Ser redigido em formato Word em dois arquivos distintos, um com e outro sem identificação, ambos completos, contendo: Título em língua portuguesa, espanhola, inglesa, italiana ou francesa; Sumário; Resumo e Palavras-chave em língua portuguesa ou espanhola e inglesa, respeitando as normas técnicas.

i) Para o arquivo sem identificação é importante o autor certificar-se que no conteúdo do artigo a ser avaliado não conste nenhuma informação que possibilite a identificação do autor ou a instituição, a qual esteja vinculado direta ou indiretamente.

j) O artigo poderá ser apresentado em língua portuguesa, espanhola, inglesa, italiana ou francesa, observando que o título, resumo e palavras-chave precisam, obrigatoriamente, estar indicados em dois idiomas, sendo peremptoriamente uma indicação no idioma inglês.

**Exemplificando:**

Se escrito no idioma português: o Resumo e as Palavras-chave devem obrigatoriamente ser indicadas em português e inglês.

Se escrito no idioma espanhol: o Resumo e as Palavras-chave devem obrigatoriamente ser indicadas em espanhol e inglês.

Se escrito no idioma inglês: o Resumo e as Palavras-chave devem obrigatoriamente ser indicadas em inglês e português.

k) Artigos em inglês tem prioridade na análise e na publicação, desde que um dos autores contenha a titulação de doutor.

l) O texto deve estar salvo em arquivo Word, em versão recente, com as seguintes características: fonte Times New Roman; corpo 12; alinhamento justificado, sem separação de sílabas; espaço de 1,5 entre linhas; parágrafo de 1,5 cm; não colocar espaçamentos especiais antes ou após cada parágrafo; margens superior e esquerda com 3 cm, inferior e direita com 2 cm; em papel tamanho A4; notas de rodapé explicativas na mesma página em que for citada a referência sendo que as Referências deverão seguir o Código de Redação Institucional da União Europeia (Norma Umberto Eco/UE) – ver item 06.

m) As páginas deverão estar numeradas.

n) Para cada título, subtítulos, todos alinhados à esquerda, deverá haver um texto correspondente.

o) Devem ser escritos de forma clara e objetiva, evitando-se parágrafos prolixos ou extenuantes e privilegiando as orações na ordem direta como: sujeito – predicado – complemento.

p) Não serão aceitos textos com figuras, ilustrações e/ou fotografias, à exceção de gráficos e tabelas que sejam imprescindíveis para a compreensão do trabalho e compatíveis com a impressão em preto e branco, sendo vedada a utilização de gráficos e tabelas se originarem de terceiros.

q) Conter Resumo (entre 100 e 250 palavras) em língua portuguesa ou espanhola e em inglês, assim como a indicação de Palavras-chave (entre 3 e 10 palavras) também em português ou espanhol e inglês.

r) Conter: Sumário a ser indicado na sequência da apresentação do Título, Resumo (entre 100 e 250 palavras – peremptoriamente com 02 idiomas), sendo um em Língua portuguesa ou espanhola e outro necessariamente em inglês, assim como a indicação das Palavras-chave (entre 3 e 10 palavras), obedecendo o mesmo critério de apresentação do Resumo.

s) O texto deve obrigatoriamente vir acompanhado do termo de autorização para publicação – Cessão de Direitos Autorais/Patrimoniais – devidamente preenchido com as informações solicitadas, conforme modelo anexo e/ou disponível no site;

t) A qualificação do autor deverá ser em nota de rodapé e conter:

- no máximo 4 linhas;
- indicando obrigatoriamente o endereço de e-mail;
- a formação acadêmica;
- a Instituição de Ensino Superior ao qual esteja vinculado como aluno ou como professor;
- informar a cidade, estado e o país da Instituição de vínculo.

u) Todos os artigos, obrigatoriamente, deverão estar acompanhados do comprovante do pagamento da inscrição de cada autor e coautor.

v) Observando que o CONSINTER e uma instituição sem fins lucrativos, o valor da inscrição/submissão subsidia a publicação dos artigos na Revista Internacional CONSINTER de Direito. A taxa de submissão/inscrição é individual e exclusiva para cada autor. Portanto, cada autor deve efetuar a sua inscrição e pagar a sua respectiva taxa.

w) Um autor pode enviar quantos artigos desejar, porém, deve efetuar o pagamento da taxa de inscrição/submissão de cada um deles.

x) Observando as normas de qualificação, somente poderão ser liberados para publicação na Revista Internacional CONSINTER de Direito, um artigo de cada autor. Em caso de aprovação de dois ou mais artigos de um mesmo autor para a Revista, a comissão de avaliação, ao seu melhor juízo, escolherá um para publicação na Revista, os outros serão direcionados para publicação no livro Direito e Justiça ou para publicação nos próximos números da Revista.

→ Os artigos que não cumprirem as normas acima serão desclassificados

## **6. DOS SISTEMAS PARA A INDICAÇÃO DAS FONTES DAS CITAÇÕES**

Para a indicação das fontes das citações, os artigos deverão adotar a norma do Código de Redação Institucional da União Europeia (Norma Umberto Eco/EU).

Esse sistema é similar às normas da ABNT, entretanto, sua utilização é mais fácil (todos os separadores são vírgula) e só destaca em itálico, nunca em negrito.

### **Regras gerais:**

– Todos os elementos devem ser separados apenas por vírgula.

– Os elementos destacados com asterisco são obrigatórios.

#### **1. Livro**

1)\* Apelido (em versalete) e Nome(s) Próprio(s) do autor,

2)\* Título e subtítulo da obra (em itálico),

3) (“Coleção”),

4)\* Número da edição, se houver várias,

5)\* Local,

6)\* Editora,

7)\* Ano.

8) Dados eventuais da edição mais recente

9) Número de páginas e eventual número de volumes de que a obra se compõe

10)\* Tradução.

**Exemplos:**

a) na lista de referências

MOLINA DEL POZO, Carlos, *Prácticas de Derecho de la Unión Europea*, Curitiba, Juruá, 2019.

b) nas notas de rodapé

MOLINA DEL POZO, Carlos, *Prácticas de Derecho de la Unión Europea*, Curitiba, Juruá, 2019,

pp. 22-23.

**2. Capítulo de Livro**

1)\* Apelido (em versalete) e Nome(s) Próprio(s) do autor,

2)\* “Título do Artigo ou Capítulo” (entre aspas),

3)\* in

4)\* Apelido (em versalete) e Nome(s) Próprio(s) do organizador, org.,

5)\* Título da Obra Coletiva (em itálico),

6)\* volume (se for o caso),

7)\* Local, Editora, data, páginas.

**Exemplos:**

a) na lista de referências

VISENTINI, Paulo Fagundes, “A Inserção da China na Ásia e a Transformação Estratégica da Região” in PROCÓPIO, Argemiro, org., *O Século da China*, Curitiba, Juruá, 2010.

b) na nota de rodapé

VISENTINI, Paulo Fagundes, “A Inserção da China na Ásia e a Transformação Estratégica da Região” in PROCÓPIO, Argemiro, org., *O Século da China*, Curitiba, Juruá, 2010, pp. 14-15.

**3. Artigo de Periódico**

1)\* Apelido (em versalete) e Nome(s) Próprio(s) do autor,

2)\* “Título do Artigo ou Capítulo” (entre aspas),

3)\* Título da Revista (em itálico),

4)\* volume e número do fascículo,

5)\* data,

6)\* intervalo de páginas.

**Exemplos:**

a) na lista de referências

VELÁZQUEZ, Victor Hugo Tejerina, “Alguns Aspectos da Função Social da Propriedade no Novo Código Civil”, *Revista Autônoma de Direito Privado*, v. 1, set. 2006.

b) na nota de rodapé

VELÁZQUEZ, Victor Hugo Tejerina, “Alguns Aspectos da Função Social da Propriedade no Novo Código Civil”, *Revista Autônoma de Direito Privado*, v. 1, set. 2006, p. 52.

**Segue a referência da Norma Umberto Eco/UE**

Referência: ECO, Umberto, *Como Se Faz Uma Tese Em Ciências Humanas*, 13ª ed., Barcarena, Editorial Presença, 2007. Trad. Ana Falcão Bassos e Luís Leitão, pp. 101-102.

## 7. DA AVALIAÇÃO DOS ARTIGOS

Os artigos científicos serão analisados pelo Corpo de Pareceristas do CONSINTER, formado somente por renomados juristas Doutores e Pós-Doutores, nacionais e estrangeiros especialmente convidados. Os artigos científicos serão avaliados pelo sistema *double blind review*, no qual dois Pareceristas do CONSINTER avaliarão os trabalhos sem nenhuma identificação de autoria. A apreciação inominada dos artigos científicos afiança a imparcialidade do seu julgamento, diminui a subjetividade e as preferências ideológicas.

Dessa forma, o autor deverá evitar referências diretas a si mesmo e citações que possibilitem extrair da leitura do texto a sua autoria.

Em caso de admissão do artigo científico por um dos Pareceristas do CONSINTER e reprovação por outro, o texto, ao melhor alvitre do conselho diretivo, poderá ser submetido à apreciação de um terceiro Parecerista.

a) O conteúdo dos artigos científicos é de inteira responsabilidade dos autores e após submetido para avaliação não poderá sofrer qualquer substituição ou alteração, salvo solicitação do Corpo de Pareceristas;

b) Não é permitido plágio ou inserção de cópias literais.

## CONSINTER – CONSELHO INTERNACIONAL DE ESTUDOS CONTEMPORÂNEOS EM PÓS-GRADUAÇÃO

### Coordenação Executiva

Ivan Winters

Marcia Teixeira

[contato@consinter.org](mailto:contato@consinter.org)

[www.consinter.org](http://www.consinter.org)

<https://revistaconsinter.com/edicoes-antiores/>

### INDEXADORES DA REVISTA:

- Latindex
- Diadorim
- Sumários.org
- REDIB
- CAPES
- DOAJ
- LivRe
- Google Scholar
- Cite Factor
- Tribunal Superior Eleitoral
- RVBI
- Membro da CROSSREF



## **Instructions To Authors** **“Revista Internacional CONSINTER de Direito”**

### **1. ABOUT THE PUBLICATIONS**

For publication in the Revista Internacional CONSINTER de Direito, the scientific articles shall be evaluated by the double-blind review system, in which two CONSINTER Referees shall evaluate the papers without any author identification. The framework of the evaluated and accepted articles for the purpose of publication in Europe by the Editorial Juruá Lda., and in Brazil by Juruá Ltda, will follow the following criteria:

#### **FOR THE JOURNAL “REVISTA INTERNACIONAL CONSINTER DE DIREITO”**

According to the requirements of national and international agencies of investigation and teaching that evaluate the investigative and academic activity of Post-Graduation, the CONSINTER Executive Coordination, at the best of their judgment, will select a certain amount of articles approved that will be awarded with the Publication in the Journal “Revista Internacional do CONSINTER de Direito”, with ISSN from Portugal. Also:

a) For each article selected for the journal “Revista Internacional do CONSINTER de Direito”, a number of the specific and unique register in the DOI (Digital Object Identifier) system will be assigned;

b) A register in the DOI (Digital Object Identifier) system will also be assigned to the journal “Revista Internacional do CONSINTER de Direito”;

c) All articles published in the “Revista Internacional do CONSINTER de Direito” will be made available, free of charge, on the Editorial Juruá website.

d) The journal Revista Internacional CONSINTER de Direito is indexed on national and international databases, such as Google Scholar, Latindex, REDIB, DOAJ, CAPES, LivRe, Diadorim, Sumários.org, Cite Factor, Tribunal Superior Eleitoral and Rede Virtual de Bibliotecas Integradas (RVBI) and Crossref member.

**NOTE 1:** In the face of the technical rules, for the purpose of qualification of the journal, only the articles approved in which a least one of the authors and/or author has a doctorate degree will be selected for the journal “Revista Internacional CONSINTER de Direito”. The articles properly approved that do not fulfill this requirement will be published in the Book of CONSINTER.

**NOTE 2:** The Organizing Committee will be in charge of the nomination and the issue of the journal “Revista Internacional CONSINTER de Direito” in which the approved article will be authorized for publication.

### **2. PERIODICITY**

Half-yearly

### **3. REQUIREMENTS**

a) The submission of the scientific work for analysis is conditioned to the confirmation of subscriptions of all authors and co-authors;

b) Only articles approved by CONSINTER Referees Board/Editorial Board will be published.

### **4. REQUIRED DOCUMENTS FOR SUBMISSION**

a) Registration;

b) Proof of payment of the Submission/registration;

c) Assignment of copyrights signed;

d) Full Article following the guidelines of item 5;

e) The articles must be forwarded by one of the authors by e-mail [contato@consinter.org](mailto:contato@consinter.org)

### **5. RULES – THE ARTICLES SENT MUST FULFILL THE FOLLOWING CRITERIA:**

a) For the article, it is mandatory the adoption of the European Union’s Institutional Writing Code (Umberto Eco/EU norm) standards – see item 06.

This system is similar to the ABNT norms; however, the use becomes easier (all tabs are comma) and only highlights in italics, never in bold.

**b)** Be original (not published in books, specialized journals, or in the press in general) and present technical–legal property; national and international relevance of the theme approached, wording fluency, grammar correction, and respect to the ethical and scientific aspects.

**Note:** The texts inserted in documents of restrict circulation at universities will be considered original.

**c)** Have been produced by students and/or professors of *Lato Sensu* and/or *Stricto Sensu* PostGraduation courses, or by Masters, Doctors and Post-Doctors;

**d)** Works in co-authorship will be accepted, up to a maximum of three (03) participants adequately registered;

**e)** Be identified with one of the criteria of classification to be informed in the public notice;

**f)** The author (s) that submit the same scientific article (with the same title and content or only having the title changed) for more than one of the fields of Law above mentioned, will have both scientific articles automatically eliminated from the evaluation;

**g)** Have a minimum of 15 pages, and a maximum of 25 pages;

**h)** Be submitted in Word format in two distinct files, one with and the other without identification, both complete, containing: Title in Portuguese, Spanish, English, Italian or French; Summary; Abstract and Keywords in Portuguese or Spanish and in English, respecting the technical rules;

**i)** For the file, without identification the author needs to make sure that, in the content of the article to be evaluated, there is no information that makes it possible to identify the author or the Institution they are directly or indirectly bound to;

**j)** The article can be presented in Portuguese, Spanish, English, Italian, or French, observing that the title, abstract, and keywords have to, compulsorily, be written in two languages, being one of them, peremptorily, English.

**Examples:**

If written in Portuguese: the Abstract and the Keywords must be written in Portuguese and English.

If written in Spanish: the Abstract and the Keywords must be written in Spanish and English.

If written in English: the Abstract and the Keywords must be written in English and Portuguese.

**k)** English articles have priority in the analysis and publication, as long as one of the authors has a doctorate.

**l)** The text must be saved in a word file, in a recent version, with the following characteristics: Times New Roman font, size 12; justified alignment, without hyphenation; 1.5 spacing between lines; 1.5 cm paragraph spacing; do no special insert spacing before or after each paragraph; top and left margins with 3 cm, bottom and right margins with 2 cm; A4 size document; explanatory footnotes on the same page the reference is cited, and the references must follow the technical rules – European Union’s Institutional Drafting Code standards (Umberto Eco/EU norm) – see item 06.

**m)** The pages must be numbered;

**n)** For every title, subtitle, all of them aligned on the left, there must be a corresponding text;

**o)** The text must be written clearly and objectively, avoiding long-winded and strenuous paragraphs, giving priority to sentences in the direct order, such as subject-predicate – complement;

p) Texts with figures, illustrations and/or photographs will not be accepted, except for graphs and tables which are indispensable for the understanding of the work, and compatible with black and white printing, being prohibited the use of graphs and tables if originated from a third party;

q) It must contain an Abstract (between 100 and 250 words in Portuguese or Spanish and in English, as well as the Keywords (between 3 and 10 words), also in Portuguese or Spanish and in English;

r) It must contain: a Summary to be indicated in the sequence of the title presentation, Abstract (between 100 and 250 words, peremptorily in 02 languages, one of them in Portuguese or Spanish and the other in English, just as the Keywords (between 3 and 10 words), under the same criterion of the Abstract presentation;

s) The text must be accompanied by the copyright form – according to the model attachment and/or available in the website;

t) The qualification of the author must be in a footnote and contain:

- a maximum of 4 lines;
- mandatorily indicating the e-mail address;
- stating the academic training;
- naming the Higher Education Institution to which he/she is linked as a student or as a teacher;
- informing the city, state, and country of the related Institution.

u) All the articles must be accompanied by the proof of payment of each author and co-author's registration.

v) Noting that CONSINTER is a non-profit institution, the value of the registration/submission subsidizes the Publication of articles in the Revista Internacional CONSINTER de Direito. The submission/registration fee is individual and exclusive for each author. Therefore, each author must register and pay his/her respective fee. Ex: For the inclusion of an article in co-authorship with two authors – it is necessary the registration and payment of the fee for each one of the authors;

w) An author may send as many articles as he/she wishes, but he/she must pay the registration/submission fee for each one;

x) Observing the qualification rules, only one article from each author may be released for Publication in the Revista Internacional CONSINTER de Direito. In case of approval of two or more papers by the same author for the Journal, the evaluation committee, at its best judgment, will choose one for Publication in the Journal and the others will be directed for release in the Law and Justice book or the next issues of the Journal.

## 6. ABOUT THE SYSTEMS TO INDICATE THE SOURCES OF CITATIONS

For indicating the sources of the citations, the articles must adopt the European Union's Institutional Drafting Code standards (Umberto Eco/EU norm).

### General rules:

- All elements must be separated only by a comma.
- Features highlighted with an asterisk are mandatory.

### 1. Book

- 1) \* LAST NAME (in small caps) and Author's First Name (s),
- 2) \* Title and subtitle of the book (in italics),
- 3) ("Collection"),
- 4) \* Edition number, if there are several,

- 5) \* Location,
- 6) \* Publisher,
- 7) \* Year.
- 8) Possible data from the most recent edition.
- 9) Number of pages and the potential number of volumes of which the work is composed.
- 10) \* Translation.

Example:

a) in the reference list

MOLINA DEL POZO, Carlos, *Práticas de Derecho de la Unión Europea*, Curitiba, Juruá, 2019.

b) in the footnotes

MOLINA DEL POZO, Carlos, *Práticas de Derecho de la Unión Europea*, Curitiba, Juruá, 2019, pp. 22-23.

## **2. Book chapter**

- 1) \* LAST NAME (in small caps) and Author's First Name (s),
- 2) \* Title of Chapter or Essay (in quotes),
- 3) \* in
- 4) \* Last name (in small caps) and the Organizer's First Name (s), org.,
- 5) \* Title of the Collective Work (in italics),
- 6) \* volume (if applicable),
- 7) \* Place, Publisher, date, pages.

**Example:**

a) in the reference list

VISENTINI, Paulo Fagundes, "A Inserção da China na Ásia e a Transformação Estratégica da Região" in PROCÓPIO, Argemiro, org., *O Século da China*, Curitiba, Juruá, 2010.

b) in the footnotes

VISENTINI, Paulo Fagundes, "A Inserção da China na Ásia e a Transformação Estratégica da Região" in PROCÓPIO, Argemiro, org., *O Século da China*, Curitiba, Juruá, 2010, pp. 14-15.

## **3. Journal Article**

- 1) \* LAST NAME (in small caps) and Author's First Name (s),
- 2) \* "Title of Article or Chapter" (in quotes),
- 3) \* Journal Title (in italics),
- 4) \* volume and issue number,
- 5) \* date,
- 6) \* page range.

**Example:**

a) in the reference list

VELÁZQUEZ, Victor Hugo Tejerina, "Alguns Aspectos da Função Social da Propriedade no Novo Código Civil", *Revista Autônoma de Direito Privado*, v. 1, set. 2006.

b) in the footnotes

VELÁZQUEZ, Victor Hugo Tejerina, "Alguns Aspectos da Função Social da Propriedade no Novo Código Civil", *Revista Autônoma de Direito Privado*, v. 1, set. 2006, p. 52.

## **Umberto Eco/EU Standard**

Reference: ECO, Umberto, *Como Se Faz Uma Tese Em Ciências Humanas*, 13 ed., Barcarena, Editorial Presença, 2007. Trad. Ana Falcão Bassos e Luís Leitão. pp. 101-102.

## 7.ABOUT THE ARTICLE REVIEW

The CONSINTER Editorial Board analyzes the scientific articles, formed only by renowned Doctors and Post-Doctors, jurists, Brazilian, and foreigners, especially invited. The scientific papers will be evaluated by the double-blind review system, in which two CONSINTER members of the board will determine the works without any authorship identification. The assessment of scientific articles by anonymous authors guarantees the impartiality of judgment and decreases subjectivity and ideological preferences.

This way, authors must avoid direct references to themselves and citations that make it possible to extract its authorship from the reading of the text.

If the scientific article is accepted by one of the CONSINTER members and failed by another, the text, at the Director Council suggestion, can be subjected to a third-party assessment.

a) The content of the scientific articles is the authors' full responsibility, and after subjected to assessment, cannot go through any changes or replacements, except if requested by the Editorial Board;

b) Plagiarism or the insertion of verbatim copies are not allowed.

## INTERNATIONAL COUNCIL OF CONTEMPORARY IN POST-GRADUATE STUDIES CONSINTER – CONSELHO INTERNACIONAL DE ESTUDOS CONTEMPORÂNEOS EM PÓS-GRADUAÇÃO

### Executive Coordination

Ivan Winters

Marcia Teixeira

contato@consinter.org

www.consinter.org

<https://revistaconsinter.com/en/edicoes-anteriores/>

### INDEXERS

- Latindex
- Diadorim
- Sumários.org
- REDIB
- CAPES
- DOAJ
- LivRe
- Google Scholar
- Cite Factor
- Tribunal Superior Eleitoral
- RVBI
- CROSSREF member

## **POLÍTICA EDITORIAL DO CONSINTER**

### **Conselho Internacional de Estudos Contemporâneos em Pós-Graduação**

#### **FOCO – ESCOPO**

A missão da Revista Internacional CONSINTER de Direito é:

a) promover a autonomia individual através do conhecimento e da cultura para que, de forma construtiva e integradora, o indivíduo possa alavancar o seu próprio destino e, conseqüentemente, o da sociedade em geral;

b) integrar os acadêmicos de diversas Universidades nacionais e estrangeiras proporcionando crescimento na produção científicas de valor nos mais diversos países.

Tais desideratos serão instrumentalizados através da realização de encontros periódicos onde os participantes poderão interagirem entre si, além de ser facultado a cada um a apresentação oral da sua contribuição científica inédita, bem como divulgar seu trabalho via publicações físicas e digitais, tanto na Europa quanto no Brasil.

Deste modo, o CONSINTER pretende impulsionar a democratização do saber, a interação entre povos e a consolidação do desenvolvimento, pois no seu ver, a soma das contribuições procedentes de diferentes culturas jurídicas permitirá a superação dos atuais limites impostos pela geografia e a economia, ampliando em muito o conhecimento, a par de favorecer reflexões individuais comprometidas com os valores e princípios vetores que orientam a civilização contemporânea.

#### **POLÍTICA DE ACESSO LIVRE**

Com a finalidade de ultrapassar barreiras físicas, o CONSINTER – Conselho Internacional de Estudos Contemporâneos em Pós-Graduação oferece acesso livre imediato ao conteúdo publicado na Revista Internacional CONSINTER de Direito, seguindo o princípio da disponibilização gratuita do conhecimento científico, promovendo um intercâmbio do mesmo.

Acesse <https://revistaconsinter.com/edicoes-anteriores/> e tenha acesso gratuito à íntegra dos mais de 240 artigos publicados pelo CONSINTER em edições anteriores.

#### **PROCESSO DE AVALIAÇÃO DOS ARTIGOS CIENTÍFICOS**

a) Os artigos científicos serão analisados pelo Corpo de Pareceristas do CONSINTER, formado somente por renomados juristas Doutores e Pós-Doutores, nacionais e estrangeiros, especialmente convidados;

b) Os artigos científicos serão avaliados pelo sistema *double blind review*, no qual dois Pareceristas do CONSINTER avaliarão os trabalhos sem nenhuma identificação de autoria;

c) A apreciação inominada dos artigos científicos afiança a imparcialidade do seu julgamento, diminui a subjetividade e as preferências ideológicas;

d) Em caso de divergência entre os avaliadores, o artigo científico será submetido a um terceiro Parecerista para que a divergência possa ser sanada;

e) Os Pareceristas do CONSINTER utilizarão os critérios de avaliação indicados abaixo para avaliação do artigo científico submetido, devendo mensurá-los considerando as seguintes variáveis: Inadequado, Regular, Bom, Ótimo e Excelente:

- O artigo é adequado ao escopo e foco da Revista CONSINTER?
- O título do artigo representa o menor resumo do seu conteúdo?
- O resumo descreve o objetivo, referencial teórico e método utilizados, principais resultados e conclusões?
- Estruturação do texto
- Gráficos, tabelas, quadros

- Objetivos
  - Marco teórico
  - Metodologia / procedimentos metodológicos
  - Resultados / Discussão
  - Considerações finais ou Conclusão
  - Mérito
  - O tema é atual?
  - O trabalho é original?
  - O artigo contribui efetivamente para o avanço do conhecimento?
- f) Os artigos poderão receber um dos seguintes resultados de avaliação:
- Aceito para publicação sem restrições;
  - Aceito, para publicação sob condições, com correções obrigatórias;
  - Com correções obrigatórias;
  - Recusado.
- g) O processo de avaliação e publicação costuma levar de 7 a 10 meses.

### **PERIODICIDADE**

A Publicação da Revista Internacional CONSINTER de Direito é Semestral.

REVISTA INTERNACIONAL CONSINTER DE DIREITO – Ano I – Número I – 2º Semestre 2015 –  
Direito e Justiça – Aspectos Atuais e Problemáticos

**Publicado em:** 13.10.2015

REVISTA INTERNACIONAL CONSINTER DE DIREITO – Ano II – Número II – Efetividade do Direito

**Publicado em:** 12.09.2016

REVISTA INTERNACIONAL CONSINTER DE DIREITO – Ano II – Número III – Protección de los  
Derechos Fundamentales en un Contexto Global

**Publicado em:** 16.12.2016

REVISTA INTERNACIONAL CONSINTER DE DIREITO – Ano III – Número IV – Derecho ante los  
Desafíos de la Globalización

**Publicada em:** 30.06.2017

REVISTA INTERNACIONAL CONSINTER DE DIREITO – Ano III – Número V – Derecho ante los  
Desafíos de la Globalización

**Publicada em:** 22.12.2017

REVISTA INTERNACIONAL CONSINTER DE DIREITO – Ano IV – Número VI – 1º Semestre 2018  
– Estudos Contemporâneos

**Publicada em:** 29.06.2018

REVISTA INTERNACIONAL CONSINTER DE DIREITO – Ano IV – Número VII – 2º Semestre 2018  
– Estudos Contemporâneos

**Publicada em:** 19.12.2018

REVISTA INTERNACIONAL CONSINTER DE DIREITO – Ano V – Número VIII – 1º Semestre 2019  
– Estudos Contemporâneos

**Publicada em:** 28.06.2019

REVISTA INTERNACIONAL CONSINTER DE DIREITO – Ano V – Número IX – 2º Semestre 2019 –  
Estudos Contemporâneos

**Publicada em:** 18.12.2019

REVISTA INTERNACIONAL CONSINTER DE DIREITO – Ano VI – Número X – 1º Semestre 2020 –  
Estudos Contemporâneos

**Publicada em:** 30.06.2020

## **DIRETRIZES PARA PUBLICAÇÃO**

### **AUTORES:**

**Ineditismo do Artigo:** Cabe ao autor garantir que se trata de artigo científico inédito.

**Originalidade:** os autores são totalmente responsáveis pelo conteúdo (legalidade e autoria) do artigo e garantem sua autenticidade, responsabilizando-se civil e criminalmente por qualquer comentário e/ou opiniões que venham a fazer e que possam vir a caracterizar infração a direito de terceiros, à legislação de imprensa, ao Código de Defesa do Consumidor ou a qualquer outra legislação em vigor, além de responsabilizar-se pelo conteúdo disponibilizado na publicação ou qualquer outro material confeccionado, incluindo, mas não se limitando ao plágio e à veracidade das informações ali contidas.

**OBS.** As opiniões dos autores contidas nesta obra não representam necessariamente o entendimento e compreensão do CONSINTER, da Juruá Editora Ltda ou da Editorial Juruá Lda ou do seu Corpo de Pareceristas ou membros do Conselho Editorial.

**Autoria do Artigo:** No artigo científico devem constar os nomes de todos aqueles que fizeram uma contribuição significativa para a concepção, projeto, execução ou interpretação do estudo relatado, devendo ser enviado juntamente com o artigo, o formulário de direitos autorais preenchido e assinado por todos os autores.

**Decisão de publicação:** Ficará a critério do Comitê Organizador a indicação e o número da Revista ou do livro do CONSINTER em que o artigo avaliado e aprovado será liberado para publicação, segundo as Diretrizes de Publicação e observando as normas de técnicas de qualificação.

**Igualdade entre Participantes:** Os manuscritos submetidos serão recebidos igualmente, sem levar em conta raça, sexo, orientação sexual, crença religiosa, origem étnica, nacionalidade ou filosofia política dos autores, consubstanciado pela política de avaliação às cegas.

**Confidencialidade:** Em respeito ao princípio da impessoalidade, os pareceres exarados pelo Conselho Editorial do CONSINTER são sigilosos.

### **PARECERISTAS:**

**Qualificação dos Pareceristas:** Os artigos científicos serão analisados pelo Corpo de Pareceristas do CONSINTER, formado exclusivamente por juristas Doutores e Pós-Doutores, nacionais e estrangeiros, especialmente convidados.

**Sistema de avaliação de Artigos Científicos:** Os artigos científicos serão avaliados pelo sistema *double blind review*, no qual dois Pareceristas do CONSINTER avaliarão os trabalhos sem nenhuma identificação de autoria. A apreciação inominada dos artigos científicos afiança a imparcialidade do seu julgamento, diminui a subjetividade e as preferências ideológicas.



Ainda, em caso de divergência de pareceres e/ou se constatadas opiniões dissonantes, o texto, ao melhor alvitre do conselho diretivo, poderá ser submetido à apreciação de um terceiro Parecerista.

**Padrões de objetividade:** Os pareceres devem ser conduzidos de forma objetiva. Os pareceristas devem expressar seus pontos de vista de maneira clara e apoiados em argumentos.

### **CONSINTER**

Todos os artigos são avaliados por pares para garantir a qualidade da publicação científica.

Este periódico utiliza o sistema de verificação de plágio – *Plagius Detector*.

**OBS.** Não obstante a política de cuidado e zelo do CONSINTER, submetendo todos os artigos publicados à verificação do plágio, a autoria, legalidade e autenticidade do artigo é de exclusiva responsabilidade dos autores.

### **CUSTOS PARA SUBMISSÃO DO ARTIGO CIENTÍFICO**

Por ser uma Instituição sem fins lucrativos, o CONSINTER tem os custos de publicação subsidiados através dos recursos oriundos das taxas de inscrições realizadas e pelos autores participantes, bem como de eventuais apoiadores que desejem vincular seu nome junto aos eventos patrocinados pelo CONSINTER.

### **POLÍTICA DE LICENCIAMENTO**

Para fins da universalização e compartilhamento livre dos saberes a Revista do CONSINTER está indexada sob a Licença *Creative Commons 3.0*

Atribuição – Uso Não Comercial – Compartilhamento pela mesma licença 3.0 Brasil.

É permitido:

- Copiar, distribuir, exibir e executar a obra
- Criar obras derivadas

Sob as seguintes condições:

### **ATRIBUIÇÃO**

Você deve dar crédito ao autor original, da forma especificada pelo autor ou licenciante.

### **USO NÃO COMERCIAL**

Você não pode utilizar esta obra com finalidades comerciais.

### **COMPARTILHAMENTO PELA MESMA LICENÇA**

Se você alterar, transformar ou criar outra obra com base nesta, você somente poderá distribuir a obra resultante sob uma licença idêntica a esta.

Para cada novo uso ou distribuição, você deve deixar claro para outro, os termos da licença desta obra.

Licença Jurídica (licença integral):

<https://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/3.0/br/legalcode>

### **INDEXAÇÃO**

A Revista Internacional CONSINTER de Direito está indexada em base de dados nacionais e internacionais como: Google Scholar, Latindex, Sumários.org, Redib, Diadorim, CiteFactor, Tribunal Superior Eleitoral e RVBI e é membro da CROSEF.

## **CONSINTER'S EDITORIAL POLICY**

### **International Council for Contemporary Studies in Graduate Studies**

#### **FOCUS – SCOPE**

The mission of the CONSINTER International Law Journal is:

- a) promote individual autonomy through knowledge and culture so that, in a constructive and integrative way, the individual can leverage his destiny and, consequently, of the society in general;
- b) integrate scholars from different national and foreign Universities providing value growth in scientific production within the most diverse countries.

Such desideratum will be instrumentalized by periodic meetings, where participants will be able to interact with each other. Also, each one will have the opportunity of an oral presentation of their unprecedented scientific contribution, as well as disseminating their work via physical and digital publications, both in Europe and in Brazil.

In this way, CONSINTER intends to boost the democratization of knowledge, the interaction between peoples and the consolidation of development, since in its view, the sum of contributions from different legal cultures will allow the current limits imposed by geography, and the economy to be overcome, expanding much knowledge. In addition to that, it will favor individual reflections committed to the values and principles that guide contemporary civilization.

#### **FREE ACCESS POLICY**

To overcome physical barriers, CONSINTER – International Council for Contemporary Studies in Graduate Studies offers immediate free access to the content published in the CONSINTER International Law Journal, following the principle of making scientific knowledge available free of charge, promoting its exchange.

Access <https://revistaconsinter.com/en/edicoes-anteriores/> and get free full access to more than 240 articles published by CONSINTER in previous editions.

#### **SCIENTIFIC ARTICLES ASSESSMENT PROCESS**

- a) The scientific articles shall be analyzed by the CONSINTER Body of Opinion, formed only by renowned specially invited Ph.D. jurists and Post-Doctorates, national and foreign;
- b) Scientific papers shall be evaluated by the double-blind review system, in which two CONSINTER Partners will assess the works without any authorship identification;
- c) The innominate assessment of the scientific articles guarantees the impartiality of his/her judgment, decreases subjectivity and ideological preferences;
- d) In case of divergence between the evaluators, the scientific article shall be submitted to a third Reviewer so that the divergence can be resolved;
- e) CONSINTER's Partners shall use the evaluation criteria indicated below to evaluate the submitted scientific article, and will measure them considering the following variables: Inappropriate, Regular, Good, Great, and Excellent:
  - Is the article appropriate to the scope and focus of the CONSINTER Journal?
  - Does the title of the paper represent the smallest summary of its content?
  - Does the summary describe the objective, theoretical framework, and methods, main results, and conclusions used?
  - Text structuring
  - Graphs, tables, charts

- Objective
  - Theoretical framework
  - Methodology/methodological procedures
  - Results/Discussion
  - Final considerations or Conclusion
  - Merit
  - Is the topic current?
  - Is the work original?
  - Does the article effectively contribute to the advancement of knowledge?
- f) Articles may receive one of the following evaluation results:
- Accepted for publication without restrictions.
  - Accepted for publication under conditions, with mandatory corrections.
  - With mandatory corrections.
  - Declined..
- g) The evaluation process usually takes 7 to 10 months.

### **PERIODICITY**

The publication of the CONSINTER International Law Journal is semiannual.

REVISTA INTERNACIONAL CONSINTER DE DIREITO – Year I – Number I – 2nd Semester 2015 – Direito e Justiça – Aspectos Atuais e Problemáticos

**Published in:** 13.10.2015

REVISTA INTERNACIONAL CONSINTER DE DIREITO – Year II – Number II – 1st Semester – Effectiveness of Law

**Published in:** 12.09.2016

REVISTA INTERNACIONAL CONSINTER DE DIREITO – Year II – Number III – Protection of Fundamental Rights in a Global Context

**Published in:** 16.12.2016

REVISTA INTERNACIONAL CONSINTER DE DIREITO – Year III – Number IV – Law before the Globalization Challenges

**Published in:** 30.06.2017

REVISTA INTERNACIONAL CONSINTER DE DIREITO – Year III – Number V – Law before the Globalization Challenges

**Published in:** 22.12.2017

REVISTA INTERNACIONAL CONSINTER DE DIREITO – Year IV – Number VI – 1st Semester 2018 – Contemporary Studies – 1º Semestre 2018 – Estudos Contemporâneos

**Published in:** 29.06.2018

REVISTA INTERNACIONAL CONSINTER DE DIREITO – Year IV – Number VII – 2nd Semester 2018 – Contemporary Studies

**Published in:** 19.12.2018

REVISTA INTERNACIONAL CONSINTER DE DIREITO – Year V – Number VIII – 1st Semester 2019 – Contemporary Studies

**Published in:** 28.06.2019

REVISTA INTERNACIONAL CONSINTER DE DIREITO – Year V – Number IX – 2nd Semester 2019 – Contemporary Studies

**Published in:** 18.12.2019

REVISTA INTERNACIONAL CONSINTER DE DIREITO – Year VI – Number X – 1st Semester 2020 – Contemporary Studies

**Published in:** 30.06.2020

## **PUBLICATION GUIDELINES**

### **AUTHORS:**

**Originality of the Article:** It is up to the author to ensure that this is an unpublished scientific article.

**Originality:** the authors are fully responsible for the content (legality and authorship) of the article and guarantee its authenticity, being civilly and criminally responsible for any comments and/or opinions they may make and which may characterize infringement of the rights of third parties, press legislation, the Consumer Protection Code or any other law in force, in addition to being responsible for the content made available in the publication or any other material made, including, but not limited to, plagiarism and the integrity of the information contained therein.

**NOTE.** The authors' opinions in this work do not necessarily represent the understanding and comprehension of CONSINTER, of Juruá Editora Ltda, or of Editorial Juruá Lda, its Reviewers Board or members of the Editorial Board.

**Authorship of the Article:** The scientific article must include the names of all those who made a significant contribution to the conception, project, execution, or interpretation of the reported study, and the copyright form must be completed and signed by all authors together with the paper.

**Publishing decision:** It shall be at the discretion of the Organizing Committee the designation and the number of the Journal or CONSINTER book in which the evaluated and approved article shall be released for publication, according to the Publication Guidelines and observing the qualification techniques rules.

**Equality between Participants:** The submitted manuscripts shall also be received without regard to race, sex, sexual orientation, religious belief, ethnic origin, nationality, or political philosophy of the authors, substantiated by the blind evaluation policy.

**Confidentiality:** Concerning the principle of impersonality, the opinions issued by the CONSINTER Editorial Board are confidential.

### **REFEREES:**

**Qualification of Referees:** Scientific articles shall be analyzed by the CONSINTER Body of Opinion, formed exclusively by specially invited, national and foreign jurists, PhDs, and post-doctorates.

**Scientific Articles evaluation system:** Scientific papers shall be evaluated by the double-blind review system, in which two CONSINTER Referees will evaluate the works without any authorship identification. The innominate assessment of the scientific articles guarantees the impartiality of his/her judgment, decreases subjectivity and ideological preferences.

Also, in case of opinions divergence and/or if discordant views are found, at the best suggestion of the board of directors, the text may be submitted to a third Referee appreciation.

**Standards of objectivity:** Opinions must be conducted objectively. The referees must express their points of view clearly and supported by arguments.

### **CONSINTER**

Our articles are peer-reviewed to ensure the quality of the scientific publication.

This journal uses the Plagius Detector plagiarism verification system.

**NOTE.** Despite CONSINTER's care and zeal policy, submitting all published articles to plagiarism verification, the authorship, legality, and authenticity of the paper is the sole responsibility of the authors.

### **COSTS FOR SUBMISSION OF SCIENTIFIC ARTICLE**

As a non-profit institution, CONSINTER has its publication costs subsidized through resources from registration fees and by participating authors, as well as any supporters who wish to link their name to events sponsored by CONSINTER.

### **LICENSING POLICY**

For universalization and free sharing of knowledge, CONSINTER Journal is indexed under the Creative Commons 3.0 License

Attribution – Non-Commercial Use – Sharing by the same 3.0 Brazil license.

It's allowed:

- Copy, distribute, display and execute the work
- Create derivative works

Under the following conditions:

### **ATTRIBUTION**

You must give credit to the original author, as specified by the author or licensor.

### **NON-COMMERCIAL USE**

You may not use this work for commercial purposes.

### **SHARING BY THE SAME LICENSE**

If you change, transform, or create another work based on it, you may only distribute the resulting work under a license identical to this one.

For each new use or distribution, you must make clear to others the license terms for this work.

Legal License (full license):

<https://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/3.0/br/legalcode>

### **INDEX**

The CONSINTER International Law Journal is indexed in national and international databases such as Google Scholar, Latindex, Sumários.org, Redib, Diadorim, CiteFactor, Superior Electoral Court, and RVBI and is a member of CROSEF.

## CORPO DE PARECERISTAS

### **Adel El Tasse**

Mestre e Doutor em Direito Penal. Advogado em Curitiba. Procurador Federal. Professor na Escola da Magistratura do Estado do Paraná. Professor do CERS. Coordenador no Paraná da NEAACCRIM.

### **Adriano Martelete Godinho**

Doutor em Direito pela Universidade de Lisboa – Portugal e Mestre em Direito pela Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG. Advogado. Professor do PPGD do Centro de Ciências Jurídicas da Universidade Federal da Paraíba – UFPB, João Pessoa – PB.

### **Albert Pastor Martínez**

Doutor e Mestre em Direito pela Universitat Autònoma Barcelona – Espanha. Professor Agregado Direito do Trabalho do Trabalho Seguridade Social da Universitat Autònoma de Barcelona – Espanha.

### **Alejandro Menéndez Moreno**

Professor Agregado Direito do Trabalho do Trabalho Seguridade Social da Universitat Autònoma de Barcelona.

### **Alessandra Lehmen**

Doutora e Mestre em Direito pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS e Mestre (LL.M.) em Direito Ambiental pela Stanford Law School. Advogada habilitada em Porto Alegre – RS – Brasil e em Nova Iorque.

### **Almir Santos Reis Junior**

Doutor em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP. Professor adjunto dos cursos de Direito da Universidade Estadual de Maringá – UEM – PR e da Pontifícia Universidade Católica do Paraná – PUC-PR, Maringá – PR.

### **Aloisio Khroling**

Pós-Doutor em Filosofia Política pela Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ e em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP. Doutor em Filosofia pelo Instituto Santo Anselmo em Roma – Itália, reconhecido como PH.D em Filosofia pela UFES. Mestre em Teologia e Filosofia pela Universidade Gregoriana – Roma – e em Sociologia Política pela Escola de Sociologia e Política de São Paulo. Professor Titular na Graduação e no Mestrado da Faculdade de Direito de Vitória – FDV, Vitória – ES.

### **Ana Barbuda Ferreira**

Doutora em Direito pela Universidade Federal da Bahia – UFBA e Mestre em Família na Sociedade Contemporânea pela Universidade Católica do Salvador – UCSal. Professora na Universidade Católica do Salvador – UCSal, Salvador – BA.

### **Ana Rachel Freitas da Silva**

Doutora e Mestre em Direito das Relações Internacionais pelo Centro Universitário de Brasília – UniCeub. Professora no Centro Universitário de Brasília – UniCeub, Brasília – DF.

### **André Folloni**

Doutor em Direito pela Universidade Federal do Paraná – UFPR e Mestre pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná – PUC-PR. Advogado. Professor no PPGD da Pontifícia Universidade Católica do Paraná – PUC-PR, Curitiba – PR.

### **Andréia Macedo Barreto**

Pós-Doutorado pelo Ius Gentium Conimbrigae, Centro de Direitos Humanos, sediado na Universidade de Coimbra – Portugal. Doutora e Mestre em Direitos Humanos pela Universidade Federal do Pará – UFPA, Belém – PA. Defensora pública do Estado do Pará.

### **Andreza Cristina Baggio**

Doutora em Direito Econômico e Socioambiental pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná – PUC-PR. Professora da Graduação e do PPGD na UNICURITIBA e UNINTER, Curitiba – PR.

### **Antonio Armando Ulian do Lago Albuquerque**

Doutor em Ciência Política pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ. Mestre em Teoria e Filosofia do Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC. Professor Efetivo da Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT, Cáceres – MT e da Universidade Federal de Mato Grosso – UFMT, Cuiabá – MT.

### **Antônio Carlos Efing**

Doutor e Mestre em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP. Professor Titular da Pontifícia Universidade Católica do Paraná – PUC-PR, Curitiba – PR.

### **Antônio César Bochenek**

Doutor em Direito pela Universidade de Coimbra. Juiz Federal do Tribunal Regional Federal da 4ª Região. Professor da ESMAFE/PR.

### **Antonio Maria Javato Marín**

Professor Titular de Derecho Penal – Universidad de Valladolid.

### **Antônio Pereira Gaio Júnior**

Pós-Doutorado em Direito pela Universidade de Coimbra – Portugal e em Democracia e Direitos Humanos pelo Ius Gentium Conimbrigae – Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra – Portugal. Doutor e Mestre em Direito pela Universidade Gama Filho. Professor na Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, Rio de Janeiro – RJ.

**Antônio Veloso Peleja Júnior**

Doutor em Direito pela PUC-SP. Professor Efetivo na Graduação e Pós-Graduação 'Stricto Sensu' da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Mato Grosso – UFMT. Juiz de Direito do TJMT, dedicando especial atenção nos seguintes temas: Direito Processual Constitucional, Direito Processual Civil, Direito Constitucional e Direito Eleitoral.

**Aparecida Turolo Garcia (Ir. Jacinta)**

Doutora em Filosofia pela Universidade Urbaniana – Roma – Itália. Professora da Universidade do Sagrado Coração – UNISAGRADO, Bauru – SP.

**Argelia Queralt Jiménez**

Doutora pela Universitat de Barcelona. Professora de Direito Constitucional da Universitat Barcelona – Espanha.

**Arnaldo Sampaio de Moraes Godoy**

Pós-Doutorado em Direito Comparado na Universidade de Boston, em Direito Constitucional pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUC-RS, em Literatura e em História do Direito pela Universidade de Brasília – UnB. Doutor e Mestre em Filosofia do Direito e do Estado pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP. Livre docente em Teoria Geral do Estado pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo – USP, São Paulo – SP.

**Artur Stamford da Silva**

Doutor em Teoria, Filosofia e Sociologia do Direito e Mestre em Direito Público pela Universidade Federal de Pernambuco – UFPE. Professor Titular da Universidade Federal de Pernambuco – UFPE, Recife – PE.

**Augusto Martinez Perez**

Doutor em Direito do Estado e Mestre em Direito Penal pela Universidade de São Paulo – USP. Juiz Federal. Professor Titular da Universidade de Ribeirão Preto – UNIP, Ribeirão Preto – SP.

**Bruno César Lorencini**

Doutor em Direito do Estado pela Universidade de São Paulo – USP e Doutor em Direito Processual, Administrativo e Financeiro pela Universidade de Salamanca – Espanha. Juiz Federal. Professor da Universidade Presbiteriana Mackenzie. Professor do PPGD da Faculdade Alves Faria – ALFA, São Paulo – SP.

**Bruno Gomes Borges da Fonseca**

Pós-Doutor em Direito pela Universidade Federal do Espírito Santo – UFES e Pós-doutorando em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais – PUC-MG. Doutor e Mestre em Direitos e Garantias Fundamentais pela Faculdade de Direito de Vitória – FDV. Procurador do Trabalho. Professor da graduação e pós-graduação da Faculdade de Direito de Vitória – FDV, do Programa de

mestrado Profissional da Universidade Federal do Espírito Santo – UFES e da Pós-graduação da Escola Superior do Ministério Público da União – ESMPU, Vitória – ES.

**Bruno Sena Martins**

Doutor em Grupo de Estudos Anglo-Americanos pela Universidade de Coimbra. Professor da Universidade de Coimbra – Portugal.

**Candido Furtado Maia Neto – In Memoriam**

Pós-Doutor em Direitos Humanos. Doutor em Direito. Procurador de Justiça do Ministério Público do Estado do Paraná.

**Carina Barbosa Gouvêa**

Pós-Doutora em Direito Constitucional – Universidade Federal de Pernambuco – UFPE, Doutora e Mestre em Direito pela Universidade Estácio de Sá – UNESA. Professora do Programa de Pós PPGD da Universidade Federal de Pernambuco – UFPE, Recife – PE.

**Carina Costa de Oliveira**

Pós-Doutora pela University of Cambridge – Cambridge Centre for Environment, Energy and Natural Resource Governance – CEENRG, Doutora em Direito Internacional na Universidade Paris II-Panthéon Assas e Mestre Direito Internacional pelo Centro Universitário de Brasília – UniCEUB. Professora adjunta da Faculdade de Direito da Universidade de Brasília – UnB, Brasília – DF.

**Carlos Edison do Rêgo Monteiro Filho**

Doutor em Direito Civil e Mestre em Direito da Cidade pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ. Professor Titular de Direito Civil da Faculdade de Direito da Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ, Rio de Janeiro – RJ.

**Carlos Magno de Souza Paiva**

Doutor em Direito Público pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais – PUC-Minas e Mestre em Direito Público pela Universidade de Coimbra – Portugal. Professor Adjunto do Departamento de Direito da Universidade Federal de Ouro Preto – UFOP, Ouro Preto – MG.

**Carlos Marden**

Doutor em Direito Processual pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais – PUC-Minas e Mestre em Ordem Jurídica Constitucional, especialista em Processo Civil e graduado em Direito pela Universidade Federal do Ceará – UFC. Procurador Federal. Professor da Escola Superior Dom Helder Câmara – Belo Horizonte – MG.

**Carlos Roberto Bacila**

Pós-Doutor pela Universidade de Ottawa – Canadá. Doutor em Direito Penal pela Universidade Federal do Paraná – UFPR. Professor de Criminologia, Direito Penal e Cinema da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná – UFPR, Curitiba – PR.

**Carlos Roberto de Alckmin Dutra**

Doutor e Mestre em Direito pela Universidade de São Paulo – USP. Professor na Universidade Carlos Drummond de Andrade, São Paulo – SP.

**Carlyle Popp**

Doutor em Direito Civil pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP e Mestre em Direito pela Universidade Federal do Paraná – UFPR. Membro do Instituto dos Advogados do Paraná e da Academia Paranaense de Letras Jurídicas. Professor Universitário Faculdades Integradas Curitiba, Curitiba – PR.

**Cibele Fernandes Dias**

Doutora e Mestre em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP. Professora de Direito Constitucional da Faculdade de Educação Superior do Paraná – FESP e da Escola da Magistratura Federal do Paraná – ESMAFE, Curitiba – PR.

**Consuelo Yatsuda Moromizato Yoshida**

Doutora e Mestre em Direito das Relações Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP. Professora das Escolas Superiores da Magistratura, do Ministério Público, da OAB. Professora – Mestrado do Centro Universitário Salesiano de São Paulo, São Paulo – SP.

**Coral Aranguena Fanego**

Catedrática de Derecho Procesal – Universidad de Valladolid.

**Cristiane Farias Rodrigues dos Santos**

Doutora em Direito pela Faculdade de Direito Universidade de São Paulo – FADUSP. Juíza Federal. Pesquisadora FADUSP – Políticas Públicas e Poder Judiciário.

**Cristiane Vieira Jaccoud do Carmo Azevedo**

Pós-Doutoranda no Instituto de Geociências da Universidade Federal Fluminense – UFF, Doutora pela COPPE – UFRJ e Mestre pela Universidade Católica de Santos – UNISANTOS, Santos – SP. Advogada. Professora da Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro – EMERJ, Escola Superior de Advocacia Pública do Estado do Rio de Janeiro – ESAP, Escola de Administração Judiciária do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro – ESAJ TJRJ, na Universidade Cândido Mendes – UCAM e na Escola Superior de Advocacia – ESA da OAB-RJ.

**Cristiano Becker Isaia**

Pós-Doutor e Doutor em Direito pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS. Professor do PPG Direito da Universidade Federal de Santa Maria RS – UFSM, Santa Maria – RS.

**Cristina Guilarte Martín-Calero**

Catedrática de Derecho Civil – Universidad de Valladolid.

**Cristina Roy Pérez**

Doutora em Direito. Professora de Direito Mercantil da Universitat Barcelona – Espanha.

**Danielle de Andrade Moreira**

Doutora e Mestre em Direito da Cidade pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ. Professora Adjunta da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – PUC-RIO, Coordenadora do Grupo de Pesquisa – JUMA do NIMA/PUC-Rio, Rio de Janeiro – RJ.

**Deilton Ribeiro Brasil**

Pós-Doutor em Democracia e Direitos Humanos pelo IGC CDH da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra – Portugal, Doutor em Estado e Direito: Internacionalização e Regulação pela Universidade Gama Filho – RJ e Mestre pela Faculdade de Direito Milton Campos de Belo Horizonte – MG. Professor da Graduação e do PPGD da Universidade de Itaúna – UIT, Itaúna – MG e das Faculdades Santo Agostinho – FASA, Montes Claros – MG.

**Denise Hammerschmidt**

Pós-Doutora e Doutora em Direito e Ciência Política pela Universidade de Barcelona – Espanha. Juíza. Professora Licenciada da Faculdade Curitiba e Professora Visitante do Programa de Mestrado e Doutorado da Universidade Norte Pioneiro – UENP, Jacareizinho – PR.

**Dhenis Cruz Madeira**

Doutor, Mestre e especialista em Direito Processual pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais – PUC-Minas. Professor Adjunto dos cursos de graduação e pós-graduação em Direito da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais – PUC-Minas e da Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF, Juiz de Fora – MG.

**Diego Nassif da Silva**

Doutor e Mestre em Ciência Jurídica pela UENP. Professor universitário. Analista judiciário na Justiça Federal do Paraná (TRF4).

**Dilson Jatahy Fonseca Neto**

Doutor em Direito Civil e Mestre em Direito Romano e Sistemas Jurídicos Contemporâneos pela Universidade de São Paulo – USP, bacharel em Direito pela Universidade Federal da Bahia – UFB, Salvador – BA, Pós-graduado em Direito Tributário pelo IBET, São Paulo – SP.

**Douglas Henrique Marins dos Santos**

Doutor em Ciências pela Universidade Federal de São Paulo – UNIFESP e Mestre em Direito pela Universidade do Porto – Portugal. Professor no Centro Universitário do Programa de Mestrado do Instituto de Educação Superior de Brasília IESB-DF, Brasília – DF.



**Eder Bomfim Rodrigues**

Pós-Doutor em Filosofia pela Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG, Doutor e Mestre em Direito Público pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais – PUC-Minas. Advogado. Professor dos Cursos de Graduação da Faculdade Minas Gerais e da Universidade Presidente Antônio Carlos – Campus Nova Lima – MG.

**Edgardo Torres**

Juiz-Presidente da Segunda Divisão Civil da Corte Superior de Lima Norte – Peru. Trabalha na Oficina de Controle da Magistratura – OCMA, como Adjunto na Unidade de Investigação e anticorrupção.

**Edilene Lôbo**

Doutora em Direito Processual pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais – PUC-Minas e Mestre em Direito Administrativo pela Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG. Advogada. Professora do Mestrado e da Graduação em Direito pela Universidade de Itaúna – UIT, Itaúna – MG.

**Eduardo Biacchi Gomes**

Pós-Doutor em Estudos Culturais pela Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ. Doutor em Direito pela Universidade Federal do Paraná – UFPR. Advogado. Professor Titular da Pontifícia Universidade Católica do Paraná – PUC-PR e Professor Adjunto do Curso de Direito UNINTER – Curitiba – PR.

**Eduardo Molan Gaban**

Doutor em Direito Constitucional e Econômico pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP e New York University, como Visiting Fulbrighter. Professor Doutor da Universidade de São Paulo – USP, São Paulo – SP.

**Eduardo Saldanha**

Pós-Doutor em Direito pela Fordham USA, Doutor em Direito pela Universidade de São Paulo – USP e Mestre em Direito Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC. Professor da Pontifícia Universidade Católica do Paraná – PUCPR, da UNIVALI, Itajaí – SC e da Universidade Estadual de Londrina – UEL, Londrina – PR.

**Elena Palomares**

Doutora em Direito. Professora Associada Direito Civil da Universitat de Barcelona – Espanha.

**Eneida Lima de Almeida**

Doutora em Direito do Trabalho pela Universidade de Salamanca – Espanha. Membro integrado do Instituto Jurídico Português – Portugal e do Centro de Estudios de la Mujer – CEMUSA – Espanha.

**Erick Cavalcanti Linhares**

Pós-Doutor em Direitos Humanos e Democracia pela Universidade de Coimbra, Doutor em Relações Internacionais pela Universidade de Brasília – UnB. Juiz de Direito do Tribunal de Justiça de Roraima. Professor na Universidade Estadual de Roraima – UERR, Boa Vista – RR.

**Érika Bechara**

Doutora e Mestre em Direito das Relações Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP. Professora de Direito Ambiental nos cursos de graduação e pós-graduação em Direito Ambiental da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP, Professora de Direito Ambiental e Direito do Consumidor na graduação da Faculdade de Direito de Sorocaba, Sorocaba – SP.

**Everton das Neves Gonçalves**

Doutor em Direito Econômico pela Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG e em Derecho Internacional pela Universidad de Buenos Aires, UBA-Bs. As – Argentina, Mestre pela Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC-SC. Professor Associado do Departamento de Direito do Centro de Ciências Jurídicas da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC e Professor do Curso de Especialização em Direito Empresarial na UNESCO, Criciúma – SC.

**Everton Luiz Zanella**

Doutor em Processo Penal (PUC-SP). Mestre em Direito Penal (PUC-SP). Professor da Universidade Mackenzie e da Escola Superior do Ministério Público. Professor Convidado de cursos de Pós-Graduação. Promotor de Justiça (MPSP).

**Fábio Carvalho Leite**

Doutor em Direito Público pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ e Mestre em Direito Constitucional e Teoria do Estado e graduado em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – PUC-Rio. Professor de Direito Constitucional em cursos de graduação, mestrado e doutorado da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – PUC-Rio, Rio de Janeiro – RJ.

**Fábio Resende Leal**

Doutor pela Instituição Toledo de Ensino – ITE-Bauru. Professor Adjunto da Universidade Paulista – UNIP, São Paulo – SP. Membro do Instituto Brasileiro de Direito Processual – IBDP, São Paulo – SP.

**Fabrizio Veiga Costa**

Pós-Doutorado em Educação (UFMG). Doutorado em Direito (PUC-Minas). Professor do Mestrado e Doutorado em Proteção dos Direitos Fundamentais da Universidade de Itaúna, Minas Gerais, Brasil.

**Felipe Chiarello de Souza Pinto**

Doutor e Mestre pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP. Diretor da Faculdade de Direito da Universidade Presbiteriana Mackenzie. Professor Titular da Faculdade de Direito e do Programa de mestrado e doutorado e Membro da Academia Mackenzista de Letras. Professor Colaborador do PPGD da Universidade de Passo Fundo – UPF, Passo Fundo – RS.

**Felipe Dutra Asensi**

Pós-Doutor em Direito pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ, Doutor em Sociologia pelo Instituto de Estudos Sociais e Políticos pelo IESP UERJ, Mestre em Sociologia pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro – IUPERJ. Advogado. Professor de mestrado e doutorado da Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ, Universidade Católica de Petrópolis – UCP e Universidade Santa Úrsula – USU.

**Fernanda Ivo Pires**

Doutora e Mestre em Direito das Relações Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP. Advogada. Pesquisadora. Professora dos cursos de Pós-graduação da UCSal e da Unifacs, Professora do Centro Universitário Jorge Amado – Unijorge, Salvador – BA e da Faculdade Social da Bahia, Salvador – BA.

**Fernando Gaburri**

Doutor em Direitos Humanos pela Universidade de São Paulo – USP e Mestre em Direito Civil Comparado pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP. Professor da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN e do Centro Universitário do Rio Grande do Norte – UNI-RN, Natal – RN.

**Fernando Gustavo Knoerr**

Doutor, Mestre em Direito do Estado e Bacharel pela Universidade Federal do Paraná – UFPR. Professor do Programa de mestrado do Centro Universitário Curitiba – UNICURITIBA, Professor da Escola da Magistratura do Paraná e da Fundação Escola do Ministério Público do Paraná, Curitiba – PR.

**Fernando Machado**

Doutor em Direito Constitucional pela Instituição Toledo de Ensino – ITE Bauru e Mestre em Direito Processual pela Universidade Paranaense – UNIPAR. Assessor Jurídico da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul. Professor no Centro Universitário da Grande Dourados – UNI-GRAN, Dourados – MS.

**Fernando René Graeff**

Doutor e Mestre em Direito pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, Porto Alegre, RS com ênfase em Direito Civil, Direito de Família e Direito das Sucessões.

**Fernando Rister de Souza Lima**

Doutor em Filosofia do Direito e do Estado pela Faculdade de Direito da PUC-SP, com Estágio Doutoral sanduíche na Università degli Studi di Macerata – Itália. Professor Doutor Período Integral – PPI da Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo – SP.

**Fernando Sérgio Tenório de Amorim**

Pós-Doutor em Direito pela Université de Montréal, Canadá – CRDP. Doutor e Mestre em Direito Universidade Federal de Pernambuco – UFPE. Procurador Judicial da Procuradoria-Geral do Município de Maceió. Coordenador da Graduação e da Pós-graduação *La To Sensu* do Curso de Direito do Centro Universitário CESMAC, Maceió – AL.

**Fladimir Jerônimo Belinati Martins**

Doutor em Direito (Sistema Constitucional de Garantia de Direitos) pelo ITE-Bauru e graduado em Odontologia pela Universidade Estadual de Londrina. Juiz Federal. Professor no Centro Universitário Toledo, Presidente Prudente – SP.

**Flávia Pereira Ribeiro**

Doutora em Direito Processual Civil pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP, especialista em Direito Imobiliário, Execução Civil e Desjudicialização. Advogada. Professora em Cursos de Processo Civil na Escola Superior de Advocacia da Ordem dos Advogados do Brasil – Seção São Paulo – SP.

**Francisco Bissoli Filho**

Doutor em Direito pela Universidade Federal do Paraná – UFPR, Mestre em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC. Procurador de Justiça do Ministério Público catarinense. Professor Adjunto de Direito Penal e Processual Penal da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, Florianópolis – SC.

**Francisco Glauber Pessoa Alves**

Doutor e Mestre em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP. Magistrado. Professor de Pós-graduação, Secretário-Geral do Instituto Brasileiro de Direito Processual – IBDP, Rio Grande do Norte. Membro da Associação Norte e Nordeste de Professores de Processo – ANNEP, do Instituto Potiguar de Direito Processual Civil – IPPC e da Associação de Ciências Jurídicas e Sociais de Mossoró – ACJUS, Mossoró – RN.

**Frederico Valdez Pereira**

Doutor em Processo Penal pela Università degli Studi di Pavia – Itália, com período de cotutela no Doutorado em Ciências Criminais da PUC-RS, Mestre em Direito pela Universidade de Lisboa – Portugal e Mestre em Ciências Criminais pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUC-RS. Juiz Federal. Professor na Escola Superior da Magistratura Federal do Rio Grande do Sul, Bento Gonçalves – RS

**Fulvia Helena de Gioia**

Doutora em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade Presbiteriana Mackenzie. Mestre em Teoria do Estado, pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP. Coordenadora Adjunta de Pesquisa e TCC e Professora na graduação na Faculdade de Direito da Universidade Presbiteriana Mackenzie. Professora convidada da pós-graduação lato-sensu da Escola Paulista de Direito – EPD, São Paulo – SP.

**Gina Vidal Marcílio Pompeu**

Pós-Doutora em Direito pela Universidade de Lisboa – Portugal, Doutora pela Universidade Federal de Pernambuco – UFPE e Mestre pela Universidade Federal do Ceará – UFC. Advogada. Coordenadora e Professora do PPGD da Universidade de Fortaleza – UNIFOR, Fortaleza – CE.

**Giselle Marques de Araújo**

Doutora em Direito pela Universidade Gama Filho, convalidado pela Universidade Veiga de Almeida. Mestre em Direito pela Universidade Gama Filho. Professora de Direito Público da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – UFMS, Campo Grande – MS.

**Giuliana Redin**

Doutora em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná – PUC-PR. Professora do Programa de Pós-Graduação *Stricto sensu* da Universidade Federal de Santa Maria – UFSM. Coordenadora do MIGRAIDH, Santa Maria – RS.

**Gonçalo S. de Melo Bandeira**

Doutor pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra – Portugal e pela Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa. Advogado. Professor na Escola Estatal Superior de Gestão do Instituto Politécnico do Cávado e do Ave – Portugal.

**Gursen de Miranda**

Doutor em Direito na Universidade Clássica de Lisboa – Portugal e Mestre em Direito Agrário na Universidade Federal de Goiás – UFG, Goiânia – GO. Professor Decano da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Roraima – UFRR, Boa Vista – RR.

**Ingo Wolfgang Sarlet**

Doutor em Direito pela Ludwig Maximilians Universität München. Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Direito – Mestrado e Doutorado da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUC-RS, Professor Titular da Faculdade de Direito e dos Programas de Mestrado e Doutorado em Direito e em Ciências Criminais da Escola de Direito da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUC-RS.

**Inmaculada García Presas**

Doutora em Direito. Professora de Derecho Civil de la Universidad de A Coruña – Espanha.

**Isaac Sabbá Guimarães**

Doutor em Direito pela Università Degli Studi di Perugia – Itália, Doutor pela Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI e Mestre pela Universidade de Coimbra – Portugal. Promotor de Justiça do Ministério Público de Santa Catarina. Professor convidado da Escola do Ministério Público do Estado de Santa Catarina, Balneário Camboriú – SC.

**Isaar Soares de Carvalho**

Doutor em Filosofia pela UNICAMP. Pós-Doutor em Letras Clássicas e Vernáculas (USP). Experiência de 25 anos no Ensino Superior. Professor Substituto no IFCH – UNICAMP em 2013. Professor na UEMG – Campus de Frutal-MG, dedicando especial atenção nos seguintes temas: Filosofia, Filosofia e Teoria Política, Ética, Teologia, Teodicéia, Religião, Filosofia da Educação e Filosofia do Direito.

**Ivan Luiz da Silva**

Doutor e Mestre em Direito Penal pela Universidade Federal de Pernambuco – UFPE. Procurador de Estado de Alagoas. Professor de Direito da Faculdade de Tecnologia de Alagoas, Maceió – AL.

**Jamile Bergamaschine Mata Diz**

Doutora em Direito Público e Direito Comunitário pela Universidad de Alcalá de Henares – Espanha. Professora Adjunta da Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG, da Fundação Universidade de Itaúna e do Instituto Novos Horizontes, Belo Horizonte – MG.

**Jane Lúcia Wilhelm Berwanger**

Doutor em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP, Mestre em Direito pela Universidade de Santa Cruz do Sul. Advogada. Professora da Faculdade ATAME, da Faculdade IMED, do Instituto CENECISTA de Ensino Superior de Santo Ângelo – CNEC, Pontifícia Universidade Católica do Paraná – PUC-PR, do Instituto Latino-americano de Direito Social – IDS, do Centro Universitário Ritter dos Reis – UNIRITTER, da Universidade FEEVALE, da Escola de Magistratura Federal do Paraná, da Escola da Magistratura Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre – RS.

**Jânia Maria Lopes Saldanha**

Pós-Doutora em Direito do Institut des Hautes Études sur la Justice – Paris, Doutora em Direito Público pela UNISINOS e Mestrado em Integração Latino-Americana da UFSM. Professora do Departamento de Direito da Universidade Federal de Santa Maria – UFSM e do PPGD e da Escola de Direito da UNISINOS – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Porto Alegre – RS.

**Jeferson Dytz Marins**

Doutor em Direito pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS, Mestre em Direito pela Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC. Professor da graduação e pós-graduação da Universidade de Caxias do Sul – UCS, Professor da pós-graduação de diversas instituições de Ensino Superior, Coordenador das Especializações em Direito Empresarial e Processual da Universidade de Caxias do Sul – UCS, Caxias do Sul – RS.

**Jesuvaldo Eduardo de Almeida Junior**

Pós-Doutor em Direitos Humanos pela Universidade de Coimbra – Portugal. Doutor e Mestre em Sistema Constitucional de Garantia de Direitos pela ITE-Bauru. Professor e Coordenador da Escola Superior da Advocacia – OAB SP. Professor visitante da pós-graduação da Universidade Estadual de Londrina – UEL, da Pontifícia Universidade Católica do Paraná – PUC-PR, Londrina – PR.

**José Eduardo de Miranda**

Doutor em Direito pela Universidad de Deusto – Espanha. Professor Convidado da Faculdade de Direito da Universidad de Deusto, em Bilbao – Espanha, da Faculdade de Direito da Universidad de Cantábria, em Santander – Espanha. Membro do Grupo de Pesquisa – CNPQ.

**José Eduardo Figueiredo de Andrade Martins**

Doutor e Mestre em Direito Civil pela Universidade de São Paulo. Advogado e Consultor Jurídico. Professor dos cursos de graduação em Direito e pós-graduação *Lato Sensu* em Direito Tributário da Pontifícia Universidade Católica de Campinas – PUC-Campinas, Campinas – SP.

**José Ignacio Vásquez Márquez**

Doutor em Direito Universidade de Los Andes. Professor de Direito Constitucional da Universidade do Chile – Chile.

**José María Tovillas Moran**

Doutor em Direito. Professor Titular de Direito Financeiro e Tributário da Universitat de Barcelona – Espanha.

**José Osório do Nascimento Neto**

Pós-Doutor pela Universidade MACKENZIE-SP. Doutor e Mestre em Direito Econômico e Social pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná – PUC-PR. Professor do Centro Universitário UNIBRASIL, na ESTÁCIO-Curitiba, onde coordena a Iniciação Científica. Professor convidado da Pós-graduação da Universidade POSITIVO e da Escola da Magistratura Federal do Paraná – ESMAFE, Curitiba – PR.

**José Renato Martins**

Doutor em Direito Penal pela Universidade de São Paulo – USP. Mestre em Direito Constitucional pela Universidade Metodista de Piracicaba – UNIMEP. Advogado. Professor e Coordenador da graduação e Especialização na – Universidade Metodista de Piracicaba – UNIMEP, Piracicaba – SP.

**José Sérgio da Silva Cristóvam**

Doutor em Direito Administrativo pela Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, com estágio de Doutorado junto à Universidade de Lisboa – Portugal e Mestre em Direito Constitucional pela Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC. Professor de cursos de Pós-Graduação no CESUSC, UNIDAVI, ENA Brasil, UnC, UNOESC, UNISUL, Estácio de Sá e da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, Florianópolis – SC.

**José Osório do Nascimento Neto**

Pós-doutor em Direito Político e Econômico pela Universidade MACKENZIE/SP. Doutor e Mestre em Direito Econômico e Social pela PUC Paraná. Professor com especial ênfase nas seguintes áreas: Direito Econômico e Administrativo, Administração Pública, Regulação, Políticas Públicas e Desenvolvimento.

**Judith Sole Resina**

Doutora em Direito. Professora Titular de Direito Civil da Universitat Autònoma de Barcelona – Espanha.

**Júlia Gomes Pereira Maurmo**

Doutora em Direito Constitucional pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP. Professora Adjunta de Direito Penal, Processo Penal e Prática Jurídica da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRRJ, Professora Substituta de Direito Civil da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRRJ. Vice-Coordenadora e Professora do PPGD *lato sensu* em Direito Processual Contemporâneo da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRRJ. Professora dos Cursos de Graduação e Pós-Graduação da Universidade Santa Úrsula – USU, Rio de Janeiro – RJ.

**Juliana Teixeira Esteves**

Pós-Doutora em Economia Política no Institute de Recherche Economiques et Sociales – França. Doutora em Direito e Mestre em Ciência Política pela Universidade Federal de Pernambuco – UFPE. Advogada. Professora Adjunta da Universidade Federal de Pernambuco – UFPE, Recife – PE.

**Larissa Pinho de Alencar Lima**

Doutora em Ciências Políticas pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS e Mestre em Educação pela Universidade Federal de Rondônia – UNIR. Juíza de Direito. Professora de Direito Constitucional no curso de pós-graduação da Escola da Magistratura do TJRO, Santa luzia d’oeste – RO.

**Lenio Luiz Streck**

Pós-Doutor pela Universidade de Lisboa – Portugal, Doutor e Mestre em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC. Advogado. Professor Titular do PPGD mestrado e doutorado da Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS. Professor Permanente da Universidade Estácio de

Sá – UNESA-RJ, da Scuola Dottorale Tullio Scarelli, Itália, da Universidad Javeriana, Colômbia e da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa – Portugal. Membro Catedrático da Academia Brasileira de Direito Constitucional – ABDConst. Coordenador do Núcleo de Estudos Hermenêuticos, Porto Alegre – RS.

#### **Léo Brust**

Doutor em Nuevas Tendencias En Derecho Constitucional pela Universidad de Salamanca – ESPAÑA, reconhecido pela Universidade de São Paulo – USP. Doutor em Direito do Estado e Mestre em Ciência Política pela Universidade Técnica de Lisboa – Portugal, reconhecido pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS. Advogado. Professor da Facultad de Derecho de la Universidad de Salamanca – Usal – Espanha.

#### **Leonardo Estevam de Assis Zanini**

Livre-docente e doutor em Direito Civil pela USP. Pós-doutorado em Direito Civil no Max-Planck-Institut für ausländisches und internationales Privatrecht (Alemanha) e em Direito Penal no Max-Planck-Institut für ausländisches und internationales Strafrecht (Alemanha). Doutorando em Direito Civil pela Albert-Ludwigs-Universität Freiburg (Alemanha). Mestre em Direito Civil pela PUC-SP. Bacharel em Direito pela USP. Juiz Federal. Professor Universitário (Universidade de Araraquara). Pesquisador do grupo Novos Direitos CNPq/UFSCar. Autor de livros e artigos. Foi bolsista da Max-Planck-Gesellschaft e da CAPES. Foi Delegado de Polícia Federal, Procurador do Banco Central do Brasil, Defensor Público Federal, Diretor da Associação dos Juizes Federais de São Paulo e Mato Grosso do Sul e Diretor Acadêmico da Escola de Formação e Aperfeiçoamento de Servidores da Justiça Federal em São Paulo.

#### **Leonardo Nemer**

Doutor em Direito Internacional pela Université Paris X Nanterre – France, Mestrado e graduação em Direito pela Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG. Professor Adjunto da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG e da PUC-Minas, Belo Horizonte – MG.

#### **Lourenço de Miranda Freire Neto**

Doutor em Direito Político e Econômico pela Universidade Presbiteriana Mackenzie, Mestre em Direito pela Universidade Católica de Pernambuco. Advogado. Membro do Comitê de Ética em Pesquisa do Centro de Ciências Médicas da Universidade Federal da Paraíba e Professor efetivo na Universidade Federal da Paraíba – UFPB.

#### **Lucas Abreu Barroso**

Doutor em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP e Mestre em Direito pela Universidade Federal de Goiás – UFG. Professor da Universidade Federal do Espírito Santo – UFES, Vitória – ES.

#### **Luciana Cordeiro de Souza Fernandes**

Doutora e Mestre em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUCSP. Professora na Faculdade de Ciências Aplicadas e na Faculdade de Tecnologia da Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP. Professora plena no Programa de Pós-graduação em Ensino e História das Ciências da Terra no Instituto de Geociências – UNICAMP, Limeira – SP.

#### **Luciana Mendes Pereira**

Doutora em Estudos da Linguagem, Mestre em Direito Negocial e especialista em Direito Empresarial e em Bioética pela Universidade Estadual de Londrina – UEL. Professora de Direito Civil no Departamento de Direito Privado da Universidade Estadual de Londrina – UEL, Londrina – PR.

#### **Luciano Nascimento Silva**

Pós-Doutor em Teoria e Sociologia do Direito no Centro di Studi sul Rischio – Dipartimento di Scienze Giuridiche della Facoltà di Giurisprudenza dell'Università del Salento, Lecce – Itália, Doutor em Ciências Jurídico-Criminais pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra – FDUC – Portugal e Mestre em Direito Penal pela Faculdade de Direito do Largo de São Francisco da Universidade de São Paulo – USP. Professor na Escola da Magistratura do Estado da Paraíba – ESMA PB, nos cursos de Especialização da Escola Superior de Advocacia de São Paulo ESA OABSP, Professor Assistente na Faculdade de Direito do Largo São Francisco da Universidade de São Paulo – USP, São Paulo – SP.

#### **Luciano Rocha Santana**

Doutor pela Universidade de Salamanca – USAL – Espanha, Mestre em Filosofia Moral pela USAL – Espanha. Professor Pesquisador da ICALP/ UAB/ES e NIPE-DA/UFBA, Salvador – BA.

#### **Luciano Velasque Rocha**

Doutor e Mestre em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP. Bacharel em Direito pela Universidade Federal de Sergipe – UFS. Advogado, São Paulo – SP.

#### **Luigi Bonizzato**

Doutor e bacharel em Direito pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ. Professor de Direito Constitucional da Faculdade de Direito e do Curso de Pós-Graduação *stricto sensu* em Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, Rio de Janeiro – RJ.

#### **Luís Guilherme Soares Maziero**

Doutor em Direito pelo ITE – Bauru, Advogado. Professor na Pontifícia Universidade Católica de Campinas – PUC-Campinas, Campinas – SP.

**Luís Henrique Barbante Franzé**

Pós-Doutor em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, Doutor em Processo Civil pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP e Mestre em Direito pela Faculdade de Direito de Bauru. Professor no programa de mestrado da Fundação de Ensino Eurípedes Soares da Rocha em Marília – UNIVEM, Marília – SP e no programa de graduação da Universidade Metodista de Piracicaba – UNIMEP, Piracicaba – SP.

**Luiz Edson Fachin**

Pós-Doutor pela Ministério das Relações Exteriores do Canadá. Doutor e Mestre em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP. Ministro do Supremo Tribunal Federal. Professor na Universidade Federal do Paraná – UFPR, Curitiba – PR.

**Luiz Eduardo Gunther**

Pós-Doutor em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná – PUC-PR. Desembargador do Trabalho no TRT 9 PR. Professor na UNICURITIBA, Curitiba – PR.

**Luiz Henrique Sormani Barbugiani**

Doutor e Mestre em Direito pela Universidade de São Paulo PUC-SP. MBA em Gestão Estratégica pela Universidade Federal do Paraná – UFPR. Pós-graduado em Processo Civil, Arbitragem e Mediação pela Universidade de Salamanca – Espanha.

**Luiz Olavo Baptista**

Doutor em Direito Internacional na Université Paris II – França, Doutor Honoris Causa pela Universidade de Lisboa – Portugal. Árbitro na Câmara de Arbitragem Comercial Brasil (CAMARB). Advogado. Professor na Universidade de São Paulo – USP, São Paulo – SP.

**Manuel Martínez Neira**

Doutor em Direito. Professor Universitário na Universidad Carlos III de Madrid – Espanha.

**Mara Darcanchy**

Doutora e Mestre em Direito das Relações Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP. Professora Visitante e PNPd-CAPES do Programa de Mestrado em Direito Empresarial e Cidadania do Centro Universitário Curitiba UNICURITIBA, Curitiba – PR.

**Maraluce Maria Custódio**

Doutora em Geografia pela UFMG em programa de cotutela com a Université d'Avignon, Mestre e graduada pela Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG. Master en Derecho Ambiental pela Universidad Internacional de Andalucía – Espanha. Professora permanente do PPGD da Escola Superior Dom Helder Câmara, Belo Horizonte – MG.

**Marcelo Buzaglo Dantas**

Doutor e Mestre em Direitos Difusos e Coletivos pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP. Professor da Escola de Preparação e Aperfeiçoamento do Ministério Público de Santa Catarina – EPAMPSC, Professor Permanente dos Cursos de graduação, mestrado e doutorado da UNIVALI, Florianópolis – SC e dos Cursos de Especialização em Direito Ambiental da PUC – SP, PUC-RJ, UNISINOS, CESUSC e Professor Visitante dos Cursos de Mestrado e Doutorado do Instituto Universitario del Agua y de las Ciencias Ambientales da Universidad de Alicante e da Widener University Delaware Law School.

**Marcelo Guerra Martins**

Doutor em Direito do Estado pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo – USP. Juiz Federal. Professor da graduação e mestrado em Direito do Centro Universitário das Faculdades Metropolitanas Unidas, São Paulo – SP.

**Marcelo Paulo Maggio**

Doutor pela Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo – FSP USP, Mestre pela Faculdade de Direito da Universidade Estadual de Londrina – FD UEL. Promotor de Justiça no Ministério Público do Estado do Paraná. Professor de Direito Sanitário da Fundação Escola Superior do Ministério Público do Estado do Paraná – FEMPAR, Curitiba – PR.

**Márcia Haydée Porto de Carvalho**

Doutora e Mestre em Direito do Estado pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP. Graduada em Direito e em Ciências Econômicas pela Universidade Federal do Maranhão – UFMA. Promotora de Justiça no Estado do Maranhão. Professora Adjunta da Universidade Federal do Maranhão – UFMA, onde ministra para a graduação em Direito e no mestrado em Direito e Instituições do Sistema de Justiça. Professora Pesquisadora da Universidade Ceuma – UNICEUMA, São Luiz – MA.

**Márcio Bambirra Santos**

Doutor em Administração pela Universidade FUMEC, com especializações em Política Científico – Tecnológica – PLADES-BSB e Computação Científica pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais – PUC-MG. Mestre em Economia pela Universidade Federal de Minas Gerais – PUC-MG. Professor, Administrador de Empresas, Economista, Palestrante e consultor em empresas e grupos nacionais e internacionais, Belo Horizonte – MG.

**Marco Antônio César Villatore**

Pós-Doutor – UNIROMA II. Doutor UNIROMA, revalidado pela USFC. Mestre pela PUC/SP. Prof. Uninter. Graduação, Pós-Graduação, Mestrado e Doutorado pela UFSC. Coordenador da Especialização ABBCONST. Advogado.

**Marco Aurélio Serau Júnior**

Doutor e Mestre EM Direitos Humanos pela Universidade de São Paulo – USP. Professor na Universidade Federal do Paraná – UFPR, Curitiba – PR.

**Marcos Augusto Maliska**

Pós-Doutor pelo Instituto Max Planck de Direito Público de Heidelberg – Alemanha, Doutor e Mestre em Direito Constitucional pela Universidade Federal do Paraná – UFPR. Procurador Federal. Professor visitante permanente na Faculdade de Direito de Francisco Beltrão – Cesul, Professor Adjunto do PPGD na UniBrasil, Curitiba – PR.

**Marcus Maurer de Salles**

Doutor em Integração da América Latina pela Universidade de São Paulo – USP, com estágio doutoral junto a Cátedra Internacional OMC Integração Regional da Universidade de Barcelona – UB – Espanha e Mestre em Integração Latino-Americana pela Universidade Federal de Santa Maria – UFSM. Professor Adjunto da Escola Paulista de Política, Economia e Negócios – EPPEN da Universidade Federal de São Paulo – UNIFESP, São Paulo – SP.

**Maria Carolina Carvalho de Almendra Freitas**

Doutoranda em Direito Político e Econômico pela Universidade Presbiteriana Mackenzie e mestre em Direito Internacional e Econômico pela Universidade Católica de Brasília – UCB. Professora substituta na Universidade Estadual do Piauí – UESPI, na Faculdade Integral Diferencial e no Centro de Ensino Superior do Vale do Parnaíba – CESVALE, Teresina – PI.

**Maria Cecília Cury Chaddad**

Doutora e Mestre em Direito Constitucional pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP, São Paulo – SP. Advogada.

**Maria Luiza Granziera**

Doutora em Direito do Departamento de Direito Econômico e Financeiro e Mestre em Direito Internacional pela Universidade de São Paulo – USP. Professora da Escola Politécnica da Universidade de São Paulo – USP e Professora associada do Programa de Mestrado e Doutorado em Direito Ambiental da Universidade Católica de Santos – UNISANTOS, Santos – SP.

**Marianna Almeida Chaves Pereira Lima**

Doutora em Direito Civil pela Universidade de Coimbra – Portugal e Universidade de São Paulo – USP, São Paulo – SP. Advogada. Pesquisadora do Centro de Investigação da Universidade de Lisboa e Professora, Recife, PE.

**Mário João Ferreira Monte**

Doutor em Ciências Jurídico-Criminais com título emitido pela Universidade do Minho – Portugal, Mestre e Pós-graduado e Licenciatura em ciências jurídico-criminais pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra.

Professor Catedrático de direito penal na Escola de Direito da Universidade do Minho – Portugal.

**Mário Luiz Ramidoff**

Pós-Doutor em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC e Doutor em Direito pelo PPGD da Universidade Federal do Paraná – UFPR. Desembargador no TJPR. Professor na UNICURITIBA, Curitiba – PR.

**Marta Villarín Lagos**

Profesora Titular de Derecho Financiero – Universidad de Valladolid.

**Melina de Souza Rocha Lukic**

Doutora e Mestre pela Université Paris III – Sorbonne Nouvelle em cotutela com a Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC. Professora da FGV-Direito Rio. Pesquisadora do Centro de Pesquisa em Direito e Economia – CPDE da FGV-Direito Rio, Rio de Janeiro – RJ.

**Melina Girardi Fachin**

Doutora em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP. Professora Adjunta dos Cursos de Graduação e Pós-Graduação da Universidade Federal do Paraná – UFPR, Curitiba – PR.

**Milena Petters Melo**

Doutora em Direito pela UNISALENTO – Itália. Professora da Fundação Universidade Regional de Blumenau – FURB, Coordenadora do Doutorado Interinstitucional em Direito DINTER FURB – UNISINOS, Professora e Coordenadora para a área lusófona do Centro Didático Euro-Americano sobre Políticas Constitucionais – CEDEUAM, UNISALENTO, Itália, Professora da Academia Brasileira de Direito Constitucional – ABDConst, Professora do Programa de Doutorado em Ciências Jurídicas e Políticas, Universidade Pablo de Olavide – UPO – Espanha, Professora no Programa Máster-Doutorado Oficial da União Européia – Derechos Humanos, Interculturalidad y Desarrollo, Universidade Pablo de Olavide – UPO Universidad Internacional da Andaluzia – UNIA – Espanha.

**Mônica Silveira Vieira**

Doutora e Mestre em Direito pela Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG. Juíza de Direito do Estado de Minas Gerais. Professora assistente licenciada da Faculdade de Direito Milton Campos, Belo Horizonte – MG.

**Montserrat de Hoyos Sancho**

Profesora Titular de Derecho Procesal – Universidad de Valladolid.

**Nelson Finotti Silva**

Doutor em Processo Civil pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP e Mestre em Direito do Estado pela Universidade de Franca – UNIFRAN. Procurador de Estado. Professor do Curso de Mestrado em

Direito do Centro Universitário Eurípedes de Marília – UNIVEM, Marília – SP e do Curso de Graduação em Direito do Instituto Municipal de Ensino Superior – IMES Catanduva, Catanduva – SP.

#### **Nelson Flavio Firmino**

Pós-Doutor em Direito Constitucional pela Universidade de Coimbra – Portugal, Doutor em Ciências Jurídicas e Sociais pela Universidad del Museo Social Argentino e Mestre em Direito Internacional Público pela Universidade de Wisconsin – EUA. Advogado. Professor de Pós-Graduação da Universidade Cândido Mendes, Rio de Janeiro – RJ.

#### **Nuno M. Pinto de Oliveira**

Doutor em Ciências Jurídicas do Instituto Universitário Europeu de Florença – Itália. Licenciatura em Direito na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra – Portugal. Professor-associado da Escola de Direito da Universidade do Minho – Portugal.

#### **Nuria Beloso Marín**

Doutora em Direito pela Universidade de Valladolid – Espanha. Professora Titular de Filosofia do Direito na Universidade de Burgos – Espanha. Coordenadora do Programa de Doutorado em Direito Público. Representante do Dpto. de Direito na Comissão de Doutorado e dirige o Curso de Pós-Graduação Universitário em Mediação Familiar na Universidade de Burgos – Espanha.

#### **Oswaldo Ferreira de Carvalho**

Pós-Doutor e Doutor em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa – Portugal, Mestre pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás – PUC-Goiás. Professor na Escola de Direito e Relações Internacionais da PUC-GO e na Universidade Estácio de Sá unidade em Goiânia – GO.

#### **Patrícia Regina Pinheiro Sampaio**

Doutora e Mestre em Direito pela Universidade de São Paulo – USP. Professora da FGV – Direito Rio – Escola de Direito do Rio de Janeiro da Fundação Getúlio Vargas. Pesquisadora do Centro de Pesquisa em Direito e Economia – CPDE da FGV-Direito Rio, Rio de Janeiro – RJ.

#### **Paulo Bueno de Azevedo**

Doutor em Direito Penal pela Universidade de São Paulo – USP, Mestre pela Mackenzie, Especialista pela Universidade de Coimbra – Portugal e pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP. Coordenador e Professor de cursos na Escola de Magistrados do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, Convidado como juiz formador no curso de formação inicial de magistrados do Tribunal Regional Federal da 3ª Região. Professor convidado de cursos de pós-graduação, São Paulo – SP.

#### **Paulo Ferreira da Cunha**

Doutor em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra – Portugal e Doutor em Direito pela Universidade de Paris II. Professor Catedrático da Faculdade de Direito da Universidade do Porto – Portugal.

#### **Paulo Nalin**

Pós-Doutor pela Universidade de Basileia – Suíça. Doutor em Direito das Relações Sociais e Mestre em Direito Privado pela Universidade Federal do Paraná – UFPR. Professor na LLM da SILS – Suíça Internacional, Low School, na Universidade Federal do Paraná – UFPR, Pontifícia Universidade Católica do Paraná – PUC-PR, Curitiba – PR.

#### **Paulo Renato Fernandes da Silva**

Doutor em Ciências Jurídicas e Sociais pela Universidade Federal Fluminense – UFF e Mestre em Direito Empresarial pela Universidade Cândido Mendes. Advogado. Professor Adjunto do Departamento de Ciências Jurídicas da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRRJ, Rio de Janeiro – RJ.

#### **Pilar Carolina Villar**

Doutora e Mestre em Ciência Ambiental pela Universidade de São Paulo – USP. Professora adjunta da Universidade Federal de São Paulo – UNIFESP, SÃO Paulo – SP.

#### **Rennan Faria Kruger Thamy**

Pós-Doutor em Direito pela Universidade de Lisboa – Portugal, Doutor em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUC-RS e Mestre em Direito pela UNISINOS e pela PUC-Minas. Professor Titular do PPGD da FADISP. Professor da pós-graduação *Lato Sensu* da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP, do Mackenzie, da Escola Paulista de Direito – EPD e Professor Titular do Estratégia Concursos e do ANASP, São Paulo – SP.

#### **Ricardo Maurício Freire Soares**

Pós-Doutor em Direito Constitucional Comparado pela Università degli Studi di Roma La Sapienza, pela Università degli Studi di Roma Tor Vergata e pela Università del Salento. Doutor pela Università del Salento USP, Doutor em Direito Público e Mestre em Direito Privado pela Universidade Federal da Bahia – UFBA. Professor da Faculdade de Direito da Universidade Federal da Bahia, da Faculdade Baiana de Direito e UNIRUY e Professor – Coordenador do Curso de Direito da Estácio de Sá – FIB, Salvador – BA.

#### **Roberta Corrêa de Araujo**

Doutora e Mestre em Direito pela Universidade Federal de Pernambuco – UFPE. Juíza Federal do Trabalho TRT 6ª Região. Coordenadora do curso de Direito da Faculdade de Olinda – FOCCA, Olinda – PE.



**Roberto Wagner Marquesi**

Doutor e Mestre em Direito Civil pela Faculdade de Direito do Largo São Francisco da Universidade de São Paulo – USP. Professor dos Cursos de Mestrado e de Graduação e Pós-Graduação em Direito Civil na Universidade Estadual de Londrina – UEL e na Universidade Católica do Paraná na Pontifícia Universidade Católica do Paraná – PUC-PR, Londrina – PR.

**Rogério Piccino Braga**

Pós-Doutorando no *Ius Gentium Conimbrigae* da Universidade de Coimbra – Portugal. Doutor e Mestre em Direito Constitucional pelo Centro Universitário de Bauru – CEUB ITE. Advogado. Professor Permanente do Curso de Pós-Graduação *Laeto Sensu* do *Projuris* Estudos Jurídicos, Professor na Faculdade de Direito da Universidade Estadual do Norte do Paraná – UENP e na Universidade do Norte do Paraná – UNOPAR, Bandeirantes – PR.

**Romeu Faria Thomé da Silva**

Pós-Doutor em Direito Ambiental pela Université Laval – Canadá, Doutor e Mestre em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais – PUC-MG. Professor permanente do PPGD da Escola Superior Dom Helder Câmara, Belo Horizonte – MG.

**Romulo Palitot**

Doutor e Mestre em Direito Penal pela Universitat de València – Espanha. Professor de Direito Penal da Universidade Federal da Paraíba – UFPB e do Centro Universitário de João Pessoa – UNIPÊ. Professor Permanente do Programa de Pós-Graduação em Ciências Jurídicas – PPGCJ UFPB, João Pessoa – PB.

**Ronaldo Alves Marinho da Silva**

Doutor em Direito pela Universidade Presbiteriana Mackenzie – SP e Mestre em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná – PUC-PR. Delegado de Polícia Civil. Professor Adjunto da Universidade Tiradentes, Aracaju – SE.

**Ronny Francy Campos**

Pós-Doutor pela Universidade de São Paulo – USP, Doutor e Mestre pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP. Professor adjunto na Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais – PUC Minas em Poços de Caldas e Coordenador da Clínica-Escola e Professor na PUC-Minas, Poços de Caldas – MG.

**Roseli Borin**

Pós-Doutora em *Derecho Procesual en el Sistema Ítalo-Germano* pela Università Degli Studi di Messina – Itália, Doutora em Sistemas Constitucionais de Garantias de Direito pela Instituição Toledo de Ensino – ITEBauru – SP, Mestre em Direitos da Personalidade e Especialista em Direito Civil – Sucessões, Família e Processo Civil pelo Centro Universitário de Maringá – UNICESUMAR. Advogada. Professora de Pós-graduação na Escola da Magistratura de Paraná e na Universidade Paranaense – UNIPAR, Maringá – PR.

**Saulo Tarso Rodrigues**

Pós-Doutor em Direito pela Universidade de Uppsala – Suécia e Doutor em Sociologia Jurídica pela Universidade de Coimbra – Portugal. Professor dos programas de mestrado em Direito Ambiental da Universidade Federal de Mato Grosso – UFMT e em Direitos Humanos da Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD, Dourados – MS.

**Sérgio Guerra**

Pós-Doutor Visiting Researcher, Yale Law School, Doutor e Mestre em Direito. Pós-Doutor em Administração Pública. Diretor e Professor Titular de Direito Administrativo da FGV-Direito Rio. Coordenador Geral do Curso Internacional Business Law da University of California – Irvine. Embaixador da Yale University no Brasil. Vogal da Comissão de Arbitragem e Árbitro da Câmara FGV de Mediação e Arbitragem, Rio de Janeiro – RJ.

**Sergio Said Staut Júnior**

Pós-Doutor no Centro di Studi per la Storia del Pensiero Giuridico Moderno, Università degli Studi di Firenze – Itália. Doutor, Mestre e Bacharel em Direito pela Universidade Federal do Paraná – UFPR. Professor Adjunto da Faculdade de Direito e do Mestrado em Psicologia Forense da Universidade Tuiuti do Paraná – UTP. Professor Adjunto de Teoria do Direito nos Cursos de Graduação e Pós-Graduação de mestrado e doutorado da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná – UFPR, Curitiba – PR.

**Sergio Torres Teixeira**

Doutor em Direito pela Universidade Federal de Pernambuco – UFPE. Desembargador do TRT 6ª Região. Professor Adjunto da FDR UFPE e da UNICAP, Coordenador Científico e Diretor da Escola Superior da Magistratura do Trabalho – ESMATRA e professor/instrutor da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados – ENFAM, da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho – ENAMAT, da Escola Judicial do TJPE – ESMAPE, da Escola Judicial do TRT6, Jaboatão dos Guararapes – PE.

**Silmara Domingues Araújo Amarilla**

Doutora em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP e Mestre em Direito pela Faculdade Autônoma de Direito de São Paulo – FADISP, São Paulo – SP. Advogada, com especial interesse em: Direito da Família e Sucessões, Direitos da Personalidade e Responsabilidade Civil.

**Suzéte da Silva Reis**

Doutora em Direito pela UNISC. Professora do PPGD – Mestrado e Doutorado da UNISC. Coordenadora do Grupo de Estudos: Relações de Trabalho da Contemporaneidade.

**Sybelle Luzia Guimarães Drumond**

Doutora em Direito Público e Evolução Social pela Universidade Estácio de Sá – UNESA, Mestra em Direito Econômico e Regulação pela Universidade Candido Mendes, Rio de Janeiro – RJ, Pós-graduada em Direito Tributário e Previdenciário pela Universidade Gama Filho, MBA em Gestão Empresarial Fundação Getúlio Vargas e Pós-graduação em Métodos Estatísticos Computacionais pela Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de fora – MG.

**Tânia Stoltz**

Mestre e Doutora em Educação (Psicologia da Educação) pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP e Universidade Federal do Paraná – UFPR. Pós-Doutora pelos Archives Jean Piaget, em Genebra, Suíça e pós-doutora pela Alanus Hochschule, Alemanha. Professora Titular da UFPR, Curitiba, PR, Brasil. Bolsista Produtividade do CNPq.

**Tercio Sampaio Ferraz Júnior**

Doutor em Direito pela Universidade de São Paulo e em Filosofia pela Johannes Gutenberg Universität, Mainz – Alemanha. Professor Titular Aposentado da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo – USP – São Paulo-SP.

**Tiago Vinicius Zanella**

Doutor em Ciências Jurídicas Internacionais e Europeias pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa – Portugal e Mestre em Direito Internacional e Relações Internacionais pela Faculdade de Direito de Lisboa – Portugal. Professor de Direito Internacional Público e Direito do Mar, Belo Horizonte – MG.

**Tomás Prieto**

Professor Titular de Derecho Administrativo. Universidad de Burgos – Espanha.

**Vanessa Fusco Nogueira Simões**

Doutora em Direito pela Universidade de Barcelona. Professora do Curso de Pós-Graduação da Fundação Escola Superior do MPMG.

**Vanilda Aparecida dos Santos**

Doutorado em Psicologia Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Professora de Psicologia do Trabalho, com especial destaque em: Psicologia Social, Psicologia do Trânsito, Psicologia do Esporte, Direitos Humanos, Corrupção.

**Vera Lúcia Rocha Souza Jucovsky**

Doutora em Direito na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa – Portugal e Mestre em Direito na Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo – USP, São Paulo – SP. Professora de Direito Civil, Processo Civil e de Direito Ambiental.

**Victor Hugo Tejerina Velazquez**

Doutor e Mestre em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP. Coordenador do Núcleo de Estudos de Direito Ambiental, Empresarial e da Propriedade

Intelectual – NEDAEPI do Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Metodista de Piracicaba – UNIMEP. Professor Horista e Coordenador do Núcleo de Estudo de Propriedade Intelectual – NEPI do Curso de Direito do Centro Universitário Adventista de São Paulo – UNASP, Eng. Coelho – SP.

**Vinicius Almada Mozetic**

Doutor em Direito pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS. Professor titular do Programa de Pós-graduação – Mestrado em Direito da UNOESC – Dimensões Materiais e Eficácias dos Direitos Fundamentais, Xanxerê – SC.

**Vitor Hugo Mota de Menezes**

Pós-Doutor em Direito pela Università Federale degli Studi di Messina – Itália, Doutor em Direito Constitucional pela Faculdade de Direito de São Paulo – FADISP e Mestre em Direito Ambiental pela Universidade do Estado do Amazonas – UEA. Professor da Graduação e Pós-Graduação do Centro Integrado de Ensino Superior – CIESA, Manaus – AM.

**Viviane Coelho de Séllos-Knoerr**

Pós-Doutora pela Universidade de Coimbra – Portugal, Doutora em Direito do Estado pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP e Mestre em Direito das Relações Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP. Professora e Coordenadora do Programa de Mestrado em Direito Empresarial e Cidadania na UNICURITIBA, Curitiba – PR.

**Wagner José Penereiro Armani**

Doutor em Direito Comercial pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP e Mestre em Direito Civil pela Universidade Metodista de Piracicaba. Professor de Direito Comercial, Processual Civil e Prática Jurídica pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas – PUC-Campinas, Campinas – SP.

**Willis Santiago Guerra Filho**

Pós-Doutor em Filosofia pelo Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ. Doutor em Ciência do Direito pela Universidade de Bielefeld – Alemanha, em Filosofia pelo Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, em Comunicação e Semiótica e em Psicologia Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP e Mestre em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP. Professor do Programa de Estudos Pós-Graduados em Direito da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP e Professor Titular da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO, Rio de Janeiro – RJ.

**Wilson Engelmann**

Doutor e Mestre em Direito Público pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS. Professor do Programa de Pós-graduação em Direito da UNISINOS. Professor do PPGD da UNISINOS, São Leopoldo – RS.

## CORPO DE PARECERISTAS QUE AVALIARAM OS ARTIGOS DESTA OBRA

### **Adel El tasse**

Mestre e Doutor em Direito Penal. Advogado em Curitiba. Titulariza o cargo de Procurador Federal. Desempenha a atividade do Magistério na cadeira de Direito Penal em cursos de graduação e pós-graduação em diferentes instituições de ensino superior. Professor na Escola da Magistratura do Estado do Paraná. Professor do CERS. Coordenador no Paraná da Associação Brasileira dos Professores de Ciências Penais e do Núcleo de Estudos Avançados em Ciências Criminais – NEACCRIM. Autor de vários livros e artigos publicados em diversos livros, revistas e periódicos.

### **Almir Santos Reis Junior**

Doutor em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP. Professor adjunto dos cursos de Direito da Universidade Estadual de Maringá – UEM – PR e da Pontifícia Universidade Católica do Paraná – PUC-PR, Maringá – PR. CV: <http://lattes.cnpq.br/3471405915737365>

### **Ana Barbuda Ferreira**

Doutora em Direito Público pela UFBA, Juíza e Professora, atuando com especial destaque nas seguintes matérias: Direito Constitucional (Controle Constitucionalidade, Direito Constitucional Processual), Direito Processual Civil (Sistema de Precedentes), Novos Direitos, Bioética, Direito Animal, Registros Públicos, Atividade Notarial e Registral.

### **Ana Rachel Freitas da Silva**

Doutora e Mestre em Direito das Relações Internacionais pelo Centro Universitário de Brasília – UniCeub. Professora no Centro Universitário de Brasília – UniCEUB, Brasília – DF. CV: <http://lattes.cnpq.br/4671120487555272>

### **André Folloni**

Doutor em Direito pela Universidade Federal do Paraná – UFPR e Mestre pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná – PUC-PR. Advogado. Consultor Empresarial em Curitiba – PR. Professor no PPGD da Pontifícia Universidade Católica do Paraná – PUC-PR, Curitiba – PR.

### **Andréia Macedo Barreto**

Pós-Doutorado pelo Ius Gentium Conimbrigae, Centro de Direitos Humanos, sediado na Universidade de Coimbra – Portugal. Doutora e Mestre em Direitos Humanos pela Universidade Federal do Pará – UFPA, Belém – PA. Defensora pública do Estado do Pará.

### **Alessandra Lehmen**

Doutora e Mestre em Direito pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS e Mestre (LL.M.) em Direito Ambiental pela Stanford Law School. Advogada habilitada em Porto Alegre – RS – Brasil e em Nova Iorque.

### **Arnaldo Sampaio de Moraes Godoy**

Pós-Doutorado em Direito Comparado na Universidade de Boston, em Direito Constitucional pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUC-RS, em Literatura e em História do Direito pela Universidade de Brasília – UnB. Doutor e Mestre em Filosofia do Direito e do Estado pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP. Livre docente em Teoria Geral do Estado pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo – USP, São Paulo – SP.

### **Antônio Carlos Efig**

Doutor e Mestre em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP. Professor Titular da Pontifícia Universidade Católica do Paraná – PUC-PR, Curitiba – PR. CV: <http://lattes.cnpq.br/0310045675906800>

### **Antônio César Bochenek**

Doutor em Direito pela Universidade de Coimbra – Portugal. Mestre pela PUC-PR – Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Bacharel em Direito pela Universidade Estadual de Ponta Grossa – UEPG. Juiz Federal do Tribunal Regional Federal da 4ª Região. Conselheiro da ENFAM – Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados. Professor da ESMAFE – Escola da Magistratura Federal do Paraná, Curitiba, PR, Brasil.

### **Antônio Pereira Gaio Júnior**

Pós-Doutorado em Direito pela Universidade de Coimbra – Portugal e em Democracia e CV: <http://lattes.cnpq.br/7104254683992334> Direitos Humanos pelo Ius Gentium Conimbrigae – Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra – Portugal. Doutor e Mestre em Direito pela Universidade Gama Filho. Professor na Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, Rio de Janeiro – RJ.

### **Augusto Martinez Perez**

Doutor em Direito do Estado e Mestre em Direito Penal pela Universidade de São Paulo – USP. Juiz Federal. Professor Titular da Universidade de Ribeirão Preto – UNIP, Ribeirão Preto – SP. CV: <http://lattes.cnpq.br/0225022761966538>

### **Bruno César Lorencini**

Doutor em Direito do Estado pela Universidade de São Paulo – USP e Doutor em Direito Processual, Administrativo e Financeiro pela Universidade de Salamanca – Espanha. Juiz Federal do Tribunal Regional Federal da 3ª Região. Professor da Universidade Presbiteriana Mackenzie. Professor do PPGD da Faculdade Alves Faria – ALFA, São Paulo – SP. CV: <http://lattes.cnpq.br/9913809834674511>

**Carlos Magno de Souza Paiva**

Doutor em Direito Público pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais – PUC-Minas e Mestre em Direito Público pela Universidade de Coimbra – Portugal. Professor Adjunto do Departamento de Direito da Universidade Federal de Ouro Preto – UFOP, Ouro Preto – MG. CV: <http://lattes.cnpq.br/0117165544216528>

**Consuelo Yatsuda Moromizato Yoshida**

Doutora e Mestre em Direito das Relações Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP. Professora das Escolas Superiores da Magistratura, do Ministério Público, da OAB. Professora – Mestrado do Centro Universitário Salesiano de São Paulo, São Paulo – SP.

**Cristiane Farias Rodrigues dos Santos**

Doutora em Direito pela Faculdade de Direito Universidade de São Paulo – FADUSP. Juíza Federal. Pesquisadora FADUSP – Políticas Públicas e Poder Judiciário.

**Deilton Ribeiro Brasil**

Pós-Doutor em Democracia e Direitos Humanos pelo IGC CDH da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra – Portugal, Doutor em Estado e Direito: Internacionalização e Regulação pela Universidade Gama Filho – RJ e Mestre pela Faculdade de Direito Milton Campos de Belo Horizonte – MG. Especialista e Bacharel pela UNIPAC – Universidade Presidente Antônio Carlos. Professor da Graduação e do PPGD da Universidade de Itaúna – UJT, Itaúna – MG e das Faculdades Santo Agostinho – FASA, Montes Claros – MG. CV: <http://lattes.cnpq.br/1342540205762285>

**Eder Bomfim Rodrigues**

Pós-Doutor em Filosofia pela Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG, Doutor e Mestre em Direito Público pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais – PUC-Minas. Advogado. Professor dos Cursos de Graduação da Faculdade Minas Gerais e da Universidade Presidente Antônio Carlos – Campus Nova Lima – MG. CV: <http://lattes.cnpq.br/8593009634497423>

**Edgardo Torres**

Juiz-Presidente da Segunda Divisão Civil da Corte Superior de Lima Norte, Peru. Trabalha na Oficina de Controle da Magistratura – OCMA, como Adjunto na Unidade de Investigação e anticorrupção.

**Edilene Lôbo**

Doutora em Direito Processual pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais – PUC-Minas e Mestre em Direito Administrativo pela Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG. Advogada. Professora do Mestrado e da Graduação em Direito pela Universidade de Itaúna – UJT, Itaúna – MG. CV: <http://lattes.cnpq.br/6348105561410653>

**Felipe Chiarello de Souza Pinto**

Doutor e Mestre pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP. Diretor da Faculdade de Direito da Universidade Presbiteriana Mackenzie. Professor Titular da Faculdade de Direito e do Programa de mestrado e doutorado e Membro da Academia Mackenzista de Letras. Professor Colaborador do PPGD da Universidade de Passo Fundo – UPF, Passo Fundo – RS. CV: <http://lattes.cnpq.br/9554142049617388>

**Fernando René Graeff**

Doutor e Mestre em Direito pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, Porto Alegre, RS com ênfase em Direito Civil, Direito de Família e Direito das Sucessões. CV: <http://lattes.cnpq.br/4494934773500234>

**Fernando Sérgio Tenório de Amorim**

Pós-Doutor em Direito pela Université de Montréal, Canadá – CRDP. Doutor e Mestre em Direito Universidade Federal de Pernambuco – UFPE. Procurador Judicial da Procuradoria-Geral do Município de Maceió. Coordenador da Graduação e da Pós-graduação *Lato Sensu* do Curso de Direito do Centro Universitário CESMAC, Maceió – AL. CV: <http://lattes.cnpq.br/0713914850305765>

**Frederico Valdez Pereira**

Doutor em Processo Penal pela Università degli Studi di Pavia – Itália, com período de cotutela no Doutorado em Ciências Criminais da PUC-RS, Mestre em Direito pela Universidade de Lisboa – Portugal e Mestre em Ciências Criminais pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUC-RS. Juiz Federal. Professor na Escola Superior da Magistratura Federal do Rio Grande do Sul, Bento Gonçalves – RS.

**Fulvia Helena de Gioia**

Doutora em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade Presbiteriana Mackenzie. Mestre em Teoria do Estado, pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP. Coordenadora Adjunta de Pesquisa e TCC e Professora na graduação na Faculdade de Direito da Universidade Presbiteriana Mackenzie. Professora convidada da pós-graduação lato-sensu da Escola Paulista de Direito – EPD, São Paulo – SP. CV: <http://lattes.cnpq.br/9669358241407042>

**Giuliana Redin**

Doutora em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná – PUC-PR. Professora do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu da Universidade Federal de Santa Maria – UFSM. Coordenadora do MIGRAIDH, Santa Maria – RS.

**Isaac Sabbá Guimarães**

Doutor em Direito pela Università Degli Studi di Perugia – Itália, Doutor pela Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI e Mestre pela Universidade de Coimbra – Portugal. Promotor de Justiça do Ministério Público de Santa Catarina. Professor convidado da Escola do Ministério Público do Estado de Santa Catarina, Balneário Camboriú – SC.

**Jânia Maria Lopes Saldanha**

Pós-Doutora em Direito do Institut des Hautes Études sur la Justice – Paris, Doutora em Direito Público pela UNISINOS e Mestrado em Integração Latino-Americana da UFSM. Professora do Departamento de Direito da Universidade Federal de Santa Maria – UFSM e do PPGD e da Escola de Direito da UNISINOS – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Porto Alegre – RS.

**Jesualdo Eduardo de Almeida Junior**

Pós-Doutor em Direitos Humanos pela Universidade de Coimbra – Portugal. Doutor e Mestre em Sistema Constitucional de Garantia de Direitos pela ITE-Bauru. Professor e Coordenador da Escola Superior da Advocacia – OAB SP. Professor visitante da pós-graduação da Universidade Estadual de Londrina – UEL, da Pontifícia Universidade Católica do Paraná – PUC-PR, Londrina – PR. CV: <http://lattes.cnpq.br/6159243179329399>

**José Eduardo Figueiredo de Andrade Martins**

Doutor e Mestre em Direito Civil pela Universidade de São Paulo. Advogado e Consultor Jurídico. Professor dos cursos de graduação em Direito e pós-graduação *Lato Sensu* em Direito Tributário da Pontifícia Universidade Católica de Campinas – PUC-Campinas, Campinas – SP. CV: <http://lattes.cnpq.br/5913901860114411>

**José Ignacio Vásquez Márquez**

Doutor em Direito Universidade de Los Andes. Professor de Direito Constitucional da Universidade do Chile – Chile

**José Osório do Nascimento Neto**

Pós-Doutor pela Universidade MACKENZIE-SP. Doutor e Mestre em Direito Econômico e Social pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná – PUC-PR, Professor do Centro Universitário UNIBRASIL, na ESTÁCIO-Curitiba, onde coordena a Iniciação Científica. Professor convidado da Pós-graduação da Universidade POSITIVO e da Escola da Magistratura Federal do Paraná – ESMAFE, Curitiba – PR.

**José Renato Martins**

Doutor em Direito Penal pela Universidade de São Paulo – USP. Mestre em Direito Constitucional pela Universidade Metodista de Piracicaba – UNIMEP. Advogado. Professor e Coordenador da graduação e Especialização na – Universidade Metodista de Piracicaba – UNIMEP, Piracicaba – SP.

**Judith Sole Resina**

Doutora em Direito. Professora Titular de Direito Civil da Universitat Autònoma de Barcelona – Espanha. CV: <http://lattes.cnpq.br/0747326127749733>

**Júlia Gomes Pereira Maurino**

Doutora em Direito Constitucional pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP. Professora Adjunta de Direito Penal, Processo Penal e Prática Jurídica da Universidade Federal Rural do Rio de

Janeiro – UFRRJ, Professora Substituta de Direito Civil da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRRJ. Vice Coordenadora e Professora do PPGD *Lato Sensu* em Direito Processual Contemporâneo da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRRJ. Professora dos Cursos de Graduação e Pós-Graduação da Universidade Santa Ursula – USU, Rio de Janeiro – RJ.

**Léo Brust**

Doutor em Nuevas Tendencias En Derecho Constitucional pela Universidad de Salamanca – ESPAÑA, reconhecido pela Universidade de São Paulo – USP. Doutor em Direito do Estado e Mestre em Ciência Política pela Universidade Técnica de Lisboa – Portugal, reconhecido pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS. Advogado. Professor da Facultad de Derecho de la Universidad de Salamanca – Usal – Espanha.

**Leonardo Estevam de Assis Zanini**

Livre-docente e doutor em Direito Civil pela USP. Pós-doutorado em Direito Civil no Max-Planck-Institut für ausländisches und internationales Privatrecht (Alemanha) e em Direito Penal no Max-Planck-Institut für ausländisches und internationales Strafrecht (Alemanha). Doutorando em Direito Civil pela Albert-Ludwigs-Universität Freiburg (Alemanha). Mestre em Direito Civil pela PUC-SP. Bacharel em Direito pela USP. Juiz Federal. Professor Universitário (Universidade de Araraquara). Pesquisador do grupo Novos Direitos CNPq/UFSCar. Autor de livros e artigos. Foi bolsista da Max-Planck-Gesellschaft e da CAPES. Foi Delegado de Polícia Federal, Procurador do Banco Central do Brasil, Defensor Público Federal, Diretor da Associação dos Juizes Federais de São Paulo e Mato Grosso do Sul e Diretor Acadêmico da Escola de Formação e Aperfeiçoamento de Servidores da Justiça Federal em São Paulo.

**Lucas Abreu Barroso**

Doutor em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP e Mestre em Direito pela Universidade Federal de Goiás – UFG. Professor da Universidade Federal do Espírito Santo – UFES, Vitória – ES. CV: <http://lattes.cnpq.br/5076674738681657>

**Luigi Bonizzato**

Doutor e bacharel em Direito pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ. Professor de Direito Constitucional da Faculdade de Direito e do Curso de Pós-Graduação stricto sensu em Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, Rio de Janeiro – RJ. CV: <http://lattes.cnpq.br/8169452504332343>

**Luís Guilherme Soares Maziero**

Doutor em Direito pelo ITE – Bauru, Advogado. Professor na Pontifícia Universidade Católica de Campinas – PUC-Campinas, Campinas – SP.

**Luiz Eduardo Gunther**

Pós-Doutor em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná – PUC-PR. Desembargador do Trabalho no TRT 9 PR. Professor na UNICURITIBA, Curitiba – PR. CV:<<http://lattes.cnpq.br/1314611892212586>

**Manuel Martínez Neira**

Doutor em Direito; Professor Titular da Faculdade de Ciências Sociais e Direito da Universidade Carlos III de Madrid.<[http://portal.uc3m.es/portal/page/portal/instituto\\_figuerola/directorio/mmartinez](http://portal.uc3m.es/portal/page/portal/instituto_figuerola/directorio/mmartinez)

**Mara Darcanchy**

Doutora e Mestre em Direito das Relações Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP. Professora Visitante e PNPd-CAPEs do Programa de Mestrado em Direito Empresarial e Cidadania do Centro Universitário Curitiba UNICURITIBA, Curitiba – PR. CV: <http://lattes.cnpq.br/2268275872437988>

**Márcio Bambirra Santos**

Doutor em Administração pela Universidade FUMEC, com especializações em Política Científico – Tecnológica – PLADES-BSB e Computação Científica pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais – PUC-MG. Mestre em Economia pela Universidade Federal de Minas Gerais – PUC-MG. Professor, Administrador de Empresas, Economista, Palestrante e consultor em empresas e grupos nacionais e internacionais, Belo Horizonte – MG.

**Marco Aurélio Serau Júnior**

Doutor e Mestre EM Direitos Humanos pela Universidade de São Paulo – USP. Professor na Universidade Federal do Paraná – UFPR, Curitiba – PR.

**Marco Antônio César Villatore**

Professor do Centro Universitário Internacional – UNINTER e da Graduação e do PPGD (Mestrado e Doutorado) da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC. Coordenador da Especialização em Direitos e Processos do Trabalho e Previdenciário da ABDConst, Professor Convidado da Especialização da PUCRS Advogado. Pós-doutor pela UNIROMA II – Tor Vergata, Doutor pela UNIROMA I – Sapienza e Mestre pela PUCSP. Membro Titular da Cadeira n. 73 da Academia brasileira de Direito do Trabalho. Membro Correspondente do Paraná da Academia Sul-Rio-Grandense de Direito do Trabalho e do Centro de Letras do Paraná. Líder do NEATES. CV:<<http://lattes.cnpq.br/6658857270253086>

**Maria Carolina Carvalho de Almendra Freitas**

Doutoranda em Direito Político e Econômico pela Universidade Presbiteriana Mackenzie e mestre em Direito Internacional e Econômico pela Universidade Católica de Brasília – UCB. Professora substituta na Universidade Estadual do Piauí – UESPI, na Faculdade Integral Diferencial e no Centro de Ensino Superior do Vale do Parnaíba – CESVALE, Teresina – PI.

**Maria Cecília Cury Chaddad**

Doutora e Mestre em Direito Constitucional pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP, São Paulo – SP. Advogada.

**Marianna Almeida Chaves Pereira Lima**

Doutora em Direito Civil pela Universidade de Coimbra – Portugal e Universidade de São Paulo – USP, São Paulo – SP. Advogada. Pesquisadora do Centro de Investigação da Universidade de Lisboa e Professora, Recife, PE

**Mário Luiz Ramidoff**

Pós-Doutor em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC e Doutor em Direito pelo PPGD da Universidade Federal do Paraná – UFPR. Desembargador no TJPR. Professor na UNICURITIBA, Curitiba – PR. CV:<<http://lattes.cnpq.br/6059190960218107>

**Mônica Silveira Vieira**

Doutora e Mestre em Direito pela Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG. Juíza de Direito do Estado de Minas Gerais. Professora assistente licenciada da Faculdade de Direito Milton Campos, Belo Horizonte – MG. CV:<<http://lattes.cnpq.br/8828484905276571>

**Nelson Finotti Silva**

Doutor em Processo Civil pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP e Mestre em Direito do Estado pela Universidade de França – UNIFRAN. Procurador de Estado. Professor do Curso de Mestrado em Direito do Centro Universitário Eurípedes de Marília – UNIVEM, Marília – SP e do Curso de Graduação em Direito do Instituto Municipal de Ensino Superior – IMES Catanduva, Catanduva – SP.

**Nelson Flavio Firmino**

Pós-Doutor em Direito Constitucional pela Universidade de Coimbra – Portugal, Doutor em Ciências Jurídicas e Sociais pela Universidad del Museo Social Argentino e Mestre em Direito Internacional Público pela Universidade de Wisconsin – EUA. Advogado. Professor de Pós-Graduação da Universidade Cândido Mendes, Rio de Janeiro – RJ. CV:<<http://lattes.cnpq.br/3632965751263941>

**Nuria Beloso Marín**

Doutora em Direito pela Universidade de Valladolid – Espanha. Professora Titular de Filosofia do Direito na Universidade de Burgos – Espanha. Coordenadora do Programa de Doutorado em Direito Público. Representante do Dpto. de Direito na Comissão de Doutorado e dirige o Curso de Pós-Graduação Universitário em Mediação Familiar na Universidade de Burgos – Espanha.

**Oswaldo Ferreira de Carvalho**

Pós-Doutor e Doutor em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa – Portugal, Mestre pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás – PUC-Goiás. Professor na Escola de Direito e Relações Internacionais da PUC-GO e na Universidade Estácio de Sá unidade em Goiânia – GO.

**Paulo Renato Fernandes da Silva**

Doutor em Ciências Jurídicas e Sociais pela Universidade Federal Fluminense – UFF e Mestre em Direito Empresarial pela Universidade Cândido Mendes. Advogado. Professor Adjunto do Departamento de Ciências Jurídicas da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRRJ, Rio de Janeiro – RJ.

**Roberta Corrêa de Araujo**

Doutora e Mestre em Direito pela Universidade Federal de Pernambuco – UFPE. Juíza Federal do Trabalho TRT 6ª Região. Coordenadora do curso de Direito da Faculdade de Olinda – FOCCA, Olinda – PE.

**Rogério Piccino Braga**

Pós-Doutorando no *lus Gentium* Conimbrigae da Universidade de Coimbra – Portugal. Doutor e Mestre em Direito Constitucional pelo Centro Universitário de Bauru – CEUB ITE. Advogado. Professor Permanente do Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* do Projuris Estudos Jurídicos, Professor na Faculdade de Direito da Universidade Estadual do Norte do Paraná – UENP e na Universidade do Norte do Paraná – UNOPAR, Bandeirantes – PR. CV: <http://lattes.cnpq.br/4022699994172031>

**Roseli Borin**

Pós-Doutora em Derecho Procesual en el Sistema Ítalo-Germano pela Università Degli Studi di Messina – Itália, Doutora em Sistemas Constitucionais de Garantias de Direito pela Instituição Toledo de Ensino – ITEBauru – SP, Mestre em Direitos da Personalidade e Especialista em Direito Civil – Sucessões, Família e Processo Civil pelo Centro Universitário de Maringá – UNICESUMAR. Advogada. Professora de Pós-graduação na Escola da Magistratura de Paraná e na Universidade Paranaense – UNIPAR, Maringá – PR.

**Sergio Torres Teixeira**

Desembargador do TRT 6ª Região. Professor Adjunto da FDR UFPE e da UNICAP, Coordenador Científico e Diretor da Escola Superior da Magistratura do Trabalho – ESMATRA e professor/instrutor da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados – ENFAM, da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho – ENAMAT, da Escola Judicial do TJPE – ESMape, da Escola Judicial do TRT6, Jaboação dos Guararapes – PE.

**Suzéte da Silva Reis**

Doutora em Direito pela UNISC. Professora do PPGD – Mestrado e Doutorado da UNISC. Coordenadora do Grupo de Estudos: Relações de Trabalho da Contemporaneidade.

**Tercio Sampaio Ferraz Júnior**

Doutor em Direito pela Universidade de São Paulo e em Filosofia pela Johannes Gutenberg Universität, Mainz – Alemanha. Professor Titular Aposentado da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo – USP – São Paulo – SP.

**Tiago Vinicius Zanella**

Doutor em Ciências Jurídicas Internacionais e Europeias pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa – Portugal e Mestre em Direito Internacional e Relações Internacionais pela Faculdade de Direito de Lisboa – Portugal. Professor de Direito Internacional Público e Direito do Mar, Belo Horizonte – MG.

**Tomás Prieto**

Professor Titular de Derecho Administrativo. Universidad de Burgos, España.

**Vanilda Aparecida dos Santos**

Doutorado em Psicologia Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Professora de Psicologia do Trabalho, com especial destaque em: Psicologia Social, Psicologia do Trânsito, Psicologia do Esporte, Direitos Humanos, Corrupção.

**Vera Lúcia Rocha Souza Jucovsky**

Doutora em Direito na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa – Portugal e Mestre em Direito na Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo – USP, São Paulo – SP. Professora de Direito Civil, Processo Civil e de Direito Ambiental.

**Vinicius Roberto Prioli de Souza**

Pós-Doutorando em Direito pela Universidade de Marília – UNIMAR, Marília/SP. Doutor em Direito pela Instituição Toledo de Ensino – ITE, Bauru/SP. Mestre em Direito pela Universidade Metodista de Piracicaba – UNIMEP, Piracicaba/SP. Bacharel em Direito pelas Faculdades Integradas ‘Antônio Eufrásio de Toledo’ de Presidente Prudente, Presidente Prudente/SP. Advogado.

**Vitor Hugo Mota de Menezes**

Pós-Doutor em Direito pela Università Federale degli Studi di Messina – Italia, Doutor em Direito Constitucional pela Faculdade de Direito de São Paulo – FADISP e Mestre em Direito Ambiental pela Universidade do Estado do Amazonas – UEA. Professor da Graduação e Pós-Graduação do Centro Integrado de Ensino Superior – CIESA, Manaus – AM.

## COLABORADORES

Adriane Garcel  
Alessandra Valle Salino  
Alfredo Soler del Sol  
Anderson Ricardo Fogaça  
Angela Alves de Sousa  
Antonio Felipe Delgado y Jiménez  
Carlos Francisco Molina del Pozo  
Claudia Maria Petry de Faria  
Clayton Reis  
Daniel Willian Granado  
Eduardo Manuel Val  
Eduardo Rodrigues Barcellos  
Eliana Aló da Silveira  
Evandro Fabiani Capano  
Fabrício Bittencourt da Cruz  
Fernando Rey Cota Filho  
Flávio Couto Bernardes  
Franciele da Rocha Dias  
Francisco Javier Durán Ruiz  
Francisco Javier Arroyo-Cañada  
Glauca Maria de Araujo Ribeiro  
Glauca Milagre Menezes  
Gonçalo S. de Melo Bandeira  
Horácio Monteschio

J. Eduardo López Ahumada  
Jean Vilbert  
Jesús Víctor Alfredo Contreras Ugarte  
Jorge Luis Varona López  
José Laurindo de Souza Netto  
José María Lombardero Martín  
Juan Carlos Ortiz Pradillo  
Luciana Gonçalves Dias  
Maria Celeste Cordeiro Leite dos Santos  
Maria Eugenia Grau Pérez  
Maria Luiza de Andrade Picanço Meleiro  
Mário Luiz Ramidoff  
Matheus de Quadros  
Mirian Pelegrino  
Nancy Carina Vernengo Pellejero  
Noemí Jiménez Cardona  
Paulo Muanis do Amaral Rocha  
Paloma Gurgel de Oliveira Cerqueira  
Pedro Augusto Costa Gontijo  
Regina Vera Villas Bôas  
Ricardo Wypych  
Sandra Mara Franco Sette  
Sérgio Henriques Zandona Freitas  
Vinícius Almada Mozetic



# Integrantes do Conselho Editorial do



## **Alexandre Libório Dias Pereira**

Doutor em Direito; Professor da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra.

## **Antonio García-Pablos de Molina**

Catedrático de Direito Penal da Universidad Complutense de Madrid.

## **Carlos Francisco Molina del Pozo**

Doutor em Direito; Professor Titular de Direito Administrativo e Diretor do Centro de Documentação Europeia na Universidade de Alcalá de Henares; Professor da Escola Diplomática e do Instituto Nacional de Administração Pública.

## **Fernando Santa-Cecilia García**

Profesor Titular de Direito Penal e Criminologia da Universidad Complutense de Madrid.

## **Ignacio Berdugo Gómez de la Torre**

Catedrático de Derecho Penal en la Universidad de Salamanca.

## **Joan J. Queralt**

Catedrático de Direito Penal da Universitat Barcelona.

## **Jordi García Viña**

Catedrático de Direito do Trabalho e Seguridade Social da Universitat de Barcelona.

## **Manuel Martínez Neira**

Doutor em Direito; Professor Titular da Faculdade de Ciências Sociais e Direito da Universidade Carlos III de Madrid.

## **María Amparo Grau Ruiz**

Catedrática Acreditada de Derecho Financiero y Tributario – Universidad Complutense de Madrid.

## **María del Carmen Gete-Alonso y Calera**

Catedrática de Direito Civil da Universitat Autònoma de Barcelona.

## **Mário João Ferreira Monte**

Doutor em Ciências Jurídico-Criminais; Professor Associado com nomeação definitiva na Escola de Direito da Universidade do Minho; membro integrado do Centro de Investigação de Direitos Humanos da Universidade do Minho e Presidente do Instituto Lusófono de Justiça Criminal (JUSTICRIM).

## **Paulo Ferreira da Cunha**

Doutor em Direito; Professor Catedrático da Faculdade de Direito da Universidade do Porto.

## ESSA OBRA É LICENCIADA POR UMA LICENÇA *CREATIVE COMMONS*

**Atribuição – Uso Não Comercial – Compartilhamento pela mesma licença 3.0 Brasil.**

É permitido:

- copiar, distribuir, exibir e executar a obra
- criar obras derivadas

Sob as seguintes condições:



### **ATRIBUIÇÃO**

Você deve dar crédito ao autor original, da forma especificada pelo autor ou licenciante.



### **USO NÃO COMERCIAL**

Você não pode utilizar esta obra com finalidades comerciais.



### **COMPARTILHAMENTO PELA MESMA LICENÇA**

Se você alterar, transformar ou criar outra obra com base nesta, você somente poderá distribuir a obra resultante sob uma licença idêntica a esta.

– Para cada novo uso ou distribuição, você deve deixar claro para outro, os termos da licença desta obra.

- Licença Jurídica (licença integral):  
<http://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/3.0/br/legalcode>

*Esta revista proporciona acesso público livre e imediato a todo seu conteúdo em ambiente virtual.*

## APRESENTAÇÃO

A **Revista Internacional CONSINTER de Direito** é uma publicação de cariz periódico do **CONSINTER – Conselho Internacional de Estudos Contemporâneos em Pós-Graduação** que tem por objetivo constituir-se num espaço exigente para a divulgação da produção científica de qualidade, inovadora e com profundidade, características que consideramos essenciais para o bom desenvolvimento da ciência jurídica no âmbito internacional.

Outra característica dos trabalhos selecionados para a **Revista Internacional CONSINTER de Direito** é a multiplicidade de pontos de vista e temas através dos quais o Direito é analisado. Uma revista que se pretende internacional tem o dever de abrir horizontes para temas, abordagens e enfoques os mais diversos e, através deste espaço, colaborar com um melhor diálogo académico.

Resultado de um trabalho criterioso de seleção, este volume que agora se apresenta destina-se a todos aqueles que pretendem pensar o Direito, ir além da sua aplicação quotidiana, mas sem deixar de lado o aspecto prático, tão característico das ciências.

## **Capítulo 01**

# **DIREITOS DIFUSOS, COLETIVOS E INDIVIDUAIS HOMOGÊNEOS**

---

EL PODER DE LAS ÉLITES QUE NOS GOBIERNAN.  
A PROPÓSITO DE VILFREDO PARETO,  
GAETANO MOSCA Y ROBERT MICHELS<sup>1</sup>

THE POWER OF THE ELITES THAT GOVERN US.  
ON REFERENCE TO VILFREDO PARETO,  
GAETANO MOSCA AND ROBERT MICHELS

DOI: 10.19135/revista.consinter.00011.06

Recibido/Received 30.06.2020 – Aprobado/Approved 17.08.2020

Jesús Víctor Alfredo Contreras Ugarte<sup>2</sup> – <https://orcid.org/0000-0002-9148-659X>

E-mail: [jesuco\\_amag@yahoo.es](mailto:jesuco_amag@yahoo.es)

**Resumen:** La crisis de hoy se nota, y se nota más, en la falta de valores, en la falta de decencia, además de en la falta de capacidad de muchos de los que nos representan y de muchos de los que más tienen. Existe la percepción de que los que gobiernan suelen ser los que mejor están, y que el único mayor interés de ellos es mantener su privilegiado y particularista estado de bienestar propio y, que los gobernados, solo les importan cuando les son útiles como instrumentos para acceder y para conservar el poder. Esto lleva a preguntarme: ¿cómo es que los gobernantes se hacen con el poder?, ¿cómo es que lo conservan? y ¿cómo es que lo pierden? Este trabajo da respuesta a estas tres preguntas a partir de los lúcidos desarrollos teóricos de Vilfredo Pareto, Gaetano Mosca y Robert Michels. Dos italianos y un alemán, respectivamente, todos ellos personajes de los primeros ocho lustros del siglo XX, cuyas teorías se pueden aplicar perfectamente para dar respuesta a la actualidad de nuestro siglo XXI.

**Palabras-clave:** Poder, gobernantes, gobernados, élites, política

**Abstract:** Today's crisis is noticeable, and it is more noticeable, in the lack of values, in the lack of integrity, in addition to the lack of capacity of many of those who represent us and many of the wealthy elites. There is a perception that those who govern us are usually the ones with best social *status*, and that the only major interest of them is to maintain their privileged and particularistic *status* of wealth and, that the governed, only are cared when

---

<sup>1</sup> Este es un tema que desarrollé en mi Tesis Doctoral. Esta parte no ha sido publicada y la he actualizado y adecuado para el presente trabajo académico.

<sup>2</sup> Doctor Sobresaliente Cum Laude en Derechos Humanos, Máster en Derechos Fundamentales, Máster en Estudios Avanzados en Derechos Humanos, Especialista en Educación para la Ciudadanía y los Derechos Humanos, por la Universidad Carlos III de Madrid; Especialista con Matrícula de Honor en Derechos Humanos por el Instituto de Derechos Humanos de la Facultad de Derecho de la Universidad Complutense de Madrid; Académico Correspondiente de la Real Academia de Legislación y Jurisprudencia de España. Abogado por la Facultad de Derecho de la Universidad de San Martín de Porres. E-mail: [jesuco\\_amag@yahoo.es](mailto:jesuco_amag@yahoo.es).

Departamento de Derecho Internacional, Eclesiástico y Filosofía del Derecho. Facultad de Derecho – Universidad Complutense de Madrid. Sección de Filosofía del Derecho y Derechos Humanos. Real Academia de Jurisprudencia y Legislación de España. España, Madrid.

they are useful as instruments to access and keep power. This leads me to think about: how is it that rulers seize power? How do they keep it? and how do they lose it? This paper answers these three questions based on the magnificent theoretical essays of Vilfredo Pareto, Gaetano Mosca and Robert Michels. Two Italians and a German, respectively, all of them essayist from the first eight decades of the twentieth century, whose theories can be perfectly applied to answer the contemporary questions of our 21st century society.

**Keywords:** Power, rulers, governed, elites, politics

**Sumario:** 1. Introducción; 2. Teoría de las élites; 3. La circulación de las élites en Vilfredo Pareto; 4. La clase política en Gaetano Mosca; 5. La ley de hierro de las oligarquías en Robert Michels; 6. Michels y los líderes revolucionarios surgidos del pueblo; 7. Pareto, Mosca y Michels: diferencias y coincidencias; 8. A modo de conclusión; 9. Obras citadas.

**Summary:** 1. Introduction; 2. Theory of elites; 3. The circulation of elites in Vilfredo Pareto; 4. The political class in Gaetano Mosca; 5. The iron law of the oligarchies in Robert Michels; 6. Michels and the revolutionary leaders emerged from the town; 7. Pareto, Mosca and Michels: differences and coincidences; 8. As a conclusion; 9. Referred essays.

## 1 INTRODUCCIÓN

Al hablar de élites y de cómo estas logran alcanzar el poder, sin duda alguna, hay que referirse a tres autores principales: Vilfredo Pareto, Gaetano Mosca y Robert Michels. Estos, son tres autores que reflexionaron, precisamente, sobre este tema y cuyas reflexiones las podemos enmarcar en lo que se conoce como la *teoría de las élites*.

Es un tema que reviste significativa importancia y oportunidad ya que la reflexión sobre los que gobiernan y sobre el cómo lo hacen, son de especial interés en nuestras sociedades y sus democracias. La idea pues, de este trabajo académico, es traer a colación la reflexión sobre estos temas y advertir las coincidencias que se puedan encontrar con nuestra realidad.

Son Vilfredo Pareto y Gaetano Mosca, los que tuvieron gran ascendencia en las ideas de Robert Michels.

Si nos enfocamos en la problemática que persiste en muchas sociedades, en la ineficiencia de los derechos humanos, y en la falta de derechos que verdaderamente doten a la humanidad de una objetividad material de bienestar, resulta obvio que algo anda manifiestamente mal. Es muy posible que esta persistente mala situación se deba a una mala gobernabilidad de quienes nos gobiernan; siendo así, parece presentarse ostensiblemente palpable la acuciante exigencia palmaria de tener gobernantes realmente aptos y sabedores de lo que es imperiosamente necesario en aras de alcanzar un desarrollo social honesto, recto y respetuoso con los derechos y con la dignidad de cada una de las personas.

Estamos ya en pleno siglo XXI y se suele usar esto como argumento para reclamar, que pese a ello, aún se mantengan ciertas situaciones o problemáticas sociales. Es como si por el hecho de estar en nuevo siglo, las cosas debieran cambiar sin más. Claro está, que esto es un error o pura demagogia argumentativa. El paso del tiempo no cambia las cosas por el solo hecho de pasar. Son los hechos concretos, las voluntades y las decisiones las que logran los cambios sustanciales. Entonces, se requiere de voluntades que estén bien formadas en valores y principios que sustenten

y defiendan el respeto de los unos a los otros. De esto se necesita tener la firma convicción, y aún más quienes deciden gobernar.

La educación y, sobre todo, la educación moral, reflexiva y crítica, es pilar de la correcta formación de líderes, es decir, de aquellas personas que se erigen a gobernar las sociedades. Estos deben ser líderes honestos, respetuosos, responsables y capaces de velar por los intereses de toda la sociedad y no únicamente de los suyos propios y de sus allegados; líderes comprometidos en conducir el presente y el futuro de la humanidad, sabiendo que la humanidad somos todos los seres humanos. Se trate de un régimen u otro, de una forma de gobierno u otra, la exigencia de líderes verdaderamente aptos es de vital importancia para nuestras llamadas democracias.

Ante la ausencia de estas capacidades, la consecuencia inevitable es el distanciamiento y el desinterés de los ciudadanos hacia sus gobernantes y, con ello, hacia el desarrollo de la sociedad como conjunto. Es decir, se produce una desconexión de las personas con sus líderes porque, los primeros, no creen en los segundos, ya que las situaciones sociales, problemáticas e injustas, no encuentran remedio. Este desapego hace que los ciudadanos se centren en resolver solamente sus propios problemas y no tengan en cuenta las demás situaciones que suceden en su entorno y con los demás. Aquí pues, toca entrar al tema propio de la teoría de las élites.

## 2 TEORÍA DE LAS ÉLITES

Enfocándome ya en la teoría de las élites, advertiré que en esta teoría mantiene que hay mandos políticos, administrativos, militares, religiosos, económicos y morales en las sociedades, y que estos mandos o jefaturas son desempeñados por una organizada minoría. En esta idea, podemos recordar a Engels quien decía que las revoluciones culminaron en el reemplazo de una establecida dominación de clase por otra, y que todas las clases dominantes pasadas solo fueron pequeñas minorías si se les contrasta con el conjunto del pueblo dominado. Según Engels, una minoría dominante era echada abajo, y otra minoría se levantaba para empuñar en su lugar la dirección del Estado, ajustando a sus intereses la organización y los organismos estatales. Este cometido, lo ejercitaría siempre el grupo minoritario que es capaz de dominar gracias a su desarrollo económico. Engels, sostiene que la mayoría dominada, o bien actuaba a favor de aquella posición en la revolución o bien aprobaba la revolución sossegadamente, pero agrega:

*(...) prescindiendo del contenido concreto de cada caso, la forma común a todas estas revoluciones era la de ser revoluciones minoritarias. Aun cuando la mayoría cooperase en ellas, lo hacía –consciente o inconscientemente – al servicio de una minoría; pero esto, o simplemente la actitud pasiva, la no resistencia por parte de la mayoría, daba al grupo minoritario la apariencia de ser el representante de todo el pueblo<sup>3</sup>.*

---

<sup>3</sup> ENGELS, F., “Introducción a la obra de Carl Marx. Las luchas de clases en Francia de 1848 a 1850”, en *Obras escogidas. Marx y Engels*, tomo I, Progreso, Moscú, 1980, pp. 98 y 99.

Según la teoría de las élites, las clases políticas se originan a partir de dos ideas o pensamientos. Para empezar, se cuenta con la idea aristocrática, que surge desde arriba; luego, y en segundo lugar, se cuenta con la idea democrática, que surge desde abajo. La idea aristocrática se distingue, especialmente, por la organización militar burocrática; en cambio, la idea democrática, está más determinada por una organización del sistema electoral. El sistema electoral, impulsa un vigilado desarrollo de la circulación de las élites dado que, generalmente, la clase política cuenta con los mecanismos e instrumentos para encaminar la voluntad de los electores.

Las élites están conformadas por un número menor de integrantes; sin embargo, cualitativamente, poseen superiores capacidades; asimismo, las élites están provistas de una organización estructurada y dirigen las fuerzas sociales; también tienen contactos y parentescos. Aunque son minoría, la élite vence, gracias a que se hacen con el poder sirviéndose de la organización, y aprovechando la desorganización de las mayorías. Las masas mayoritarias y desorganizadas se ven incapacitadas frente a la posición de poder organizado que alcanza la minoría. La organización le da preeminencia a la minoría. La élite al ser numéricamente minoritaria, logra un recíproco entendimiento, un conveniente consenso y un concertado accionar; esto dificulta cualquier intento en contrario de las masas numerosas. Las élites se orientan por la razón, por el cálculo y por el conocimiento; en cambio, las masas – y, por lo regular, quien no sea de la élite – se conducen, primordialmente, por el sentimiento. Y de esto también sacan rédito las élites, pues cuando estas tienen algún interés y requieren del auxilio de las masas para conseguirlo, las élites, se sustentan en el estímulo que causa la sensibilidad de estas masas.

En la teoría de las élites, verdaderamente, la lucha por el poder tiene lugar dentro de la propia clase gobernante. Esta lucha de dentro, no implica, inexorablemente, que las masas o la sociedad en su conjunto acaben siendo dañadas. Si la clase que ya gobierna es mejor o, si no lo es, se reemplaza por otra de superior calidad, la sociedad en su conjunto también prosperará. No obstante, si la clase gobernante no mejora ni se suple por una de mayor calidad, entonces, la sociedad se atasca, para caer luego en un insalvable declive, que puede determinar que la misma se separe por completo.

De agredirse la preeminencia de la clase gobernante, esta última debe reaccionar de forma recíproca, fuerza contra fuerza. De no hacerlo así, la élite terminaría desgastada y expuesta a la implantación de cualquier otro conjunto minoritario. Para la teoría de las élites, también puede suceder que la clase gobernante no se valga de la fuerza y utilice el fraude, el embuste y el engaño para derrotar a su adversario; si este fuera el caso, la clase gobernante, solo logrará que el poder se desplace de una minoría a otra o que la suya propia se restaure con nuevos miembros. Para los autores que desenvuelven esta teoría de las élites, cuando se habla del ideal de usar la ley en vez de usar la fuerza, esto supone hundirse en una lamentable ilusión.

### 3 LA CIRCULACIÓN DE LAS ÉLITES EN VILFREDO PARETO

Vilfredo Pareto (1848-1923) recela de la teoría liberal-democrática y desconfía de la teoría marxista. Como lo hizo Max Weber, Pareto desarrolla su propia definición de sociología, refutando las ideas de Marx. Así, desde un enfoque



claramente contrario a la teoría marxista sobre la lucha de clases, sostuvo su teoría de las élites. Entonces, Pareto sostendrá que la movilización y recorrido de las élites es la materia real con la que se forma la historia; Pareto, a este movimiento, lo designa con el nombre de *circulación de las élites*. En razón de esta circulación, los conflictos de clases no encontrarían culminación; es posible que cambiaran las formas de confrontarse, sin embargo, sus características principales se mantendrían inmutables.

Vilfredo Pareto y su circulación de las élites, sostienen que las personas son desiguales, física, moral e intelectualmente. En la sociedad, enfocada como un todo, se advierte que, en todo grupo o estrato social, siempre se encuentran personas mejor capacitadas y aptas que otras; siendo así, algunas, las más capaces, se establecen como la élite de ese grupo o estrato. Pareto, busca esclarecer los campos no racionales de la conducta humana ya que él sostenía que las cuestiones humanas se encontraban guiadas por acciones que no eran lógicas ni racionales. Habría, según este autor, en el ser humano una proclividad natural, abierta e inevitable, tendente a la racionalización de sus actos espontáneos y a sus creencias. Estos actos espontáneos, el ser humano, los consolidaría a través de la sanción intelectual. Para Pareto, desde el enfoque lógico o científico, las creencias sociales – libertad, democracia, igualdad, fraternidad, etcétera – son carentes de sentido; son, realmente, simples y meros mitos. Empero, no son mitos faltos de utilidad, ya que son requisitos y sirven para la vida social. Estas creencias sociales, son derivaciones y productos de nuestra imaginación racionalizadora con la cual verbalizamos una realidad más intensa. Para Pareto, el término *élite*, o bien tiene un sentido moral, o bien tiene un sentido honorífico. Se divide en dos:

- *la élite gobernante* integrada por individuos que, de manera directa o indirecta, tienen un papel importante en el gobierno, y
- *la élite no gobernante* que incluye al resto de los individuos más capaces.

Resulta que, entonces, para Pareto, la élite no es uniforme; está estratificada, es decir, está dispuesta en capas o estratos. Generalmente, se observa en la élite un centro que manda, conformado por un pequeño número de personas o de familias que cuentan con un poder muy superior al de las demás. Este centro rector desenvuelve las funciones de liderazgo en el seno de la élite; se erige en una forma de élite superior dentro de la élite. El liderazgo provee a la élite de una fortaleza y una capacidad todavía mayores. En tanto ocurre esta permanente circulación de las élites, se mantiene con mayor robustez la concordia del sistema social dado que, esa circulación, garantiza la movilidad ascendente de los mejores espíritus. La circulación de élites interviene, a la vez, en los cambios sociales pues lleva consigo, también, la circulación de las ideas. Pareto afirmaba que, en la capa superior de la sociedad, en el estrato de la clase selecta, existen específicos agregados que son las aristocracias. Hay ocasiones en que las mayorías cuentan con las aptitudes para pertenecer a la aristocracia y, hay otras ocasiones, en que, un buen número de integrantes, no; tal vez, sean parte de la clase selecta del gobierno o, tal vez, estén marginados de ella. Afirmación interesante es la de Pareto, cuando dice que toda aristocracia está destinada a desaparecer, por ello decía que: “La historia es un

cementerio de aristocracias.<sup>4</sup> Las aristocracias se aminoran por el número y además por la calidad. Merma en ellas su vigor, cuando se modifican las condiciones que coadyuvaban a que esas aristocracias se hagan con el poder y a que puedan sostenerlo.

Los gobernantes se recomponen en número y en calidad; según Pareto, la calidad es lo que realmente importa. Se recomponen con familias que provienen de las clases inferiores, suministrando de fuerza y abasteciendo las condiciones necesarias para conservarse en el poder. Se recomponen, asimismo, por la pérdida de sus integrantes que más se han debilitado.

Las élites y las aristocracias no se perpetúan imperecederamente; ellas, con el pasar del tiempo, sufren una regresión a un estadio inferior o malo. Luego, la élite se estructura organizadamente y se vigoriza con los mejores componentes que proceden de las clases inferiores. Ocurrido el declive de la élite, una nueva, colmada de vitalidad, robustez y empuje activo, se constituye al interior de las otras clases.

Las persistentes confrontaciones, discrepancias y la circulación de las élites, representan el conglomerado de características permanentes que deciden la historia. Cuando el pueblo se alza y se opone al poder dominante, el desenlace no siempre le es favorable. Es más factible que la utilidad de su alzamiento, quede restringida a quitar los impedimentos y dificultades para que la antigua élite expire y brote la nueva:

*Gracias a la circulación de las clases selectas, la clase selecta de gobierno está en un estado de continua y lenta transformación, fluye como un río, y la de hoy es distinta de la de ayer. De vez en cuando se observan repentinas y violentas perturbaciones, como podrían serlo las inundaciones de un río, y después la nueva clase selecta de gobierno vuelve a modificarse lentamente: el río, vuelto a su cauce, fluye de nuevo regularmente. (...) Las revoluciones se producen porque, bien por otra causa, se acumulan en los estratos superiores elementos decadentes que ya no tienen los residuos capaces de mantenerlos en el poder y evitan el uso de la fuerza, mientras que crecen en los estratos inferiores los elementos de calidad superior que poseen los residuos capaces de ejercer el gobierno y que están dispuestos a utilizar la fuerza<sup>5</sup>.*

Según Pareto, existe una diferencia entre los grupos sociales, y que esta diferencia se manifiesta en el hecho de que las personas son física, moral e intelectualmente diferentes. Así, sostiene que hay determinadas personas que son superiores a otras; estas son las que Pareto llama las *élites*, para referirse a esa superioridad. Estas personas son superiormente mejores –la élite – en inteligencia, carácter, habilidad, capacidad, y poder. Esta clase superior o selecta, es la que posee los pilares de importancia mayor, dentro de cada una de las fracciones en que se reparten las actividades de los individuos. Pareto, como dije antes, diferencia en dos a la élite, llamándoles también:

---

<sup>4</sup> PARETO, V., *Forma y equilibrio sociales*, traducido por Jesús López Pacheco, Alianza, Madrid, 1980, p. 70.

<sup>5</sup> *Ibidem*, p. 71.

- la clase selecta de gobierno, y
- la clase selecta no de gobierno.

La primera clase de élite es la que interviene visiblemente en el ejercicio del poder y, la segunda clase, es toda la demás élite que no forma parte de este ejercicio. El nivel inferior de individuos –la no élite – está constituido por las personas sin influencias y es la mayor parte de la comunidad.

Vilfredo Pareto explica que, siempre que exista una sociedad organizada, existirá también una clase que gobierne, la que además será minoría. La clase que gobierna se mantiene en el poder gracias a la fuerza y al consentimiento de los gobernados los que, siempre, son la mayoría. De esta forma, para conservar el poder o apropiarse de él, la élite gobernante requiere a los estratos sociales mayoritarios –a los inferiores que no pertenecen a la élite – y les manifiesta, únicamente de forma verbal, su admiración, respeto y estima; es decir, mangonean y usan los sentimientos de las personas, sobre todo, valiéndose de lisonjas y adulaciones simples y de pactos irrealistas e inmotivados, con tal de alcanzar sus fines políticos. La estabilidad y la armonía de la élite, su desmoronamiento, o el nacimiento de otra nueva, lo definirá el nivel de triunfo que se alcance con los discursos, expresiones y gestos que se hacen con el fin de instar y engatusar el sentimiento de la capa mayoritaria de la comunidad. La clase que gobierna se esmera por mantener su dominio y para ello selecciona, de la clase gobernada, a determinados sujetos para el uso de la fuerza o, también, para otras circunstancias como el desarrollo artístico. La clase gobernante selecciona a los mejores y más ilustres de la masa de los dominados; de esta forma, debilita a la masa ya que ella queda despojada sus mejores componentes. Esta es la verdad que otorga solidez, estabilidad y seguridad a las sociedades. La élite que gobierna, solo requiere cautivar, absorber y adherir a un mínimo grupo de nuevos integrantes, con el objeto de que los dominados permanezcan continuamente faltos de líderes y cabezas que logren posicionarse en el primer lugar de la mayoritaria capa del nivel social inferior.

Según Vilfredo Pareto, las cualidades y circunstancias por las que una sociedad se distingue de las otras, se determina por el conjunto de cualidades y circunstancias de su élite. Las élites no conforman grupos completamente cerrados ni completamente abiertos. Los gobernantes buscan mantener su poder utilizando su habilidad para lograrlo, sobre todo mediante el engaño y cuando no pueden hacer uso de la fuerza. La élite explota activamente los sentimientos imperturbables que poseen las masas. La clase gobernante sabe que su legitimidad se sostiene en las masas y, por ello, se recompone continuamente incorporando a nuevos elementos que elige de las clases inferiores. La conservación del poder requiere de la movilidad social pues esta es el medio más idóneo para contrarrestar, evitar y prevenir el surgimiento de todo tipo de revueltas sociales.

Con mucho acierto, Pareto afirma que, cuanto mayor y más longeva sea la carencia general de cultura e instrucción en las clases inferiores, cuanto menos y peor educación y estudios reciban las masas, mayor será la capacidad de obrar de la élite y mayor será su capacidad para lograr sus fines anhelados. Cuanto menor sea el

conocimiento y la instrucción de las mayorías, menor será la oportunidad para que estas se opongan al uso, no confesado, de medios no institucionalizados que únicamente pretenden que las mayorías admitan la posición de poder en la que se sitúan las élites.

Pareto dice bien que, cuando se extienden las diferencias entre las élites gobernantes y las masas dominadas, explota la revolución. La revolución es producto de la alteración de la circulación de las élites, o por la existencia de desmesurados componentes negativos en las capas superiores de la sociedad que no poseen las facultades para sostenerse en el poder y que rechazan utilizar la fuerza. En tanto esto es así, en las capas inferiores proliferan los sujetos de calidad superior que poseen la aptitud de gobernar y la actitud para utilizar la fuerza. Cuando los gobernantes persisten, por mucho tiempo, en valerse del uso de la fuerza y, además, consiguen prosperar económicamente, suelen durar gobernando, siempre que se preocupen de pagar a los adversarios; no obstante, es un error presumir que esta situación pueda sostenerse continuamente por sí sola y sin la utilización de la fuerza:

*Las mutaciones violentas se producen bruscamente y, por tanto, el efecto no sigue de modo inmediato a la causa. Cuando una clase gobernante o una nación se han mantenido largo tiempo por la fuerza y se han enriquecido, pueden subsistir un poco más todavía sin la fuerza, comprando la paz de los adversarios y pagando no solo con oro, sino también con sacrificios, el decoro y la reverencia de que hasta entonces habían gozado y que constituye un cierto capital. En un primer momento, el poder se mantiene mediante concesiones, y nace el error de que se pueda seguir manteniendo así indefinidamente. Así, el Imperio romano de la decadencia compraba la paz de los bárbaros con moneda y con honores; así, Luis XVI de Francia, tras consumir en un período muy breve el heredado patrimonio de amor, respeto y reverencia casi religiosa por la monarquía, pudo ser, cediendo siempre, el rey de la revolución; así, la aristocracia inglesa pudo prolongar su poder en la segunda mitad del siglo XIX hasta la aurora de su decadencia (...) a comienzos del siglo XX<sup>6</sup>.*

Está claro que, cuando los gobernados se apoyan en la violencia, existirán los que la repueben; y, asimismo, existirán otros que reprobarán la violencia si es que esta es estimulada por los gobernantes. Según Pareto, todos los gobiernos ejercitan la fuerza y todos aseveran que su utilización es justificada. La fuerza la utiliza el que pretende mantener el poder existente, pero también, el que quiera romperlo. La fuerza de uno y otro lado se oponen y, repeliéndose la una de la otra, se hacen frente. Quien es seguidor de los gobernantes, cuando desapueba el empleo de la fuerza, lo que hace realmente es desaprobando su utilización por parte de los que se separan para distanciarse del orden estatuido y homogéneo. Sin embargo, cuando este mismo adepto de los gobernantes aprueba y disculpa el uso de la fuerza, lo que hace realmente, es respaldar la utilización de esta fuerza que ejercen los gobernantes para coaccionar y obligar a la homogeneidad del orden estatuido a quienes buscan emanciparse y liberarse de él. Del otro lado, es decir, si lo vemos desde el enfoque de un partidario de los

---

<sup>6</sup> *Ibidem*, p. 72.

governados, cuando este reprueba el uso de la fuerza, lo que hace realmente, es condenar la utilización de la fuerza que ejercen los gobernantes con el objeto de que los que pretendan separarse de la uniformidad, no lo hagan. Si el adepto de los gobernados, da por bueno el ejercicio de la fuerza, se está refiriendo al uso que hacen de ella los que buscan distanciarse de determinadas uniformidades del orden estatuido.

Se puede inferir, entonces, según el desarrollo de Pareto, que la clase gobernante que no sabe o no consigue ampararse en la fuerza, necesariamente, está destinada a desmoronarse. No obstante, un gobierno no se mantiene en el tiempo si solo se ampara en la fuerza. Para Pareto, la élite gobernante tiene la responsabilidad de utilizar la fuerza; cuanto más incapaz sea de utilizarla, más incumplirá este deber. El deber de utilizar la fuerza, es el principal deber de la clase gobernante.

#### 4 LA CLASE POLÍTICA EN GAETANO MOSCA

Gaetano Mosca (1858-1941) declinaba de las teorías democráticas y colectivistas, sobre todo la marxista. Esta última, directamente, la rechazaba.

En la misma línea de Vilfredo Pareto, Mosca buscó anular lo que él entendía como la ficción o fantasía de Rousseau y Marx. La fantasía, de estos dos personajes, se asentaría en el hecho de suponer que instaurado el colectivismo esto nos conduciría a un tiempo de igualdad y de justicia universal mediante el cual el Estado abandonaría la condición de ser el órgano de una clase determinada y, según ellos, desaparecerían los explotadores y los explotados. Según Gaetano Mosca, las doctrinas proclives a abolir la propiedad particular y a trasladar, la misma, a la colectividad, entregando al Estado el reparto de la riqueza, solo son doctrinas que simplemente caen en la fantasía y la ficción. Según Mosca, estas doctrinas caían en la utopía y jamás encajarían en la verdadera realidad ya que es imposible evitar la existencia de una clase gobernante. Así pues, según Mosca, siempre existirá un sistema basado en dos clases:

- de una parte, una minoría dominante, y
- de otra, una mayoría dirigida.

En el momento que la sociedad alcanza un determinado desarrollo, el dominio político – y, con ello, la dirección económica, administrativa, militar, moral y religiosa – es ejercitado, siempre y en todos los casos, por una clase especial o por una minoría organizada. Es decir, según Gaetano Mosca, alcanzado un determinado desarrollo, invariablemente, ha de existir una minoría dominante: la *clase política*, y una mayoría dominada.

Mosca sostenía que si la ausencia de justicia y la falta de libertad fueron siempre particularidades básicas de la condición humana, ergo, estas debían aparejarse también a su naturaleza política. No lograba visualizar con limpidez y seriamente la posibilidad de que transformando las instituciones sociales se modificaría la psicología de los seres humanos<sup>7</sup>. Para Gaetano Mosca, en las democracias existe la permanente necesidad de una organizada minoría; y, pese a que parece que esto no ocurre, la minoría organizada

---

<sup>7</sup> MEISEL, J., *El mito de la clase gobernante. Gaetano Mosca y la élite*, Amorrortu, traducido por Flora Serato, Buenos Aires, 1962, p. 22.

es la que sustenta la dirección real y efectiva del Estado. Por mucho que un gobierno se sostenga en todo tipo de estándares y principios legales que nieguen y rechacen el control por parte de una minoría, la realidad siempre será otra.

Para Mosca es el liberalismo el más idóneo instrumento entre la aristocracia y la democracia. El liberalismo, sería el sistema mediante el cual los servidores públicos son elegidos desde abajo, de forma directa o indirecta, por los subordinados. Los servidores públicos son escogidos del conjunto limitado de seres humanos que son sabios, experimentados, responsables y devotos, y que son los más aptos para ejercitar el gobierno: es la minoría aristocrática la que posee autoridad, pero no un poder ilimitado. La presencia de estos límites, frenos y equilibrios en el poder, según Mosca, es lo que, primordialmente, determina que el liberalismo sea lo que es.

Las mayorías, especialmente las que no cuentan con recursos ni preparación, jamás controlan a las minorías y, menos aún, cuando las minorías poseen muchos medios económicos y son preparadas. Es claro que Mosca esta recriminando al marxismo; además, sostiene que la pretendida dictadura del proletariado se referiría solo para una clase muy limitada; sería una dictadura ejercida únicamente en representación del proletariado. Los dominados sí que consiguen ejercer tensión sobre el poder y, con ello, consiguen influir en las decisiones tomadas por el grupo dominante. El desencanto y desilusión de las mayorías puede terminar con el declive de una clase; empero, no se puede impedir que otra clase semejante aflore de estas mismas mayorías; esta nueva clase sería la que ejerza las labores de la clase dominante.

Cuanto más organizada sea la minoría –en contraste con una mayoría desorganizada – mayor será su poder y su firmeza. La ausencia de organización en las mayorías, sitúa a los sujetos que la integran en una posición de indefensión en relación y proporción a la minoría. La minoría organizada primará y prevalecerá por encima de la mayoría desorganizada. La minoría organizada estructuralmente posee también cualidades que le otorgan superioridad material, intelectual y moral, o bien, lo han heredado de quienes los poseen. Por ello, Mosca afirma que las clases políticas son propensas a tornarse en clases hereditarias por derecho o, al menos, sustentándose en los hechos. Cuanto más extendida y grande sea la comunidad política, menor será la correspondencia de la minoría gobernante en contraste con la mayoría gobernada; en esta situación, le resultará más difícil a la mayoría gobernada organizarse para proceder en contra de la minoría gobernante<sup>8</sup>.

La jerarquía, según Mosca, es una parte indispensable al interior de la sociedad humana; y es por esto, que siempre habrá los que mandan y los que obedecen. Los que mandan, por lo general, son minoría y, además, son los que ejercen las labores políticas, los que acumulan el poder y los que disfrutan de las ventajas que él otorga. Los que

---

<sup>8</sup> MOSCA, G., *La clase política*, traducido por Marcos Lara, Fondo de Cultura Económica, México D. F., 2004, p. 94. Gaetano Mosca dice también que: “(...) además de la enorme ventaja que proviene de la organización, las minorías gobernantes están constituidas por lo común de una manera tal, que los individuos que las componen se distinguen de la masa de los gobernados por ciertas cualidades que les otorgan cierta superioridad material e intelectual, y hasta moral; o bien son los herederos de los que poseían estas cualidades. En otras palabras, deben poseer algún requisito, verdadero o aparente, que sea altamente apreciado y se valore mucho en la sociedad donde viven.”

obedecen, son, numéricamente, la mayoría y ellos son los que terminan siendo conducidos y ordenados por los que mandan mediante procedimientos legales o utilizando medios arbitrarios y violentos:

*En la práctica de la vida, todos reconocemos la existencia de esta clase dirigente o clase política (...) no podríamos imaginar en la realidad un mundo organizado de otra manera, en el que todos fuesen sometidos a uno solo, en pie de igualdad y sin ninguna jerarquía entre ellos, o que todos dirigiesen por igual los asuntos políticos. Si en teoría razonamos de otra manera, es en parte por efecto de hábitos inveterados de nuestro pensamiento, y en parte debido a la excesiva importancia que les asignamos a los hechos políticos, cuya apariencia se sitúa muy por encima de la realidad<sup>9</sup>.*

El sistema de gobierno según el cual la voluntad de una sola persona es la suprema ley, según Mosca, fue lo que sustentó la organización política de los primeros grandes conglomerados de seres humanos. Esta autocracia, al ser un orden político tan extenso y duradero entre pueblos de civilizaciones muy diferentes y que, además, no mantenían conexión material o intelectual entre sí, entonces, la autocracia debía ser el resultado constante o, al menos, el más habitual de la naturaleza política de los seres humanos. Lo erróneo o lo que no sucede regularmente, y lo ocurre inusualmente, no persiste en el tiempo:

*En efecto, la autocracia, ya sea que el jefe supremo que está en el vértice de la pirámide política ejerza su autoridad en nombre de Dios o de los dioses, ya que la reciba del pueblo o de quienes presumen representarlo, proporciona una fórmula política, o sea un principio de autoridad y una justificación del poder, que resulta, clara, simple y fácilmente comprensible para todos. No puede haber organización humana sin jerarquía, y cualquier jerarquía exige necesariamente que algunos manden y otros obedezcan; y puesto que está en la naturaleza del hombre que muchos de ellos quieran mandar y que casi todos acepten obedecer, resulta bastante útil una institución que da a los que están arriba la manera de justificar su autoridad, y al mismo tiempo ayuda a persuadir a los de abajo a que deben admitirla<sup>10</sup>.*

En todo organismo político, según Mosca, hay siempre un sujeto superior a la jerarquía de toda la clase política; este es el que dirige el mando del Estado. Mosca anota, que este sujeto en ocasiones es uno que, legalmente, no tendría que disponer del poder supremo:

*(...) muchas veces ocurre que, junto al rey o al emperador hereditario, hay un primer ministro o un mayordomo de palacio que tiene un poder efectivo por encima del propio soberano; o que, en lugar del presidente elegido, gobierna el político influyente que lo ha hecho elegir. Algunas veces, por circunstancias especiales, en vez de una persona sola, son dos o tres las que toman a su cargo la dirección suprema<sup>11</sup>.*

---

<sup>9</sup> *Ibidem*, p. 91 y 92.

<sup>10</sup> *Ibidem*, p. 260

<sup>11</sup> *Ibidem*, p. 92.

Para Mosca, la historia de la humanidad civilizada se puede compendiar en la lucha entre la predisposición que posee la clase dominante para adquirir, acaparar y atribuirse el aprovechamiento estable de las fuerzas políticas y a transmitirle su posesión a sus hijos en forma hereditaria, y la predisposición hacia la sustitución y variación de estas fuerzas políticas y la salvaguarda de fuerzas nuevas. Todo ello, produce una corriente de flujo de fuera hacia dentro y de dentro hacia fuera, entre la clase alta y algunas fracciones de las bajas:

*Las clases políticas declinan inexorablemente cuando ya no pueden ejercer las cualidades mediante las que llegaron al poder, o cuando no pueden prestar más el servicio social que prestaban, o cuando sus cualidades y los servicios que prestaban pierden importancia en el ambiente social donde viven<sup>12</sup>.*

Una organización política, más o menos perfecta, opina Mosca, es aquella en donde los que gozan del poder más alto poseen, además, una situación económica no subordinada a nada ni a nadie. En la clase política predomina, también, la actitud para dirigir, así como las cualidades intelectuales, económicas y morales. La preparación, la cultura científica, los grados académicos y las aptitudes especiales corroboradas, abren las posibilidades hacia los cargos públicos, y además permite la posibilidad de manipular, según antojo, a quienes no son profesionales o especialistas preparados:

*(...) el poder de los profesionales consiste en la capacidad de **revelar** los derechos y, de paso, las injusticias o, al contrario, en la capacidad de condenar el sentimiento de injusticia fundado únicamente en el sentido de la equidad, y, así, desanimar la defensa judicial de los derechos subjetivos, en suma, se trata de la capacidad de manipular las aspiraciones jurídicas, de crearlas en algunos casos, de ampliarlas o desalentarlas en otros<sup>13</sup>.*

Los sujetos que se movilizan de una posición social a otra, conservan sus actitudes intelectuales, pero cambian sus actitudes morales, lo que se puede percibir a través de los sentidos y del entendimiento. De esta forma, existe la posibilidad de que el servil se vuelva arrogante y el humilde orgulloso. Es cierto, también, que quien asciende desde abajo suele desarrollar el sentir de justicia y de equidad.

El lograr de hecho el poder, por parte de la clase política, no es suficiente. La clase política justifica su poder, proporcionándole un sustento moral y legal. Hacen que el surgimiento de su poder se tome como la consecuencia indispensable de doctrinas y creencias, las que usualmente son las aceptadas y reconocidas en esa sociedad que conduce la clase política. La clase política consigue ampliar su existencia en el tiempo, cuando sabe gestionar la reforma oportuna de las clases dirigentes; en este

---

<sup>12</sup> *Ibidem*, p. 108

<sup>13</sup> BOURDIEU, P., *Poder, derecho y clases sociales*, traducido por M<sup>a</sup> José Bernuz Beneitez, Desclée, Bilbao, 2001, p. 194.



sentido, el principal mérito de la clase popular se sitúa en su capacidad connatural de extraer de su interior nuevos sujetos capacitados para dirigirlos.

Para Mosca, si las fuerzas políticas cambian, se deben afirmar las actitudes originales en la dirección del Estado; pero, si las antiguas fuerzas políticas no mantienen sus actitudes, se transformará la composición de las clases políticas. La clase política no puede evitar decaer si le resulta imposible desplegar las cualidades que la pusieron en el poder o, simplemente, si esas cualidades dejan de tener importancia en el entorno social en que se desenvolvían.

Como anoté antes, según Mosca, en todo organismo político siempre existe un sujeto que es el superior de toda la jerarquía de la clase política y que es el que dirige el timón del Estado. Este sujeto, que es jefe de Estado, logra gobernar gracias al apoyo de la clase dirigente que hace cumplir y respetar sus mandatos. Asimismo, la clase política requiere de una capa o nivel de la sociedad para que le ayude en el gobierno; esta capa social, es la clase media. La clase media es, para Mosca, indispensable para que cualquier organización tenga posibilidad de existir: la clase alta de la sociedad no sería suficiente para enderezar y dirigir el accionar de las masas. Los que pertenecen a la clase media cuentan con los medios para obtener una instrucción necesaria y, de su mismo ambiente familiar toman el concepto práctico de lo que son los recursos necesarios para lograr una carrera administrativa y burocrática.

En el conflicto entre las fracciones de la clase dirigente, una de ellas busca la ayuda de las masas. De esta manera, se le unen los sujetos que, aún perteneciendo a las clases bajas, supieron ponerse en una posición superior dentro de su clase gracias a su particular inteligencia y energía o por su osadía y atrevimiento, con lo que se apartan y se colocan por encima del común de la gente de su clase desfavorecida. La fracción de la clase dominante que ha buscado ayuda en las masas, obtiene la simpatía de ellas magnificando y sacando a la luz el egoísmo, la tontería y los privilegios materiales de los ricos y poderosos, mostrando sus vicios y errores verdaderos e imaginarios, comprometiéndose a cumplir con el sentimiento de justicia. Si una fracción de la clase política, al propugnar renovaciones, es marginada del poder, esta intentará echar abajo al gobierno vigente ayudándose de las mayorías que le seguirán con facilidad si es que están en desacuerdo con el sistema constituido. De esta manera, la clase social más baja, resulta siendo un elemento indispensable de la mayoría de las sublevaciones y revoluciones. Es por ello, que con regularidad vemos al frente de las manifestaciones populares a sujetos de un nivel social superior. También podría suceder lo contrario: que la clase política que posee el poder y que es la que no acepta las tendencias renovadoras, acuda a la plebe que aún permanece fiel a las antiguas ideas y que no quiere la renovación<sup>14</sup>.

En las mismas clases bajas hay una minoría dirigente que no acepta a los que están en el poder. Esta minoría logra tener mucha influencia sobre las masas, más que la propia clase gobernante. Si crece el aislamiento de clases y el descontento entre las clases inferiores, habrá también una creciente tendencia a que las clases

---

<sup>14</sup> MOSCA, G., *Histoire des doctrines politiques depuis l'Antiquité: les doctrines politiques depuis 1914*, Payot, París, 1955, pp. 328 y siguientes.

bajas ayuden a derribar al gobierno que exista. Finalmente, puede darse el caso que la clase dominante que existía sea reemplazada por otra, y esto servirá de poco o nada provechoso para las masas. Vemos pues, que para Gaetano Mosca, el aislamiento de las masas, las contrariedades y rivalidades entre cultura, creencias y educación de las clases sociales, podrían hacer que se constituyan – en la parte interna de la masa – una nueva clase dirigente, la que es, por lo regular, contraria a la que viene ejerciendo el poder. Si la clase baja se organiza debidamente, podría provocarle grandes dificultades a los gobernantes. Las mayorías dominadas logran influir sobre sus dominadores que conforman la clase política; es más, si el pueblo es infeliz podría lograr el derribo de su clase política. De la misma manera, las clases dirigidas van con los dirigentes mientras compartan opiniones y creencias. La presión de las mayorías, acrecentada por su falta de contento, podría lograr determinada influencia en la clase política. Si la falta de contento llega a ser muy grande y, con ello, se provocará el derrocamiento de la clase dirigente, surgirá, indispensablemente, en la masa, una nueva minoría organizada que sustituirá a la clase política derrocada.

Mosca, al igual que Pareto, opina que cualquier clase política tiene que reemplazarse con sujetos de las clases inferiores puesto que ellos conservan activas las tradicionales reacciones de lucha que contribuyen a su conservación, como individuos que son. El aislamiento de una clase tiene como consecuencia el decaimiento de la misma, y esto es así porque se queda sin la capacidad de operar competentemente en sus asuntos y en los de la sociedad. Por lo tanto, por el aislamiento, frente a un conflicto con los contrarios externos o internos, el sistema político se cae a la primera<sup>15</sup>.

Situándome en otra cuestión, debo anotar que a Gaetano Mosca el sufragio universal nunca le resultó real y verdadero. Por el contrario, le pareció algo quimérico, dudoso o puramente nominal. Para él, el sufragio universal se apoya en la engañosa creencia sobre que los electores eligen a sus representantes; no obstante, lo que pasa realmente es una situación diferente: el representante se hace elegir por los electores. Para Mosca, la soberanía popular –como resultado del sufragio universal – no es más que un mito extremadamente riesgoso, con el que se busca que la sociedad crea que es ella quien gobierna, y que los servidores públicos elegidos están para servirle. Siendo así, la democracia parlamentaria se sustentaría en la idea jurídica de que el representante es elegido por la mayoría de los electores; sin embargo, la realidad de los hechos demuestra una situación muy diferente. En un proceso electoral se sabe bien que el elegido no es determinado, como tal, por los votos de los electores; más bien, se sabe que, en general, se hace elegir por ellos – que es una situación muy diferente – o, si se quiere, son los amigos del elegido los que lo hacen ser tal. La existencia de un candidato se debe a la labor de un conjunto de sujetos unidos por un fin común, de una minoría organizada que se impone a la mayoría desorganizada:

---

<sup>15</sup> ZEITLIN, I, “Gaetano Mosca (1858-1941)”, en *Ideología y teoría sociológica*, traducido por Néstor A. Míguez, Amorrortu, Buenos Aires, 1970, p. 224.

*(...) en un régimen representativo de sufragio muy amplio el poder efectivo queda en manos de pequeñas minorías organizadas, casi todas compuestas por individuos provenientes de clases superiores y sobre todo de clases medias, o que ya hayan adquirido los requisitos de la clase media. (...) Es cierto que tanto, ayer como hoy, ha sido y es posible a los intereses particulares de pequeñas minorías organizadas predominar sobre el interés colectivo, paralizando la acción de los que deberían tutelar a este, (...) todas las organizaciones estatales están constituidas por minorías organizadas y que por esto toda forma de régimen político que cree basarse en la libre expresión de la voluntad de la mayoría contiene una incurable falsedad, que a la larga producirá su decadencia. (...) –Refiriéndose al gobierno parlamentario dice que – un mayor conocimiento de la historia y una más vasta experiencia de la vida nos han enseñado a considerarlo con mayor indulgencia, al comprobar que es imposible que exista una forma de organización política que en su funcionamiento práctico no sea contaminada por las ineludibles debilidades morales e intelectuales de la naturaleza humana<sup>16</sup>.*

Podemos advertir que, según Mosca, el Estado representativo moderno, porta en sí mismo los gérmenes que pueden provocar su decadencia y disolución. La presencia de una burguesía media es vital para la existencia normal de un régimen representativo moderno. Producida la decadencia, si esta aumenta y se mantiene, es posible que las formas de los ordenamientos representativos duren algún tiempo más; empero, se transformará en una dictadura plutocrática, o en una dictadura burocrática y militar, o en una dictadura demagógica de pocos cabecillas que sepan hacer o decir cosas con la intención de agradar a las masas y provocar en ellas la envidia y los instintos de apropiación – con daño seguro del interés general-, o convertirse en una combinación de una y otra de las dictaduras nombradas. Todo este riesgo que lleva dentro de sí el Estado representativo, parece agravarse con el llamado sufragio universal, el que es consecuencia necesaria surgida de la base moral e intelectual del sistema representativo. Nunca las mayorías –sobre todo si son pobres e ignorantes – han mandado sobre las minorías –sobre todo si ellas son relativamente ricas e inteligentes-. La clase dirigente, inserta en su conciencia o en su subconciencia el saber de esta verdad, y muy posiblemente sea esto lo que contribuye a hacerles aceptar sin mayor rechazo el sufragio universal<sup>17</sup>. Se dice que los electores son completamente libres de elegir en un sufragio, pero esto no es algo que se produzca en la realidad de los hechos; más bien es algo que se queda en pura

---

<sup>16</sup> MOSCA, G., *La clase política*, cit., pp. 251 y 252

<sup>17</sup> *Ibidem*, pp. 253 y 254. También es pertinente relacionar esta parte con la p. 94. En esta página dice: “Si es claramente admisible que uno solo no puede comandar a una masa sin que exista una minoría que lo sostenga, es más difícil postular en cambio, como un hecho constante y natural, que las minorías comandan a las mayorías más bien que estas a aquellas. Pero este es uno de los puntos (...) en el que la apariencia de las cosas es contraria a su verdadera realidad. (...) es fatal el predominio de una minoría organizada, que obedece a un único impulso, sobre la mayoría desorganizada. La fuerza de cualquier minoría es irresistible frente a cada individuo de la mayoría, que se encuentra solo ante la totalidad de la minoría organizada. Y al mismo tiempo se puede decir que esta se halla organizada precisamente porque es minoría. Cien que actúen siempre concertadamente y en inteligencia los unos con los otros, triunfarán sobre mil tomados uno a uno y que no tengan acuerdo entre sí; y al mismo tiempo les será mucho más fácil a los primeros actuar concertadamente y tener de esta manera un entendimiento, si son cien y no mil.”

teoría. Verdaderamente, en la práctica, el elector tiene una libertad grandemente limitada, y esto es así porque que si él no pretende desperdiciar su voto tendrá que votar por uno de los candidatos con posibilidad de ganar dado que estos son los que están apoyados por un conjunto de amigos o partidarios. Dada esta situación, el individuo común que es parte de la gran mayoría de votantes, no puede más que optar por no votar o votar por algún candidato con posibilidad de triunfar. En este sentido es que para Mosca la participación política de las mayorías mediante del sufragio universal, no es más que una completa falsedad. Los que realmente ganan son las personas que son capaces de implantarse en ese marco tan puntual y, muchas veces, camuflado o inventado por el sistema electoral. Ellos son los que deciden y eligen a los representantes.

## 5 LA LEY DE HIERRO DE LAS OLIGARQUÍAS EN ROBERT MICHELS

Robert Michels, se inspira en las ideas de Pareto y de Mosca. En ese sentido, tengamos en cuenta que Robert Michels (1876-1936) fue discípulo de Gaetano Mosca y, como tal, también cuestionó los postulados de Marx; sin embargo, lo hizo con menor hincapié que Mosca y Pareto.

Michels no aceptaba la teoría marxista, que para él era utópica; no obstante, conservó componentes del método analítico. El no contar con los conocimientos psicológicos convenientes, dice Michels, fue lo que hizo hundirse al socialismo en un gran error: la mezcla de pesimismo, en relación al presente, y optimismo exagerado y confianza sin límites en relación al futuro. Al efectuar un concepto realista de la condición mental de las masas, se mostraría, sin duda alguna, que aun aceptando la posibilidad de un avance moral de la humanidad, esto no justifica, por su naturaleza, un optimismo excesivo. De los materiales humanos no pueden prescindir los políticos y los filósofos en sus proyectos de reconstrucción social

*Dentro de los límites temporales en que resulta posible formular previsiones humanas, el optimismo seguirá siendo privilegio exclusivo de pensadores utópicos. (...) Nada podría ser más anticientífico que la suposición de que tan pronto como los socialistas hayan logrado conquistar el poder gubernamental, ello bastará para que las masas ejerzan una pequeña fiscalización sobre sus conductores, a fin de lograr que los intereses de estos coincidan perfectamente con los de los conducidos. (...) La inmadurez objetiva de la masa no es un fenómeno meramente transitorio que desaparecerá con el progreso de la democratización au lendemain du socialismo – como consecuencia del socialismo-. Por lo contrario, proviene de la misma naturaleza de la masa como tal, pues esta, aun organizada, sufre de una incompetencia incurable para la solución de los diversos problemas que la aquejan (la masa es, en sí misma, amorfa y necesita división del trabajo, especialización y orientación). La especie humana precisa ser gobernada (...) El hombre como individuo está por naturaleza predestinado a ser guiado (...)*<sup>18</sup>.

---

<sup>18</sup> MICHELS, R., Los partidos políticos 2. Un estudio sociológico de las tendencias oligárquicas de la democracia moderna, traducido por Enrique Molina de Vedia, Amorrortu, Buenos Aires, 1996, pp. 191 y 192.

Para Michels, no existe contradicción esencial entre la doctrina que postula que la historia es el registro de una serie continua de luchas de clases, y la doctrina que postula que las luchas de clases invariablemente culminan en la creación de nuevas oligarquías que llegan a fundirse con las anteriores. La existencia de una clase política no contradice los supuestos esenciales del marxismo, siempre que juzguemos al marxismo como una filosofía de la historia y no como un simple dogma económico.

En cada caso particular el dominio de una clase política se origina como resultado de las relaciones entre las diferentes fuerzas sociales que pugnan por la supremacía; esto claro, si entendemos a esas fuerzas de forma dinámica y no cuantitativamente. Este dinamismo lo podemos advertir de las distintas corrientes democráticas de la historia, las cuales lucen como ondas sucesivas, golpean sobre la misma playa y se renuevan constantemente. El constante espectáculo es, a la vez, alentador y depresivo:

*(...) cuando las democracias han conquistado ciertas etapas de desarrollo experimentan una transformación gradual, adaptándose al espíritu aristocrático, y en muchos casos también a formas aristocráticas contra las cuales lucharon al principio con tanto fervor. Aparecen entonces nuevos acusadores denunciando a los traidores; después de una era de combates gloriosos y de poder sin gloria, terminan por fundirse con la vieja clase dominante; tras lo cual soportan, una vez más, el ataque de nuevos adversarios que apelan al nombre de la democracia. Es probable que este juego cruel continúe indefinidamente<sup>19</sup>.*

Estas son ideas centrales que Michels plasma en su obra de 1911, *Los partidos políticos*, donde además elabora su *teoría de las élites*. Para Michels, Marx no logró prever que la democracia, inevitablemente, lleva a la oligarquía; y es a esta inevitabilidad a lo que Michels llama la *ley de hierro de la oligarquía*.

La especialización de las labores es un requisito de toda gran organización; con ello, se produce inevitablemente una separación entre el pueblo –que es el mayoritario– y sus dirigentes. Esto hace que el surgimiento de la oligarquía resulte determinante en toda gran organización. Las minorías usan su organización para poder controlar a las mayorías, y esto comporta la aparición de la oligarquía; así, las grandes organizaciones terminan divididas en una minoría de dirigentes y en una mayoría de dirigidos. Las grandes organizaciones suelen prosperar y hacerse cada vez más fuertes y, con ello, también sus dirigentes. De esta forma, cuanto más fuerte es la organización, mayor será la necesidad de poder de los dirigentes. Luego, la democracia es la que termina viéndose afectada. Michels, afirma con mucha firmeza, allá por el año 1911, cuando escribía su obra *Los partidos políticos*, algo que, curiosamente, encaja muy bien en nuestra actualidad. No hay que ser muy profundo para advertir que, en la actualidad, existe un sistema de poderes inescrupulosos que nos impulsa a caer en un estado de dependencia innecesario, con el único fin de lograr controlarnos para instaurar y mantener determinados intereses de privilegio: “*En la sociedad de hoy, el estado de dependencia que resulta de las*

---

<sup>19</sup> *Ibidem*, pp. 195 y 196.

*condiciones económicas y sociales, hace imposible el ideal democrático. Es necesario admitir esto sin reservas (...).*<sup>20</sup>

Queda claro entonces que, la aparición de oligarquías dentro de las democracias es consecuencia directa de una necesidad orgánica y, por ello, es que aparece en toda organización sin importar que sean socialistas o incluso anarquistas. En ese sentido, tengamos en cuenta que, allá por el año 1816, el suizo Ludwig von Haller, en su obra *Restauración de la ciencia política o Teoría del estado social natural opuesto a la ficción de un estado civil facticio*, ya afirmaba que en la vida en sociedad – cualquiera que sea su forma – es la misma naturaleza la que crea las relaciones de dominio y de dependencia<sup>21</sup>.

Michels afirma que el pueblo jamás llegará a gobernar, a menos que lo haga en abstracto. Empero, lo que importa saber es hasta qué punto y en qué grado es deseable, posible y realizable la democracia ideal en algún momento dado. No es relevante analizar si la democracia ideal es factible o no. No pretendo negar que los sistemas democráticos realicen mejoras, ni tampoco seré tan carente de experiencia y de sentido crítico, como para no saber aceptar que todo orden y toda civilización deberán mostrar rasgos aristocráticos<sup>22</sup>.

Por su parte, la especialización, conlleva la responsabilidad que asumen los dirigentes para guiar a las masas; por la especialización, la democracia se torna en el gobierno de los mejores o, dicho más precisamente, en una aristocracia. Son los dirigentes los que, material y moralmente, resultan reconocidos como los más aptos y los más juiciosos. Sin embargo, esta oligarquía no está libre de peligros ya que, habiendo ella nacido de la democracia, tienen patente la posibilidad de que las mayorías se rebelen en su contra o, que de la oligarquía, se pase a una dictadura. Estos son los dos peligros que lleva aparejada la oligarquía. Ambas se diferencian en que, mientras la rebelión surge de las masas, la dictadura surge de la propia oligarquía; así, se puede decir que la oligarquía conlleva el peligro de la rebelión contra el poder y el peligro de la usurpación de poderes.

---

<sup>20</sup> MICHELS, R., Los partidos políticos 1. Un estudio sociológico de las tendencias oligárquicas de la democracia moderna, traducido por Enrique Molina de Vedia, Amorrortu, Buenos Aires, 1996, p. 56.

<sup>21</sup> HALLER, V., *Restauration der Staats-Wissenschaft, oder, Theorie des natürlich-geselligen Zustands der Chimäre des künstlich-bürgerlichen entgegengesetzt*, vol. I, Steinerischen Buchhandlung, Winterthur, 1816, pp. 304 y siguientes.

<sup>22</sup> MICHELS, R., Los partidos políticos 2. Un estudio sociológico de las tendencias oligárquicas de la democracia moderna, cit., pp. 192 y 193: Michels aclara que no tiene la intención de "(...) negar que todo movimiento revolucionario de la clase trabajadora y todo movimiento inspirado sinceramente en un espíritu democrático, puedan tener cierto valor como contribuciones al debilitamiento de las tendencias oligárquicas. El campesino de la fábula dice a sus hijos en el lecho de muerte que hay un tesoro escondido en el campo. Después de la muerte del anciano los hijos escarban por todos lados para descubrir el tesoro; no lo encuentran, pero su labor infatigable mejora la tierra y les proporciona relativo bienestar. El tesoro de la fábula bien podría simbolizar a la democracia. La democracia es un tesoro que nadie descubrirá jamás por la búsqueda deliberada; pero si continuamos nuestra búsqueda, al trabajar infatigablemente para descubrir lo indescubrible, realizaremos una obra que tendrá fértiles resultados en el sentido democrático. (...) A veces (...) los principios democráticos traen consigo, sino una cura, al menos un paliativo para el mal de la oligarquía."

Un Estado, al ser una importante y gran organización, requiere de una amplia burocracia y, por este requerimiento de amplitud, se termina convirtiendo también, en una muy complicada burocracia. Es esta burocracia la que sostiene a las clases dirigentes y es la que les asegura el dominio y los mantiene en el poder y en el liderazgo del Estado. Mediante la organización política se accede al poder, a un poder conservador. Quien alcanza el poder se esmera por tener mayores privilegios, gracias o exenciones; se esmera por lograr un poder sólido y amplio, alejándolo del dominio de las masas mayoritarias. Los elegidos consiguen el dominio sobre los votantes gracias a la organización política existente, y es esta la que hace que una persona ocupe por elección un cargo muy relevante en la gobernación y representación del Estado, colocándolo sobre los otros mandantes.

El ideario de la organización política supone que el pueblo tiene la capacidad para advertir la competencia de sus futuros líderes, cuando se dan las elecciones. Los líderes deben convencer de esto al pueblo ya que de ello depende su mayor fuerza y legitimación periódica en el poder; así, es que los líderes y los grupos con los que se postulan, necesitan de las elecciones. Los líderes y sus grupos políticos buscan ser reconocidos como personas atentas y preocupadas por los asuntos de todos los integrantes del pueblo, anuncian que luchan por el bien de todos y en nombre de todos. Los líderes y sus grupos políticos, procuran la ayuda de determinadas clases cultas y pudientes del Estado y que aún no cuentan con privilegios políticos. De igual forma, los líderes y sus grupos políticos buscan el soporte y ayuda de la prensa. La prensa les resulta un apoyo, muchas veces, determinante para alcanzar, mantener y fortalecer su poder. A través de la prensa logran hacerse conocidos para el pueblo. Los líderes usan a la prensa para ganar y preservar la aceptación del pueblo y también para desprestigiar a sus oponentes.

De otro lado, las organizaciones requieren de una técnica especializada para ser conducida con certera habilidad. Así, el poder de determinación se transforma en uno de los componentes puntuales del liderazgo, con lo cual, los líderes que constituyeron los órganos ejecutivos de las mayorías, se independizan de estas últimas y se liberan de su fiscalización. Al final, la organización y el poder de los líderes, encuentra pocos límites y se transforma en un poder oligárquico, que si bien se funda sobre una base democrática, termina sofocándola: *“Para Robert Michels (...) la tendencia hacia la oligarquía es un proceso común a todas las organizaciones importantes. (...) las tendencias socialistas son tan burocráticas y oligárquicas como las sociedades capitalistas.”*<sup>23</sup>

Las masas no pueden prescindir del liderazgo ya que encuentran regocijo en el hecho de que otros resuelvan sus asuntos. Las mayorías masificadas son grupos que tienen una impasibilidad en el ánimo, lo que que las transforma en grupos con una dejadez y con una falta de vigor, que las hace necesitar de un líder que los conduzca. Aquí radica la base más fuerte que encuentran los líderes para alcanzar y conservar el poder: la falta de competencia y la incapacidad e indiferencia que tienen las masas para los asuntos políticos. La falta de competencia de las masas hace que los líderes cuenten con una justificación moral y práctica. Si las masas son incompetentes y adolecen de una impasibilidad de ánimo, entonces es lógico que tengan expertos liderando sus asuntos ya que, ellos –el pueblo–, no podrían hacerlos. Esta impasibilidad de ánimo de las masas y la necesidad de

---

<sup>23</sup> Touchard, J., *Historia de las ideas políticas*, traducido por J. Pradera, Tecnos, Madrid, 2007, p. 623.

ser dirigidos, se corresponde y concuerda bien con el impulso instintivo de los líderes por conseguir el poder. La masa se satisface a sí misma obteniendo a un líder que la conduzca, y esta necesidad, una vez satisfecha, hace que se le rinda culto y se le tome por héroes a los líderes elegidos. En este mismo sentido Wrigth Mills escribirá que:

*(...) el pueblo no ve claro y tiene que colocar, como un niño confiado, todo el mundo nuevo de la política exterior y la acción estratégica y ejecutiva en manos de expertos. Es que todo el mundo sabe que alguien debe dirigir el cotarro, y que alguien suele hacerlo. Los otros no se preocupan realmente, y, además, no saben cómo hacerlo*<sup>24</sup>.

Michels apuntará, que las masas ven como un deber sagrado el prodigar una sincera gratitud a sus líderes; y esta gratitud, generalmente, la expresan reeligiendo sucesivamente a sus líderes mercedores de ello, manteniéndolos en el poder por siempre. Así, con la mayor prolongación del liderazgo, este se convertirá en una casta cerrada. No obstante, si el pueblo se siente defraudado o conculcado en sus derechos, es posible también que no les reconozcan ninguna gratitud a sus dirigentes y que los depongan. Algunos líderes se colocarán como defensores y consejeros sinceros del pueblo; estos usualmente son perseguidos, aprisionados u obligados al exilio.

Entonces, según Robert Michels, la mayor competencia y capacidad de los líderes conlleva a la aparición de la oligarquía dado que las mayorías masificadas se subordinan a ella otorgándole una potestad que, con el paso del tiempo, deteriora y acaba con la democracia. Llegado a estos términos –de oligarquía – las mayorías masificadas son manipulables y susceptibles de aceptar cualquier mentira como verdadera, e incluso los líderes pueden llegar a convencerlas de que hacen, escriben y hablan en su nombre, cuando realmente no es así. Y si nos ponemos en la actualidad, advertiremos que esto sigue aconteciendo sin reparo alguno, y las masas siguen votando a quienes les manipula abiertamente:

*(...) los poderes inescrupulosos de hoy ya no buscan someter a nadie por la fuerza; todo lo contrario, Lo que hacen es forjar a los ciudadanos a su conveniencia para que sus capacidades de reflexión y crítica se vuelvan manipulables y mínimas, logrando de esta manera que, incluso, por esa ceguera provocada, los ciudadanos estén de acuerdo con ellos pese a que ponen en riesgo su propio bienestar y menoscaban sus derechos. (...) La política estatal de hoy es más el sinónimo de oportunismo político por el poder (...)*<sup>25</sup>.

El pueblo, al tener menor preparación intelectual y cultural, no tiene la posibilidad de advertir lo que a sus líderes realmente les interesa. Las masas, tienden a dejarse guiar por personas comunes y mediocres, que por gente talentosa y

---

<sup>24</sup> MILLS, C. W., *La élite del poder*, traducido por Florentino M. Torres y Ernestina de Champourcin, Fondo de Cultura Económica, México D. F., 2001, p. 274.

<sup>25</sup> CONTRERAS UGARTE, J. V., *Las determinaciones políticas en materia de derechos humanos. Cavilaciones a partir de la ética weberiana y de la fuerza trascendental hegeliana*, Editorial Académica Española, Berlín, 2018, pp. 137-138.



políticamente culta. Su falta de capacidad las hace masas de poco vigor y de poca fuerza para alcanzar una correcta organización; por ello, es que necesitan de líderes, y por su debilidad no son capaces tampoco de resistirse con eficiencia en contra de las decisiones de los líderes. Un ejemplo de ello es la falta de resultados concretos en la multiplicidad de huelgas y revueltas políticas que se producen; esto es reflejo de la debilidad y la ausencia de líderes dentro de la mayoría masificada.

## 6 MICHELS Y LOS LÍDERES REVOLUCIONARIOS SURGIDOS DEL PUEBLO

Cuando el pueblo se rebela y logra resultados eficientes, no lo hace de un momento a otro. Esto, según Michels, lo hace gracias a la aparición de líderes que salen de su propio interior y que son los que guían a las masas en su revuelta; empero, los nuevos líderes surgidos, una vez ganada la revuelta y obtenido el poder en nombre del pueblo, se distancian de las masas formando un grupo que tiende a separarse de las mayorías masificadas y, a la larga, incluso, se oponen al pueblo que un día lideraron hacia la revuelta que los puso en el poder. Así las masas se vuelven a quedar sin líderes propios, y la oligarquía vuelve siempre a resurgir.

Las revueltas que hace el pueblo, al final, no generan, estructuralmente, cambios hacia su interior. Los líderes surgidos de su seno, poco a poco se alejan de él y son seducidos hacia el entorno de la clase política gobernante. Una vez que estos nuevos líderes – levantando en alto los derechos conculcados de su pueblo y destronando a los perversos abusivos e impositores de sus antecesores – alcanzan el poder y se constituyen en los nuevos gobernantes, caen en una transformación que los hace muy parecidos a los malvados que lograron echar. Así, resulta que los revolucionarios del presente terminan siendo los reaccionarios del futuro.

El líder sabiéndose y sintiéndose colocado en una posición necesaria e indispensable – gracias a la incompetencia y dejadez de las masas-, sin mucho esfuerzo, de servidor se convierte en amo de su pueblo. Al principio son líderes atentos y preocupados por la resolución de los asuntos del pueblo, pero luego, con el tiempo, se hacen señores del pueblo y se desligan de dicha preocupación. Únicamente procuran mantener la preocupación en apariencia, o la retoman calculadamente para su propia conveniencia de poder y dominación. Si surge alguna oposición a la voluntad del líder, esta es calificada de antidemocrática porque el líder fue elegido, al menos legalmente, para representar la voluntad general (aunque, a la larga, esto no se refleje en sus actos reales de gobierno).

Ahora bien, desde el interior del pueblo existe la posibilidad que surja alguien que se haga notar de manera superior al resto y que logre llegar al nivel de líder gobernante. Este surgimiento de nuevos sujetos carismáticos pone en peligro a los que ya poseen el poder, puesto que es posible que tengan que retirarse para dar paso a los nuevos líderes o compartir con ellos su dominio; así, se inicia la formación de una élite nueva.

De otro lado, ante una disputa entre el pueblo y los líderes, suelen triunfar los últimos, siempre que sepan estar unidos. El pueblo a veces se rebela, pero, por lo

regular, termina siendo sometido. Esta situación cambia cuando la incapacidad de los líderes es manifiestamente clara; frente a ello, el pueblo cobra un rol activo en su historia y suele derrocar el poder de la oligarquía constituida. Las revueltas autónomas del pueblo son consecuencia de una sustancial falta de aceptación hacia las decisiones de los gobernantes. Las revueltas del pueblo suelen ser dirigidas por nuevos líderes que surgen de su propio seno; sin embargo, no es raro que estos líderes se desliguen de las relaciones que tienen con su pueblo para poder pactar con los líderes contrarios, ofreciéndoles a estos que luego ordenaran el cese de la revuelta. El pueblo, ante esta situación se enoja, pero nada puede hacer porque no tiene la fuerza para sancionar la traición de los que fueron sus líderes. Cuando las revueltas del pueblo tienen éxito y logran acabar con sus líderes, lo que realmente ha sucedido es que los líderes no han conseguido ponerse de acuerdo y han perdido su unión, lo que les ha generado la destrucción entre ellos mismos y con el apoyo del pueblo.

Para Michels, si el cambio social no se da a través de una revolución, entonces se da desde la unión o mezcla de las posiciones contrarias o distintas que hay entre los viejos líderes y los nuevos, a través de un proceso que hace llenar –con unos y otros viejos y nuevos líderes – las vacantes que se producen en el seno de los gobernantes y mediante el voto de ellos mismos. Aquí estamos ante un cambio de producto de una mezcla de intereses. Los individuos más virtuosos, resultan siendo líderes potencialmente revolucionarios y, en tiempos de calma, es decir no revolucionarios, estos individuos se encuentran sujetos a una pluralidad de tentaciones que buscan cautivarlos. Así, de acuerdo con Michels, la verdadera disputa no se sitúa entre el pueblo y sus gobernantes; la verdadera disputa se da entre los líderes que ya tienen el poder y los nuevos líderes que afloran desafiantes y en busca de ser promovidos hacia la toma del poder:

*El ascenso de nuevos aspirantes al poder siempre está sembrado de dificultades, cerrado por obstáculos de toda clase, solo superable con el favor de la masa. Es muy raro que la lucha entre los viejos líderes y los nuevos termine con una derrota completa de los primeros. El resultado del proceso ya no es una circulación de élites, sino una reunión de élites; es decir una amalgama de estos dos elementos. Quienes representan la nueva tendencia, mientras su andar es aún inseguro, procuran encontrar toda clase de vías laterales, para evitar que los poderosos los derriben. Pretexan que sus divergencias de opinión con la mayoría son insignificantes (...) y expresan su pena de que los viejos líderes muestren carencia de verdaderos sentimientos democráticos.”<sup>26</sup>*

De otro lado, Javier Barrycoa explica que existe una tendencia a generar apoliticismo en las democracias de las sociedades de masas, es decir, como lo sostiene Max Weber, para garantizar a la estructura de poder se debe tender a propiciar que no todos los ciudadanos pretendan llegar al poder, de lo contrario la

---

<sup>26</sup> MICHELS, R., Los partidos políticos 1. Un estudio sociológico de las tendencias oligárquicas de la democracia moderna, cit., pp. 206 y 207.

situación sería muy combativa, inconstante e insegura. Esta idea se reafirmaría con lo que propone Robert Michels:

*(...) toda organización social, incluyendo los partidos políticos, tiende a la oligarquización jerárquica. La oligarquización permite apartar las masas de la dirección de los partidos y convertirlos así en organizaciones efectivas. Igual ocurriría con la estructura de poder: en la medida en que se oligarquiza y aleja las masas del interés y la participación política, su gobierno se hace más efectivo<sup>27</sup>.*

Es curioso comprobar que, actualmente, en nuestras democracias contemporáneas existe una tendencia a la abstención política y electoral. Es una suerte de desapego para comprometerse activamente en las cuestiones del poder pues parece que al ciudadano común le resulta más cómodo dejarse llevar – mandar – o, simplemente, ser indiferente a todo lo que tenga que ver con la estructura democrática del poder, precisamente porque ya no cree en ella ni cree que esta le vaya a determinar un cambio a mejor para su vida.

## 7 PARETO, MOSCA Y MICHELS: DIFERENCIAS Y COINCIDENCIAS

Vilfredo Pareto, Gaetano Mosca y Robert Michels, propusieron un innovador enfoque de estudio de la llamada sociología política de finales del siglo XIX e inicios del XX. Ellos transformaron las concepciones de la democracia liberal.

De manera general hemos visto que los tres autores coinciden en alguno de sus postulados; así, resulta que la *teoría de las élites* tiene componentes de la *circulación de las élites* de Pareto, de la *clase política* de Mosca y de la *ley de hierro de la oligarquía* de Michels. Para estos tres autores del elitismo defendieron que: “*la sociedad no cambia básicamente en absoluto. (...) Como alternativa al cambio ellos describen un ciclo eterno de aparición, dominación, degeneración y caída de las élites (...)*”<sup>28</sup>.

A Gaetano Mosca y a Vilfredo Pareto se les considera los fundadores de la ciencia política italiana. Los dos se desenvuelven en el escenario positivista, y hacen sus comprobaciones con los hechos y con la historia.

Mosca describe a la clase política, y sienta las características que resultarían verificables en todos los conglomerados humanos en donde haya un gobierno. Así, los que manejan y ejercitan el poder público son una minoría a la que se someten los gobernados. Estos últimos nunca se hacen parte del gobierno, únicamente lo aguantan. Este autor usa los datos históricos para sostener que los que gobiernan ejercen sus actuaciones, todas las veces, como reducida minoría que controla al conjunto de los gobernados. Asimismo, según Mosca, la clase política nunca reconocerá que gobierna por, meramente, estar integrada con elementos que fueron o son los más capacitados para

---

<sup>27</sup> BARRAYCOA, J., *Sobre el poder. En la modernidad y la posmodernidad*, Homo Legens, Madrid, 2019, p. 219.

<sup>28</sup> THERBON, G., ¿Cómo domina la clase dominante? Aparatos de Estado y poder estatal en el feudalismo, el socialismo y el capitalismo, traducido por Fernando Valero, Siglo XXI, Madrid, 2016, p. 157.

gobernar. La clase política dirá que su poder se sustenta en un principio abstracto y lo expresará mediante una fórmula política, como, por ejemplo, la voluntad popular.

Pareto considera las cosas de forma menos favorable; es un idealista desilusionado. Para Pareto, las élites tienen que recomponerse – circulación de las élites – si quieren sostener vigorosamente el poder que tienen.

Robert Michels, explica las proclividades oligárquicas en la matriz de los partidos social-demócratas de su época. Michels explica estas tendencias en las democracias modernas y cómo se plasman en los partidos políticos y en los sindicatos obreros. Michels advirtió:

*(...) la desigualdad estructural y la rígida jerarquización en el seno de las organizaciones políticas. El análisis descansa sobre principios sociológicos, no psicológicos: es la organización la que da origen al dominio de los elegidos sobre los electores, de los mandatarios sobre los mandantes, de los delegados sobre los delegados*<sup>29</sup>.

Este autor alemán está vinculado con los otros dos autores italianos. Ya lo decía Pablo Lucas Verdú: “*La contribución de estos autores a la Ciencia Política italiana soslayó el predominio, tan fuerte en las Ciencias Sociales, del idealismo italiano (...), subsistió durante el fascismo y se replantea en nuestros días (...)*”<sup>30</sup>.

Tanto Pareto, Mosca y Michels consideran que cualquier sociedad –desarrollado o no – está compuesta por dos grupos de personas: un grupo que constituye a la élite que lidera, y otro que integra a la masa o pueblo gobernado. El grupo de la élite es la minoría, es el que se ocupa de los asuntos y de las labores políticas, es el que acapara en exclusividad el poder y disfruta de las condiciones favorables que este le otorga. El grupo de la masa gobernada, es siempre la mayoría en número y es dominada de forma directa por el primer grupo: “*Las semejanzas existentes entre estos tres autores (...) residen en el manifiesto reconocimiento del fundamento minoritario del poder y en su realismo metodológico.*”<sup>31</sup>

Mosca y Pareto rechazan la lógica, la teoría y la filosofía del socialismo en su versión radical y marxista; no la aceptan por su separación y exclusión de los sujetos reales de la sociedad y por su baja utilidad práctica. En contraste con ello, Michels sí que vuelve a tomar, para algunos supuestos, la metodología de Marx.

Mosca arma su teoría de la clase política valiéndose del método histórico-comparativo usándolo en el ámbito político-institucional. Pareto usa el mismo método, aunque desde un plano multidimensional; así, analiza los fenómenos sociopolíticos en un ámbito analítico-abstracto, según la psicología social, la antropología cultural, la estructura económica y la movilidad social.

---

<sup>29</sup> PRADERA, J., *Corrupción y política. Los costes de la democracia*, Galaxia Gutenberg, Barcelona, 2014, p. 166.

<sup>30</sup> Lucas Verdú, P., *Principios de ciencia política*, Tomo I: Introducción. Hombre y política, ideologías, mitos y tecnocracia, Tecnos, Madrid, 1977, p. 59.

<sup>31</sup> ALBERTONI, E., *Historia de las doctrinas políticas en Italia*, traducido por José Florencio Fernández Santillán, Fondo de Cultura económica, México D. F., 1986, p. 217.

En cuanto a Michels, este analiza los tipos y formas de liderazgo, fundamentalmente, en las instituciones del partido y del sindicato.

Gaetano Mosca, Vilfredo Pareto y Robert Michels, coinciden en que las élites la constituyen las minorías y en que estas están conformadas por los que poseen los niveles jerárquicos más elevados en su rama: los mejores en su labor. Los capacitados con cualidades de gobierno son los que pertenecerán a la élite gobernante.

Lo cierto es que los líderes terminan velando por sus intereses, que son consecuencia de los privilegios que han logrado gracias al poder alcanzado. Podemos encontrar organizaciones de masas cuyas acciones se encuentran destinadas a la voluntad y a los intereses de sus líderes y no a la voluntad y a los intereses del pueblo. Empero, las élites deben ser conscientes que no pueden ser indiferentes al sentir del pueblo, que es la mayoría. Esto es algo que deberían leer y tener muy en cuenta nuestros políticos y gobernantes contemporáneos.

Advertiremos bien, si notamos que los postulados del autor italiano Gaetano Mosca guardan mucha relación con la *teoría de la circulación de las élites* de Pareto.

Para Mosca la élite se compone por la minoría de personas que tienen el poder en una sociedad. Esta minoría es asimilable a una auténtica clase social: la clase dirigente o dominante. Esto es así porque lo que constituye su fuerza y le permite mantenerse en el poder es, precisamente, su organización y su estructuración. Existen, en efecto, diversos vínculos que unen entre sí a los miembros de una élite dominante. Estos vínculos aseguran a la élite una unidad suficiente de pensamiento, además de la cohesión, propia de los grupos de clase. Si la élite logra forjarse grandes medios económicos, se asegura, además – gracias a su unidad – el poder político y la influencia cultural sobre la mayoría mal organizada. Esto explica el papel histórico de la élite. Así, Mosca ve la posibilidad de elaborar una explicación completa de la historia a partir de un análisis de las élites rectoras. La historia la ve como animada por los intereses y las ideas de una élite establecida en el poder.

Vemos pues, que tanto Mosca como Pareto, hablan de un grupo dirigente, frente a otro que es el grupo dirigido; hablan de personas que monopolizan el poder político frente al resto que queda desposeído de él. Ambos autores inciden en que un grupo minoritario del sistema social se encargará de dirigirlo y que esta minoría se distanciará y escapará del control de la mayoría. Para Mosca el cambio del equilibrio de poderes en las sociedades democráticas puede influir notablemente en su composición. Pareto, sin embargo, no presta atención al papel que juegan las condiciones sociales en la transformación y la circulación de las élites.

## 8 A MODO DE CONCLUSIÓN

He procurado abordar en el espacio que corresponde a este tipo de trabajo académico los conceptos más relevantes de la *teoría de las élites* y de la reflexión de esta sobre nuestra actualidad. Es un tema que cobra peculiar notoriedad y autores como Mosca, Pareto y Michels, deben ser nuevamente revisados y estudiados ya que en ellos es posible que encontremos una explicación clara y real sobre nuestra realidad social y humana, y sobre los infortunios que hoy yacen en nuestras relaciones. Si queremos

enmendar nuestra actitud social, primero hay que conocer y entender cuál es el error real a corregir, sabiendo sus posibles, verdaderas y peores consecuencias.

Parece cierto, que las riquezas heredadas o las conseguidas sin esfuerzo y capacidad y los nexos familiares y amicales, son las causas principales para que no haya una libre circulación de individuos que sean realmente capaces para desenvolverse en las élites y, más bien, se promueve la incorporación de otros, a los que podríamos identificar como los *etiquetados*.

Si la élite gobernante no inserta a los sujetos competentes y extraordinarios, provoca inestabilidad y conflicto. La historia y la actualidad evidencian que, ante esa situación, se crea una oscilación en el cuerpo político y social. En última instancia, más tarde o más temprano, esta circunstancia está destinada a corregirse ya sea dando apertura a nuevos accesos de movilidad de los mejores hacia la élite o, ya sea mediante un arrebatado abatimiento de la antigua e incapaz élite gobernante por parte de una nueva élite que sí sea capaz de gobernar.

De otro lado, la pugna entre los líderes y el pueblo conlleva como consecuencia, que los líderes venzan. En caso de que el pueblo se subleva, su agitación acaba siendo sometida y apagada. Se puede aquí observar alguna concurrencia con Max Weber, lo que resulta oportuno apuntar ahora:

*La posición dominante de las personas pertenecientes a la organización (...) frente a las 'masas' dominadas se basa siempre en (...) la 'ventaja del pequeño número', es decir, en la posibilidad que tienen los miembros de la minoría dominante de ponerse rápidamente de acuerdo y de crear y dirigir sistemáticamente una acción societaria racionalmente ordenada y encaminada a la conservación de su posición dirigente. De este modo, la actuación amenazadora de las masas o de la comunidad podrá ser fácilmente reprimida (...)*<sup>32</sup>.

El alzamiento o insurrección de las masas, necesita, con antelación, que no falten líderes que los dirijan. Los líderes de la sublevación, aparecen de la misma matriz de las masas, pero cuando consiguen el poder en nombre del pueblo, padecen una conversión que los transforma en una ralea algo hermética, alejada del pueblo y aún contraria a él. Es imposible rehuir al hecho de que los que representaron a la masa se integren en la élite. En un primer momento son líderes admitidos para representar y combatir por el beneficio del pueblo; sin embargo, después de que estos líderes logran acceder al poder, despliegan intereses particulares que los transmutan en una minoría organizada, dominante y sólida. En tanto no se esté en épocas de insurrección, los más aptos integrantes del pueblo serán los posibles líderes de las sublevaciones, y es por ello que son siempre animados, a través de la cooptación, es decir, mediante el llenado de las vacantes que se van produciendo dentro de la élite, a integrarse dentro de la élite dominante.

---

<sup>32</sup> WEBER, M., *Economía y sociedad*, traducido por José Medina Echevarría, Juan Roura Farella, Eugenio Ímas, Eduardo García Máynes y José Ferrater Mora, Fondo de Cultura Económica, Madrid, 2002, p. 704.

La desavenencia y oposición entre la vieja élite y la nueva, en alguna circunstancia provoca el vencimiento de la vieja élite. En esta situación, la circulación de las élites no se produciría, sino que habría una reunión de élites o, dicho de otra manera, se produciría una conglomeración y mezcla de los dos elementos. El conflicto entre las élites y su circulación es el basamento de la historia y, es por ello que las insurrecciones populares no consiguen un triunfo venturoso para las masas. Estas luchas, realmente, únicamente facilitan el derrumbamiento de la vieja élite y la aparición de la nueva. Las élites usan al pueblo, ilusionando sus sentimientos, para así conseguir o mantener su poder. La pugna, verdaderamente, se da entre dos aristocracias que compiten y riñen por el poder, pero no se da entre la aristocracia y el pueblo. Weber le escribía a Michels diciéndole que “(...) *la voluntad del pueblo*” o “*la auténtica voluntad del pueblo*” son inexistentes: (...) *son meras ficciones, y que la democracia consiste únicamente en la elección libre de los dirigentes (...)*”<sup>33</sup>

Del interior del pueblo puede germinar la potencial élite de la que se nutra la élite nueva. Esto puede implicar la conexión entre la élite y el pueblo, ejerciendo, este último, funciones menores de dirección y con lo cual se convierte en una fuente de alistamiento para los niveles más altos de influencia.

Las élites y la aristocracia no subsisten perpetuamente; estas desfallecen con prontitud y, por eso, requieren robustecerse y restablecerse con componentes del pueblo que sean los más aptos. Sucedida la caída de la élite, inmediata y seguidamente se constituye una nueva en el seno de las clases bajas, llena de lozanía y de energía.

Si la élite que gobierna pretende conservarse en el poder, este poder, debe ser ejercitado por personas que viven para la política y que hallan en este modo de vida su vocación; además, deben tener una holgada economía que les permita independizarse de requerir usar la política para cubrir sus necesidades y gustos económicos; igualmente, deberán contar con una gran calidad moral.

Si no se dan todos estos elementos, es decir, que los gobernantes sean personas que no viven para la política, sino que viven de la política (situación que es muy diferente, aunque muy actual) y que sean personas que vean en la política el oficio que les proporciona los medios para poder vivir, entonces, estos gobernantes serán siempre proclives a convertirse en una clase política hermética que obstaculice e imposibilite la recomposición y la circulación de las élites políticas. Si la clase gobernante no es capaz de colmar las vacantes que se surgen en su seno con las personas que se encumbran como los líderes de clase dominada, estos, si están preparados y puestos para utilizar la fuerza, pueden precipitar el derrocamiento de la clase gobernante. A la sazón, las élites gobernantes que imposibilitan el paso a la renovación y no incorporan a la élite de la clase doblegada, son élites inconsistentes y endebles que no lograrán consolidar su dominio en el tiempo. Antes bien, si la élite gobernante es capaz de incorporar a los que se encumbran como los líderes de la clase subyugada, entonces, mayor será su fuerza y consistencia para preservar su situación de dominación. Logrando esta incorporación, la élite gobernante despoja a las masas de la posibilidad de que sus líderes se conviertan en

---

<sup>33</sup> ABELLÁN, J., *Democracia. Conceptos políticos fundamentales*, Alianza, Madrid, 2011, pp. 250-251.

sujetos del pueblo que luego lideren el ejercicio de la fuerza. El aferrarse en negar a una determinada élite tendrá como consecuencia la autocracia y, con ello, el aislamiento de la clase gobernante y su subsiguiente decadencia y desplome. Es en las clases inferiores donde están los más eficaces, vigorosos y enérgicos líderes que necesita la élite gobernante para renovarse; renovándose, mediante una actitud integradora y abierta, se elude que la élite gobernante termine siendo frágil y endeble o decaer en una autocracia.

## 9 OBRAS CITADAS

- ABELLÁN, Joaquín, *Democracia. Conceptos políticos fundamentales*, Alianza, Madrid, 2011.
- ALBERTONI, Ettore A., *Historia de las doctrinas políticas en Italia*, traducido por José Florencio Fernández Santillán, Fondo de Cultura económica, México D. F., 1986.
- BARRAYCOA, Javier, *Sobre el poder. En la modernidad y la posmodernidad*, Homo Legens, Madrid, 2019.
- BOURDIEU, Pierre, *Poder, derecho y clases sociales*, traducido por M<sup>a</sup> José Bernuz Beneitez, Desclee, Bilbao, 2001
- CONTRERAS UGARTE, Jesús Víctor, *Las determinaciones políticas en materia de derechos humanos. Cavilaciones a partir de la ética weberiana y de la fuerza trascendental hegeliana*, Editorial Académica Española, Berlín, 2018.
- ENGELS, Federico, “Introducción a la obra de Carl Marx. Las luchas de clases en Francia de 1848 a 1850”, en *Obras escogidas. Marx y Engels*, tomo I, Progreso, Moscú, 1980.
- HALLER, Von, *Restauration der Staats-Wissenschaft, oder, Theorie des natürlich-geselligen Zustands der Chimäre des künstlich-bürgerlichen entgegengesetzt*, volumen I, Steinerischen Buchhandlung, Winterthur, 1816.
- LUCAS VERDÚ, Pablo, *Principios de ciencia política*, Tomo I: Introducción. Hombre y política, ideologías, mitos y tecnocracia, Tecnos, Madrid, 1977.
- MEISEL, James, *El mito de la clase gobernante. Gaetano Mosca y la élite*, Amorrortu, traducido por Flora Serato, Buenos Aires, 1962.
- MICHELS, Robert, *Los partidos políticos 1. Un estudio sociológico de las tendencias oligárquicas de la democracia moderna*, traducido por Enrique Molina de Vedia, Amorrortu, Buenos Aires, 1996.
- *Los partidos políticos 2. Un estudio sociológico de las tendencia oligárquicas de la democracia moderna*, traducido por Enrique Molina de Vedia, Amorrortu, Buenos Aires, 1996.
- MILLS, Charles Wright, *La élite del poder*, traducido por Florentino M. Torres y Ernestina de Champourcin, Fondo de Cultura Económica, México D. F., 2001.
- MOSCA, Gaetano, *Histoire des doctrines politiques depuis l'Antiquité: les doctrines politiques depuis 1914*, Payot, Paris, 1955.
- *La clase política*, traducido por Marcos Lara, Fondo de Cultura Económica, México D. F., 2004.
- PARETO, Vilfredo, *Forma y equilibrio sociales*, traducido por Jesús López Pacheco, Alianza, Madrid, 1980.
- PRADERA, Javier, *Corrupción y política. Los costes de la democracia*, Galaxia Gutenberg, Barcelona, 2014.
- THERBON, Göran, *¿Cómo domina la clase dominante? Aparatos de Estado y poder estatal en el feudalismo, el socialismo y el capitalismo*, traducido por Fernando Valero, Siglo XXI, Madrid, 2016.
- TOUCHARD, Jean, *Historia de las ideas políticas*, traducido por J. Pradera, Tecnos, Madrid, 2007.
- WEBER, Max, *Economía y sociedad*, traducido por José Medina Echevarría, Juan Roura Farella, Eugenio Ímas, Eduardo García Máynes y José Ferrater Mora, Fondo de Cultura Económica, Madrid, 2002.
- ZEITLIN, Irving, “Gaetano Mosca (1858-1941)”, en *Ideología y teoría sociológica*, traducido por Néstor A. Míguez, Amorrortu, Buenos Aires, 1970.